

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA**

RUBENS RODRIGUES DA SILVA

**NA RUA É MEU TRABALHO: ANÁLISE DOS MODOS DE VIVER E TRABALHAR
DOS CAMELÔS NA CIDADE DE MANAUS (1970-2014)**

Manaus

2021

RUBENS RODRIGUES DA SILVA

**NA RUA É MEU TRABALHO: ANÁLISE DOS MODOS DE VIVER E TRABALHAR
DOS CAMELÔS NA CIDADE DE MANAUS (1970-2014)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em História, sob a orientação da Professora Doutora Patrícia Rodrigues da Silva.

Manaus

2021

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S586r Silva, Rubens Rodrigues da
Na rua é meu trabalho : análise dos modos de viver e trabalhar dos camelôs na cidade de Manaus (1970-2014) / Rubens Rodrigues da Silva . 2021
126 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Patrícia Rodrigues da Silva
Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Manaus . 2. Camelôs. 3. Trabalho. 4. Centro de Manaus. 5. Resistência. I. Silva, Patrícia Rodrigues da. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

TERMO DE APROVAÇÃO

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Patrícia Rodrigues da Silva
(Presidente-UFAM)

Prof. Dr. César Augusto Bubolz Queirós
(Membro-UFAM)

Profa. Dra. Mônica Xavier de Medeiros
(Membro - UEA)

Dedico esta pesquisa a todos os trabalhadores camelôs que me permitiram mergulhar em suas histórias de vida e conhecer um pouco de seu cotidiano para dar vida a esta dissertação, como também ao meu querido avó, Silvestre Rodrigues da Costa, por ser um exemplo de ser humano, honrado e íntegro.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Deus, que me permitiu chegar ao final deste trabalho.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), nas pessoas dos professores Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro, Maria Luiza Ugarte Pinheiro, Davi Avelino Leal e César Augusto Bubolz Queirós, os quais sempre dedicaram atenção a mim para melhorar os rumos da minha pesquisa.

À minha orientadora, professora Patrícia Rodrigues da Silva, que acolheu a proposta desta pesquisa e dedicou-se com atenção especial a esta dissertação, com paciência e dicas preciosas.

Ao professor Milton Melo dos Reis Filho (*in memoriam*) que junto ao professor César Augusto Bubolz Queirós, trouxe preciosas contribuições a esta pesquisa, na ocasião do exame de qualificação.

Às colegas Isabel Saraiva e Johmara Assis, por suas valiosas dicas.

Ao colega José Roberto dos Santos Amaral, pelo compartilhamento de diversos artigos que possibilitaram a escrita desta dissertação.

A todos os meus colegas de turma, especialmente ao Ricardo de Oliveira Ramos Ferro, pelo companheirismo durante a jornada.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela ajuda de custo recebida durante o período da pesquisa.

Ao Sindicato do Comércio de Vendedores Ambulantes de Manaus pelo acesso aos documentos e a recepção cordial.

Ao secretário do PPGH, Jailson Soares Mota, por seu atendimento sempre cortês, que facilitou o trâmite burocrático peculiar às repartições.

RESUMO

Este estudo faz uma reflexão sobre os modos de viver e trabalhar dos camelôs, na cidade de Manaus, entre os anos de 1970 a 2014, a partir da análise de notícias veiculadas pela imprensa, especialmente pelo jornal *A Crítica*, e dos depoimentos de trabalhadores camelôs. O período mencionado foi marcado por diversos embates entre os camelôs e a Prefeitura Municipal de Manaus, que pressionada pela atuação dos lojistas, buscava retirá-los das principais ruas do centro da cidade, utilizando medidas, por vezes, truculentas que foram justificadas pela necessidade de proteger o comércio formal, sob a alegação de que ele contribuía efetivamente para a economia local, bem como pela preocupação com a estética e a higiene consideradas substanciais para as cidades que pretendiam se apresentar como modernas, visto que a atividade dos camelôs era comumente associada à sujeira, à desordem e à ocorrência de delitos nas ruas, o que justificava a intervenção de ações policiais. Diante de tais circunstâncias, os camelôs constituíram diversas formas de resistência, através da organização de táticas cotidianas, como a estrutura móvel de suas bancas, própria para facilitar eventuais fugas diante da presença dos agentes municipais, a criação de uma rede de sociabilidades em seu espaço, o constante retorno às ruas após ações de desocupação e à formação de um sindicato.

Palavras-chave: Manaus; Camelôs; Trabalho; Centro de Manaus; Resistência.

ABSTRACT

This study reflects on the street vendors ways of living and working in the city of Manaus between 1970 and 2014, based on the analysis of news published by the press, especially by the newspaper A Crítica, and the testimonials of street vendors. The period mentioned was marked by several clashes between street vendors and the Manaus City Hall, which, pressured by the actions of shopkeepers, sought to remove them from the main streets in the city center, using measures, sometimes truculent, which were justified by the need to protect formal commerce, under the allegation that it effectively contributed to the local economy, as well as the concern with aesthetics and hygiene considered substantial for cities that intended to present themselves as modern, since the activity of street vendors was commonly associated with dirt, disorder and the occurrence of crimes in the streets, which justified the intervention of police actions. Faced with these circumstances, street vendors constituted various forms of resistance, through the organization of everyday tactics such as the mobile structure of their stands, designed to facilitate possible escapes in the presence of municipal agents, the creation of a network of sociabilities in their space, the constant return to the streets after eviction actions and the formation of a union.

Key words: Manaus; street vendors; work; Manaus Center; resistance.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	10
1 TORNAR-SE CAMELÔ: MODOS DE VIVER E TRABALHAR DOS CAMELÔS NA CIDADE DE MANAUS	14
1.1 Um panorama da cidade	14
1.2 Aspectos do trabalho dos camelôs na cidade de Manaus	25
1.3 Comércio marginal?	40
2 CONFLITOS E CONFRONTOS	47
2.1 Os interesses institucionais contrários	47
2.2 “Olha o rapa!”	53
2.3 A Administração municipal: medidas descontroladas, insatisfação generalizada	61
3 ORGANIZAR-SE.....	74
3.1 Redes de contatos: fatores para a formação de uma resistência de classe	74
3.2 Associação dos Camelôs e Vendedores Ambulantes (ACAVA)	92
3.3 “A ACAVA ficou pra trás”: as instituições e a formação do sindicato	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
REFERÊNCIAS	115
APÊNDICE	124

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A presente pesquisa objetivou analisar os modos de viver e trabalhar dos camelôs em Manaus de 1970 a 2014, bem como as relações entre eles e os poderes públicos, destacando as disputas, conflitos e estratégias de resistência empreendidos por eles na defesa do seu espaço de trabalho.

A implantação da Zona Franca de Manaus-AM, em 1967, transformou Manaus em um grande entreposto comercial. Essa eclosão produtiva favoreceu o surgimento de um quantitativo significativo de trabalhadores vindos do interior do estado e de outras regiões do país em busca de melhores condições de vida, fato que aumentou a oferta de mão de obra, nem sempre absorvida pelos setores formais da economia. À vista disso, os anos de 1970 a 2014 foram escolhidos como recorte temporal, por representarem, respectivamente, o período de consolidação da Zona Franca de Manaus e o ano de criação do projeto ‘Viva Centro Galerias Populares’.

Porém, mesmo com as devidas diferenças de atitudes dos diversos prefeitos que atuaram no período supracitado, de um modo geral, o poder público municipal começou a se voltar contra as atividades dos camelôs, justificando tal atitude pela avaliação de que seu fluxo no centro da capital era demasiado e, por isso, favorecia a ocorrência de pequenos delitos, porque dificultava o tráfego de pessoas e, principalmente, prejudicava o comércio regularmente estabelecido. Diante desse cenário, a prefeitura se dispôs a combater o trabalho de camelôs e ambulantes, por vezes, determinando que agentes públicos confiscassem seus produtos e os retirassem das ruas.

Além disso, os jornais, especialmente o *A Crítica*¹, divulgavam o trabalho dos camelôs de maneira depreciativa, comparando-os às doenças e pragas urbanas. Observando esses aspectos conflitantes, verificou-se que trabalhar nas principais ruas de Manaus era um constante desafio para homens e mulheres que diariamente precisavam criar estratégias para garantir a sua permanência nesses locais de trabalho, estabelecendo uma experiência própria, ligada às peculiaridades do seu cotidiano.

¹ Fundado em 1949, pelo jornalista Umberto Calderaro Filho e sua esposa Ritta de Araújo Calderaro. O jornal *A Crítica* é o segundo mais antigo em atividade no estado do Amazonas. Ver: TAVEIRA, Eula Dantas. *A Imprensa e o Jornalismo Impresso: Um estudo de caso do Jornal A Crítica (Manaus – Amazonas)*. Manaus: Universidade do Amazonas, 1997.

O conceito de cotidiano foi aqui trabalhado à luz das reflexões realizadas por Agnes Heller². A autora observa que trabalhar o cotidiano é trabalhar com as atitudes do dia-a-dia do homem, é interpretar o homem como ser integral, simultaneamente particular e genérico, o que implica perceber que a História não é tecida apenas pelos grandes acontecimentos e nomes, mas pelas pessoas comuns em seus hábitos diários, em todos os instantes de sua existência.

Ao analisarmos os jornais e as entrevistas que realizamos, buscamos focalizar o dia a dia das pessoas comuns, em seu fazer-se pela cidade. Compreendemos, desta maneira, que o cotidiano é constituinte da dinâmica das transformações históricas, pois é onde a vida acontece de fato. Deste modo, observar o cotidiano permite saber como determinados discursos permeiam a sociedade, pois é nesse espaço que as pessoas colocam em funcionamento todos os sentidos que dão para a vida, todas as suas capacidades intelectuais, sentimentos, paixões, ideias, interesses e credos. Vai nesse sentido a afirmação de Agnes Heller³ de que a vida cotidiana é a vida do homem inteiro.

Nessa perspectiva, explorar tal aspecto da vida humana é considerar a pluralidade da rede de relações que envolve as pessoas em suas vivências diárias. É fugir dos dualismos e polaridades, questionando as dicotomias,⁴ mostrando que a realidade é sempre bem mais complexa que qualquer esquema que tenha o intuito de enquadrá-la ou representá-la.

Para o desenvolvimento dos objetivos da pesquisa, recorreu-se ao uso das fontes orais, encaradas como uma maneira de se chegar ao conhecimento dos fatos vivenciados no momento histórico ora destacado, a respeito do qual as fontes escritas não apresentariam todos os sentidos circulantes.⁵

Nesse sentido, o contato com parte dos entrevistados teve início em 2016, a partir da necessidade de elaboração do trabalho de conclusão do curso de especialização em História e historiografia da Amazônia. Por meio de incursões pelo centro da cidade de Manaus, foram estabelecidos contatos com trabalhadores camelôs que vivenciaram o período em tela e que estivessem dispostos a compartilhar suas histórias de vida. Esses foram os principais critérios para a escolha dos entrevistados. Ademais, ouvir as histórias de vida dos trabalhadores camelôs me levou a reviver o momento da minha vida, em que também consegui o meu sustento por meio da camelotagem. As entrevistas ocorreram em seus locais de trabalho e algumas ainda na sede do Sindicato do Comércio dos Vendedores Ambulantes (SINCOVAM).

² HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1995.

³ HELLER, 1995.

⁴ MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru: EDUSC, 2002.

⁵ PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente? In: *Projeto História*, São Paulo, n. 14, 25-39, fevereiro de 1997, p.37.

Destarte, com as fontes orais, foram analisados os conflitos ocorridos entre camelôs e o poder municipal entre os anos de 1970 e 2014, através da ótica dos trabalhadores, considerando, como Alessandro Porteli⁶, que as “entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos”.

As notícias de jornais que circularam no período em questão, especialmente aquelas publicadas pelo jornal *A Crítica*, também foram fundamentais para uma compreensão dos conflitos entre a Prefeitura de Manaus e os camelôs. Através delas foi possível observar a ótica do poder municipal e dos comerciantes locais, que buscavam combater o comércio informal, visto como uma concorrência desleal por estarem livres dos impostos e demais encargos inerentes ao comércio legalmente estabelecido.

Ao utilizar a imprensa como fonte, levou-se em consideração que “a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que elegeu como digno de chegar até o público”.⁷ Assim, a relação entre os acontecimentos e a narração feita sobre eles pelos periódicos foi problematizada para a compreensão do que foi dito, como foi dito e por que foi dito, bem como daquilo que foi silenciado.

Para uma melhor explanação dos resultados obtidos, o presente trabalho foi organizado em três capítulos. No primeiro, foram observados aspectos do trabalho informal na cidade de Manaus, ressaltando os conceitos de trabalho informal e comércio marginal. Nele buscamos compreender como os camelôs recorreram ao trabalho nas ruas da cidade, para garantir a sua sobrevivência, observando como homens e mulheres adentraram nesse ramo do comércio, destacando algumas peculiaridades próprias do seu cotidiano de trabalho.

O segundo capítulo inquiriu o cotidiano do trabalho nas ruas e seus aspectos, observando a cidade como um campo de interações, disputas e negociações, um espaço vivido onde o tecido social se constrói e se reconstrói continuamente.⁸ As fontes utilizadas para a tessitura desse estudo nos levaram a perceber que, a partir da década de 1970, os conflitos entre o poder municipal e os camelôs se intensificaram, uma vez que a Zona Franca de Manaus (ZFM) aqueceu a economia manauara e gerou o aumento de estabelecimentos comerciais, estabelecimentos esses que consideravam os camelôs seus concorrentes diretos.

⁶ MENEGOLO, Elizabeth D. da C. W; CACIONILA, J. Cardoso; MENEGOLO, Wallace Leandro. O uso da história oral como instrumento de pesquisa sobre o ensino da produção textual. In: *Ciência e cognição*, v. 09, 2-13, novembro de 2006.

⁷ LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.) *Fontes históricas*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 111-153. p. 139.

⁸ MIRANDA, Ana Luisa. *O uso do território pelos homens lentos: a experiência dos camelôs no centro de Ribeirão Preto*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

No terceiro capítulo, que enfatiza a resistência dos camelôs, são discutidas as táticas desenvolvidas pelos marreteiros⁹ para driblar a ação das autoridades municipais que tinham, como principal objetivo, retirá-los das ruas mais movimentadas do centro da cidade repetidas vezes, algo que geravam conflitos de difícil negociação.

⁹ Diversas vezes os camelôs são chamados de marreteiros nas notícias que aparecem nos jornais pesquisados. Não encontramos referências concretas no que tange a origem da palavra. No Dicionário Michaelis, de Língua Portuguesa, a palavra marreteiro indica pessoa que, nas feiras, comercia mercadorias sem a devida licença, também faz referência aquele que é dado a trapças. Ver: MARRETEIRO. In: MICHAELIS. São Paulo: [2020]. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em: 8 nov. 2020.

1 TORNAR-SE CAMELÔ: MODOS DE VIVER E TRABALHAR DOS CAMELÔS NA CIDADE DE MANAUS

Ao longo das décadas estudadas (1970-2014), verificamos a ocorrência de diversas crises econômicas: “as crises do petróleo dos anos 1970; a crise da dívida externa e a inflação dos anos 1980 e 1990”.¹⁰ Tais crises ocasionaram o aumento do desemprego e o achatamento salarial, levando uma grande massa de trabalhadores a migrar para a economia informal.

O conceito de economia informal é abrangente, grosso modo, pode ser definido pelas atividades que estão às margens da formalidade, distantes da proteção e de um controle mais acentuado do Estado. No capítulo que ora apresentamos, buscamos compreender como os camelôs, grupo inserido na economia informal, recorreu ao trabalho nas ruas da cidade de Manaus, para garantir a sua sobrevivência, observando como homens e mulheres adentraram neste ramo do comércio, destacando algumas peculiaridades próprias do seu cotidiano de trabalho.

1.1 Um panorama da cidade

A Zona Franca de Manaus (ZFM) foi instituída em 1957, durante o Governo de Juscelino Kubistchek, pela Lei nº 3.173. Todavia, o seu estabelecimento prático ocorreu durante o período da ditadura militar, com o Decreto Lei n 228, de fevereiro de 1967, que buscou a “ocupação” territorial da Amazônia sob a alegação de garantir a soberania nacional, utilizando o controverso lema: “integrar para não entregar”.¹¹

Em meados dos anos 1960, a cidade de Manaus passou a fazer parte de um antigo projeto do governo militar, dentro da chamada “Operação Amazônia”. Nesse processo estabeleceu-se o modelo de zona franca, onde incentivos fiscais foram concedidos a grandes corporações internacionais. A concepção das zonas francas buscava a “integração” de áreas com pouca expressão econômica ao fomento de atividades que gerassem uma maior circulação de capital, isto é: “sua inspiração se assenta na ideia de promover o desenvolvimento de áreas do território nacional consideradas economicamente estagnadas”.¹²

¹⁰ GOMES, Álvaro Cardoso; SANTOS, Rosineia Oliveira dos. Os camelôs da feirinha da madrugada na cidade de São Paulo: uma abordagem ancorada na multiplicidade social. *Rev. Humanidades*, Fortaleza, v. 32, n. 1, p. 70-81, jan./jun. 2017. p. 71.

¹¹ SILVA, Marilena Correa. *Metamorfose da Amazônia*. Manaus: Edua, 1999.

¹² CARVALHO, Marcelo Bastos Seráfico Assis. *O empresário local e a Zona Franca de Manaus: produção social e globalização econômica*. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009, p. 184.

Com o intuito de captar maiores investimentos, houve a concessão de grandes extensões de terras, o que possibilitou a instalação de várias fábricas e ainda o uso dos recursos naturais dentro do processo produtivo. Logo, capitaneava-se a descentralização geográfica da produção capitalista.¹³

Castelo Branco, o primeiro presidente do governo militar, fora comandante militar da Amazônia e defendia a necessidade de investimentos de grande porte para a movimentação econômica da região.¹⁴ O governo propagandeava a escolha da região Norte como forma de aquecer a economia regional, como também visou promover o desenvolvimento local e a integração nacional. No entanto, o fator fundamental para tal escolha ocorreu por conta de a força de trabalho local ser farta e barata.¹⁵

Para a consolidação do projeto ZFM, o governo federal, do Amazonas e a prefeitura de Manaus, contribuíram com um conjunto de incentivos fiscais e realizaram investimentos em infraestrutura, transporte, energia e telecomunicações.¹⁶

A esse respeito, Marcelo Seráfico Carvalho explica que “[...] as zonas francas são mecanismos artificialmente construídos, sua implementação pelo mundo é parte do processo de configuração global do capitalismo”.¹⁷ De acordo com o autor, essa transnacionalização da economia através da criação de zonas francas inicia-se logo após a Segunda Guerra Mundial e se aguça no decorrer da década de 1960 com a internacionalização das empresas. Em outras palavras, observamos que na década de 1970 começou a se configurar como um ajuste espacial do capitalismo e, na década de 1980, assumiu definitivamente o caráter de algo que entrou em vigor para ajustar o projeto transnacional das grandes corporações, conferindo ainda mais visibilidade para as empresas que aceitaram se deslocar pelo mundo.

Antes da ZFM, o Amazonas viveu no final do século XIX e início do século XX, um período de glória proporcionado pelo extrativismo da borracha, que gerou avolumados lucros para uma pequena parcela da população. A década de 1920 trouxe o fim do famoso ciclo da borracha, ocasionado pelos seringais da Malásia. Os ricos mais sólidos passaram a buscar novos atalhos para manter suas fortunas. Estes atalhos estavam ligados ao extrativismo da castanha da Amazônia, da sorva, e ao beneficiamento de couro e peles, proibido na década de 1960.¹⁸

¹³ CARVALHO, 2009, p. 184.

¹⁴ CARVALHO, loc. cit.

¹⁵ PINTO, Ernesto Renan Freitas. Como se produzem as zonas francas. In: LIMA, Carlos Alberto Ferreira; PINTO, Ernesto Renan Freitas. *Trabalho e produção capitalista*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1987. p. 19-38. p. 23.

¹⁶ BOMFIM, Ronaldo; BOTELHO, Lisandro. *Zona Franca de Manaus - Condicionantes do Futuro*. Manaus: Valer, 2009.

¹⁷ Ibid., p. 83

¹⁸ MELLO, Thiago de. *Manaus – Amor e memória*. 4ª ed. Manaus: Prefeitura Municipal/Editora Valer, 2004.

Deste modo, observa-se que, até meados da década 1960, o extrativismo era o motriz da economia local. Em matéria publicada pelo jornal *A Crítica*, o empresário Antônio Loureiro enfatiza que nada se compara com o advento da ZFM, pela sua capacidade de incrementação do mercado de consumo. O empresário sublinha que o modelo possui falhas que precisam ser corrigidas, mas enfatiza a criação de um mercado consumidor em Manaus, através do acesso facilitado a bens de consumo, algo que o extrativismo não conseguiu.¹⁹ Nesse sentido, Marcelo Carvalho Seráfico aponta que: “a ZFM foi, portanto, a alternativa tardia à economia da borracha, foi o modo específico através do qual a região foi reintegrada à divisão internacional do trabalho e à dinâmica do capitalismo global”.²⁰

Com uma atividade industrial pujante, as atividades econômicas que antes envolviam, prioritariamente, o extrativismo de produtos da floresta, passaram a envolver a transformação de matérias primas em manufatura industrial. Observou-se então o deslocamento de antigas atividades, para algo novo, atrelado às novas demandas de consumo, determinadas pelo capitalismo.

Um ponto de grande relevância para esta pesquisa está ligado ao aquecimento do comércio local ocasionado pela ZFM. Marcelo Seráfico Carvalho²¹ frisa que entre os anos de 1967 e 1975 ainda vigorava a estratégia de industrialização nacional de substituição de importações, algo que controlava a circulação de importados com o intuito de proteger a indústria nacional da concorrência com empresas industriais estrangeiras. No entanto, em Manaus, a circulação era livre, o que possibilitava:

a aquisição de bens de consumo duráveis, de componentes e bens necessários à produção industrial e ao setor comercial. [...] o setor econômico que mais se desenvolveu foi o comercial, visto que a cidade se transformou em um polo de atração de turistas brasileiros que buscavam produtos que não podiam comprar em seus estados de origem.²²

As transformações supracitadas levaram o PIB do município de Manaus a aumentar substancialmente nas décadas que sucederam a instalação da ZFM. No entanto, na década de 1990, a política neoliberal que começou a se instaurar no país, a partir do governo de Fernando Collor de Mello, alterou as condições que possibilitaram a manutenção do comércio importador e o avanço da industrialização. A redução das taxas de importação eliminou a vantagem que o

¹⁹ Jornal *A Crítica* 27 de novembro de 1994.

²⁰ CARVALHO, 2009, p. 86.

²¹ *Ibid.*, p. 86.

²² *Ibid.*, p. 90.

comércio importador local possuía sobre o do restante do país. “Progressivamente, o comércio de bens importados e os serviços que em torno dele haviam surgido – como o de hotelaria, quase todo ele voltado para o consumidor vindo de outras partes do Brasil – se (sic) enfraqueceram”.²³

Os tempos de modificações econômicas que se consolidavam após a ZFM foram marcados também pela repressão e pela censura. Em 1968, foi decretado o AI5, assinado em dezembro pelo presidente da República, General Arthur da Costa e Silva. Esse mecanismo conferia ao Poder Executivo a faculdade de caçar mandatos políticos, censurar a imprensa, fechar o congresso nacional e suspender garantias individuais. Havia uma vigilância ferrenha do governo sob as atividades da população. Qualquer conduta considerada desviante estava sujeita a sanções, a obediência era a regra.²⁴

O governo proibiu as greves e cassou mandatos de políticos da oposição, criou o Serviço Nacional de Informações (SNI) – uma rede de espionagem política – em que seus agentes usavam métodos como: escutas telefônicas, violação de correspondências, prisões arbitrárias e a prática de tortura.²⁵

Na obra de João Renôr Ferreira: *O Samuel Benchimol que conheci*, o autor versou sobre a memória e o envio de cartas ao professor Samuel Benchimol entre 1978 e 1982 – Manaus, Lisboa, Paris. Na referida obra, há menção sobre os efeitos do autoritarismo do governo federal em Manaus, “[...] a sociedade brasileira do Sul e nós do Amazonas, ainda sofreríamos com os respingos da repressão política do regime ditatorial que se instalou no país a partir de 1964”.²⁶

O professor João Renôr relata episódios em que palestras eram vigiadas e cartas para o exterior eram violadas e censuradas. Nada fugia ao crivo da censura. Benchimol teve suas palestras vistas com desconfiança pelos agentes do Regime Militar.²⁷ Tal vigilância rígida se enfraqueceria com o fim do AI5, durante o governo do presidente Ernesto Geisel.

No campo cultural e científico, nos anos de 1970, a sociedade amazonense, já desfrutava de espaços como a Universidade do Amazonas – UA (1909), o Instituto Geográfico do Amazonas – IGHA (1838), a Universidade do Estado do Amazonas – UEA (1973) e a Academia Amazonense de Letras – AAL (1918). Porém, Renôr Ferreira ressalta que esses espaços não eram frequentados amplamente pela população, apenas por pessoas que possuíam

²³ CARVALHO, 2009. p. 92.

²⁴ BOTELHO, 2006.

²⁵ Ibid.

²⁶ CARVALHO, João Renôr Ferreira de. *O Samuel Benchimol que eu conheci: um homem apaixonado pelo mundo amazônico* (cartas entre Samuel Benchimol e João Renôr: Manaus, Lisboa, Paris) 1978/1982. Imperatriz: Ética Editora, 2011. p. 18.

²⁷ Ibid., p. 22

estreita relação com o campo da cultura e da arte, fato que conferia à cidade de Manaus, de acordo com a visão de Renôr, um aspecto “provinciano”. “Nessas instituições de cultura estavam muitas vezes as mesmas pessoas [...] no campo da cultura, das letras, do jornalismo, todos se conheciam, porque se encontravam com frequência nos mesmos lugares”.²⁸

No tocante aos problemas urbanos, a implantação da ZFM ampliou a demanda por habitação, segurança pública, saúde, iluminação, saneamento básico e educação, visto que o Polo Industrial de Manaus (PIM) atraía muitos imigrantes do interior do Amazonas e de outros estados, ampliando o número de moradores. A expansão da cidade ocorria em todas as direções e de maneira desordenada, levando ao surgimento de diversas áreas cada vez mais distantes da região central, cresciam também a violência e outros problemas urbanos.²⁹

A esse respeito, Marineide Ribeiro, ao trabalhar a questão da migração paraense para a cidade de Manaus, a partir da década de 1970, verifica que:

Os novos moradores da cidade passavam a ocupar espaços que ganhavam título de bairros, sem apresentarem a menor condição de recebê-los. Mesmo os lugares mais próximos não tinham infraestrutura adequada para atender àquelas pessoas que lutavam para se reorganizar no novo viver urbano.³⁰

Em uma edição especial do jornal *A Crítica*, alusiva ao aniversário da cidade de Manaus do ano de 1995, foram publicadas diversas matérias que destacaram as principais mudanças ocorridas na cidade após a implantação da ZFM. A exemplo, o depoimento de uma moradora da zona leste expõe a situação de violência que os moradores daquela área vivenciavam. “Aqui é muito violento, tem muita violência”, afirma a estudante Selma Gama da Silva, 19 anos, mãe de Wallon, 2 anos, e Bruno, 1 mês. “Só essa semana mataram dois amigos nossos, um de tiro e outro a facada.”³¹

Outro morador da região, Liberato Sousa Rebouças, 27 anos, desembarcou em Manaus ainda adolescente, vindo de Eirunepé, atraído pelo sonho de trabalho no Distrito Industrial, o mesmo relata: “não dá pra ter uma vida legal, mas a gente vai levando. A falta de segurança é a pior coisa do bairro”.³²

²⁸ CARVALHO, J., 2011. p. 22

²⁹ CARVALHO, M., 2009.

³⁰ RIBEIRO, Marineide da Silva. “*A gente veio do interior sem saber muita coisa da capital*”: Vivências de paraenses interioranos em Manaus (1970-2014). Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015. p. 24.

³¹ *A Crítica*, Manaus, 24 de outubro de 1995.

³² *A Crítica*, Manaus, 24 de outubro de 1995.

Não era apenas a falta de segurança pública que incomodava os moradores dos bairros mais periféricos, a demanda por serviços ligados à área da saúde também era ressaltada por esses moradores. Rosineide de Oliveira Araújo, 41 anos, vinda da cidade de Alenquer (PA) com seu marido e cinco filhos, fixou residência com sua família em uma invasão no São José II. Para ela, o sistema de saúde deveria ser mais eficiente, pois grande parte da população necessita desse atendimento: “Estou muito desgostosa com a precariedade desse posto, meu marido veio fazer um exame de rotina e marcaram para dali a um mês”.³³

Para ter acesso a serviços básicos, como energia elétrica, os moradores das áreas mais periféricas recorriam a práticas consideradas infratoras pelo poder municipal. Temerosos de possíveis advertências, por parte das autoridades, os moradores faziam “gatos”³⁴ durante a noite e os retiravam pela manhã. O jornal *A Crítica* detalha o perigo dessa prática. Na comunidade Cidade de Deus, os gatos são, literalmente, um choque, são milhares deles num emaranhado de fios pendurados em postes rústicos, perigosamente perto da cabeça do transeunte.³⁵

A necessidade de deslocamento de pessoas pela cidade fez surgir meios alternativos de locomoção, uma vez que a política de transporte público não atendia à demanda da população, que, cotidianamente, precisava se deslocar para o trabalho, escola ou para resolverem demandas pessoais.³⁶

Entre esses transportes, destacaram-se: kombis, fuscas, e carros de passeio. Nesse cenário, Josimar Pires de França, 36 anos, proprietário de um desses meios de transporte, disse: “transporto de 100 a 150 pessoas todos os dias”. De acordo com a matéria ora explanada, a população atendida pelo transporte irregular apoiava essa modalidade, devido as falhas do transporte público coletivo, que não apresentava perspectiva de melhoras.

A moradora do João Paulo, Eunice Soares da Silva, que utiliza lotação todos os dias diz: “os ônibus já saem do terminal lotados e não param nos outros pontos”, se o poder público não tem como resolver nosso problema, então deixem as lotações fazerem o serviço.³⁷

Para compor a edição comemorativa do dia 24 de outubro de 1995, o jornal *A Crítica* ouviu arquitetos, engenheiros, historiadores e políticos que apresentaram seus olhares sobre a cidade a partir da ZFM. Foram destacadas as transformações e o crescimento desordenado. Observou-se também o empobrecimento da população, com a alta concentração de renda e

³³ *A Crítica*, Manaus, 24 de outubro de 1995.

³⁴ Expressão popular utilizada para referenciar ligações clandestinas de energia elétrica.

³⁵ *A Crítica*, Manaus, 24 de outubro de 1995.

³⁶ *A Crítica*, Manaus, 24 de outubro de 1995.

³⁷ *A Crítica*, Manaus 24 de outubro de 1995.

redução de salários, descompasso cultural e ausência de mecanismos que fortalecessem a cidadania.

Os entrevistados notaram que o poder público não estabeleceu um planejamento para a cidade, mostrando dificuldades na execução de obras nos setores de transporte, saneamento básico, saúde e educação.

Um deles, o médico e historiador Antônio José Loureiro, destaca a cidade pacata dos anos de 1856, com uma população girando em torno de 1.600 habitantes, praticamente quase todos concentrados nas redondezas das igrejas dos Remédios, e da Matriz, evidenciando um aspecto colonial, onde o extrativismo ainda era forte. Porém, nas décadas de 1960 e 1970 ocorre uma expansão da cidade com construções de praças, ruas e avenidas.³⁸

A partir de 1860 a cidade começa a crescer quando deixa o ciclo do poli- extrativismo e passa para o mono extrativismo. A cidade cresceu em direção à Rua Brasileira (Sete de Setembro) e a Estrada Epaminondas. Nas décadas de 1960 e 1970, a cidade evoluiu em direção à Praça 28 de Setembro (Praça da Polícia) foram construídas as primeiras ruas ali; a Marcílio Dias, Marechal Deodoro, a Rua da Glória (Quintino Bocaiuva).³⁹

Algo notório para os que observaram o crescimento da cidade naqueles anos (os anos pós-ZFM) é que as condições urbanas e indicadores de conforto decaíram, as áreas verdes foram reduzidas, o custo de vida se tornou alto, parte do salário empregado pelos trabalhadores era pago em tarifas de ônibus, e os cuidados com a saúde pioraram.

Nesse cenário, os especialistas entrevistados pelo jornal *A Crítica* consideraram que a ZFM empobreceu muito a população de Manaus. Todos os mecanismos de incentivos fiscais e de salários, a partir de 1964,⁴⁰ empobreceram em termos relativos, a economia local e favoreceram a concentração de renda.

O Arquiteto Severiano Mário Porto, menciona o despreparo dos governos, que não se prepararam para o crescimento da população e da área urbana. Severiano aponta que a prefeitura não se adequou as novas demandas, visto que faltaram ações no sentido de ordenar e aferir quantas pessoas estavam chegando. Por sua vez, o vereador Serafim Corrêa destaca que Manaus era uma cidade que existia até o Boulevard. O aumento da capital amazonense acrescentou um custo em transporte, coleta de lixo, fornecimento de água potável e acesso a comunicação.

Roger Abraham, arquiteto nos últimos 30 anos, destaca que Manaus teve um processo de desenvolvimento bastante atípico. Desde a ZFM até meados da década de 1990, a cidade

³⁸ A Crítica, Manaus, 24 de outubro de 1995.

³⁹ A Crítica, Manaus, 24 de outubro de 1995.

⁴⁰ Ano do golpe que inseriu o governo militar, responsável pela implantação da ZFM.

tem crescido a uma média de 7,5% ao ano, essa média só existe em áreas de fronteiras de garimpo e de fronteira agrícola.

A cidade que se estabelece após a implementação de um modelo de integração nacional, em nada lembra aquela cidade de outrora, tratada pela memória, na obra de Thiago de Mello, em que o poeta relembrou uma Manaus da primeira metade de século XX, onde os hábitos de calma permitiam à população desfrutar de seus espaços de sociabilidade:

Um das mais esplêndidas instituições culturais de Manaus daquele tempo era a conversa de calçada, aberta a boca da noite, em tudo quanto era rua, as conversas começavam, bem defronte ao portão. [...] A vizinhança, na verdade, reunia e como que dava sutil parentesco a todos os moradores de uma mesma rua, que se conheciam não apenas de vista e de cumprimento: todos se falavam, todos se frequentavam.⁴¹

Uma memória viva da escritora Carmen Novoa Silva diz respeito à cidade flutuante, que surgiu com o projeto da ZFM. As pessoas vindas do interior e de outras regiões se instalaram sobre o Rio Negro em casas feitas de madeiras construídas sobre troncos de árvores na cidade de Manaus. Isso tipificava um espaço exótico, que para ela era o reflexo da miséria vivenciada por aquela população. O poder municipal esbarrou na dificuldade de erradicar aquele espaço.

Carmen Novoa diz a esse assunto que:

Da minha infância até os dias de hoje, minha paisagem sempre foi a do Igarapé de Manaus. Esse braço do rio a cortar o centro da cidade e onde sempre tiveram lugar permanente as casas flutuantes, chegou a ser cognominada ‘cidade’ flutuante. Manaus assim ganhou mais um “ponto turístico” estes sempre afoitos pela trilogia do exotismo miséria e folclore próprios dos países de terceiro mundista. A mim criança a época, faltava o conhecimento de que sem esgotos, os dejetos de cada casa eram lançados as águas e isso, além de se constituir num atentado a saúde pública iria ser letal para os límpidos igarapés.⁴²

A memória trazida por Carmen Novoa desvela o impacto urbano causado a natureza com o despejo direto de dejetos no meio ambiente, visto que a cidade era composta por rios e igarapés, seria imprescindível um olhar sobre a necessidade de políticas voltadas para a questão ambiental.

Na tentativa de sanar alguns dos problemas urbanos, estado e prefeitura criaram algumas medidas para acompanhar as demandas ocasionadas pelo crescimento impetuoso da população. Em 1969, por exemplo, foi constituída a Companhia de Saneamento do Amazonas, através da Lei Estadual nº 892, de 13 de novembro, obra de profundo interesse público, criada pelo

⁴¹ MELLO, 2004, p. 48-49.

⁴² NOVOA, Carmen. *A Crítica*, Manaus, 24 de outubro de 1995.

Governador Danilo Duarte de Matos Areosa⁴³. Com ela houve a implementação do sistema de esgotos e abastecimento de águas para cidade.⁴⁴

Essa cidade que crescia contava com poucos espaços destinados ao lazer da população jovem e o que se observou foi a guinada assustadora de práticas criminosas entre essa população, levando o poder municipal a criar espaços para a prática esportiva como no exemplo a seguir:

A população jovem mais dinâmica que é, não dispendo de locais a prática de esporte e recreio, facilmente drena o potencial de que é portadora, para atividades que não raro degeneram em delinquência e marginalização social. As obras no Parque 10 de Novembro com o objetivo de dotarmos o Parque 10 de locais apropriados para a prática de esporte e de diversões variadas.⁴⁵

Por conseguinte, percebemos através da análise das fontes e das referências, que as demandas sociais foram planejadas e discutidas pelas autoridades. No entanto, as medidas pareciam não acompanhar o ritmo de crescimento da cidade pós implantação da ZFM. Em vista disso, uma série de problemas sociais se agravaram. A periferia, principalmente, contava com uma insipiente política de infraestrutura.

A professora Lígia Fonseca Haver, do departamento de geografia da Universidade do Amazonas, registrou que após quatro anos morando em São Paulo (1991-1995), ela voltou a Manaus e se surpreendeu com a cidade e suas obras viárias, como viadutos e passagens de nível. Obras incipientes: ⁴⁶

A cidade não comporta mais esse número de carros quando a gente se volta para os bairros da periferia, acaba observando que a cidade se expandiu de maneira totalmente desordenada” [...] não há qualquer planejamento no aspecto socioeconômico. Enquanto algumas áreas são embelezadas, outros setores como a saúde e a educação ficaram relegados. Hoje as pessoas estão se acostumando a passear no calçadão da Ponta Negra, nos shoppings centers. Antigamente as pessoas costumavam ir a banhos, quando os igarapés que cortam a cidade eram cristalinos, hoje os igarapés estão poluídos e o crescimento vertical da cidade e da população contribuíram para tornar a temperatura mais elevada no raio urbano.⁴⁷

Para o arquiteto Severiano Márcio Porto, a cidade não estava preparada para o que iria acontecer depois da implementação da ZFM. O município não se estruturou para acompanhar

⁴³ Governador do Amazonas entre os anos de 1967 e 1971.

⁴⁴ NOVOA, Carmen. *Jornal A Crítica*, Manaus, 24 de outubro de 1995.

⁴⁵ PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS. *Administração*: Paulo Pinto Nery (1965-1971). Manaus, 1975?. p. 166.

⁴⁶ *Jornal A Crítica*, Manaus, 24 de outubro de 1995.

⁴⁷ *Jornal A Crítica*, Manaus, 24 de outubro de 1995.

o crescimento da população e da área urbana. De acordo com ele, a população de Manaus não possuía hábitos urbanos. “Esse hábito, só é alcançado após três gerações. [...] a população já está começando a viver outra realidade”⁴⁸. Aplica-se aqui o que Claudia Fonseca⁴⁹ chamou de modalidade de urbanização, pois analisar a cidade concreta significa analisar o fenômeno urbano.

Manaus, nesse sentido, foi adquirindo características próprias, rompendo com o modelo antigo de organização populacional e urbano, tendo de dar conta das modificações em muito favorecidas pelo desenvolvimento do parque industrial. Em suma, “viver numa cidade significa percorrer seus espaços, habilitá-la, estabelecer relações nela. Significa ser moldado, ser habitado por ela”.⁵⁰

Logo, compreendemos que a cidade não é inerte, é movida por quem a habita, pois nela são estabelecidas relações e interações. A esse respeito, a historiadora Patrícia Rodrigues da Silva entende que a cidade é composta de vivências e experiências: “Entendemos que as “feições” da cidade são definidas e redefinidas constantemente, porque são resultados das relações sociais nela estabelecida. Vemos a cidade como palco e resultado de vivências e experiências múltiplas”.⁵¹

Nesse aspecto, em torno da cidade aglutinavam-se as diferenças que, conseqüentemente, impulsionaram os conflitos, ou seja, os avanços pretendidos com a modernização e com as atividades industriais. Com efeito, refletiu as desigualdades tão presentes em nosso país desde o seu surgimento; afinal, temos riquezas acumuladas de um lado e do outro, a pobreza da maior parcela da população.

Fonseca corrobora que isso é perceptível em outras partes do mundo, em outros grandes centros da América Latina. Com efeito, os processos de modernização, industrialização e urbanização vieram acompanhados de pobreza, desemprego, enfim de uma enorme população colocada à margem da sociedade.⁵²

Manaus viu nos anos que sucederam a implementação da ZFM, crescer em suas ruas, principalmente as do centro, o número de trabalhadores que utilizavam aquele espaço para garantir seu sustento. Muitos deles são objetos desta dissertação: os camelôs.

⁴⁸ Jornal *A Crítica*, Manaus, 24 de outubro de 1995.

⁴⁹ FONSECA, Cláudia Graça. *A cidade em comunicação: paisagens, conversas e derivas no Centro de BH*. Tese (Doutorado em Comunicação Social). Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

⁵⁰ FONSECA, 2008, p. 13.

⁵¹ SILVA, Patrícia Rodrigues da. *Memórias e Histórias de trabalhadores no Amazonas contemporâneo*. Manaus: EDUA, 2016, p. 18

⁵² FONSECA, op. cit., p. 66.

A palavra camelô vem da palavra de origem árabe *khamlat*, “nome que se dava aos tecidos rústicos comercializados em feiras livres e apregoados aos berros pelos vendedores”⁵³. O vocábulo ganhou popularidade na França, ligado ao verbo *cameloter*, associado àqueles que vendiam coisas de pouco valor.⁵⁴

Cabe destacar a diferença com outra categoria de trabalhadores que utilizavam os mesmos espaços para comercializar mercadorias: os ambulantes. Enquanto os camelôs fixam-se em um determinado espaço para sua atividade, o vendedor ambulante se caracteriza por não ter lugar fixo. Não raro as duas palavras aparecem como sinônimos, e em tempos difíceis, os camelôs com pontos fixos, também utilizam a tática de se movimentar pelas ruas para escapar de fiscalizações e apreensões.⁵⁵ Na lei orgânica do município de Manaus (LOMAN), é reconhecido como ambulante aquele sem ponto fixo, e que muitas vezes desrespeita a norma vigente de ordenamento do solo.⁵⁶

Nas ruas, o aspecto informal do trabalho é notado por pequenas bancas instaladas em ruas e calçadas, onde são oferecidos os mais variados produtos. Os pontos de preferência desses trabalhadores são as ruas com grande trânsito de pessoas, por exemplo, as avenidas Eduardo Ribeiro, Marechal Deodoro, Henrique Martins e Sete de Setembro, ruas movimentadas do centro da cidade.

Luciano Mendes e Neusa Rolita destacam, nesse contexto, a lógica de organizações das indústrias e das instituições financeiras, auxiliando-nos a compreender o que atrai esses trabalhadores para o centro da cidade:

Neste modelo de cidade informacional o sistema industrial acaba transferindo para margem do espaço urbano (exemplo disso os distritos industriais), enquanto o sistema financeiro e de circulação de moedas tomam centralidade (agências bancárias e financeiras) tendo em vista essa lógica de circulação passa a funcionar não mais na periferia, mas próximo as regiões centrais, onde o sistema financeiro se constitui.⁵⁷

Como aponta Marineide Ribeiro⁵⁸, Manaus foi muito procurada por aqueles que buscavam melhores condições de vida, o que levou a cidade a um crescimento desordenado.

⁵³ CAMELÔ. In: DICIONÁRIO Etimológico. Disponível em: <https://www.dicionarioetimologico.com.br/camelô/>. Acesso em: 20 jan. 2020.

⁵⁴ *Idem*.

⁵⁵ MENDES, Luciano; CAVEDON, Neusa Rolita. A atividade de camelô como prática urbana no contexto das cidades. *urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana* [online], vol.4, n.1, 2012, pp.123-140. ISSN 2175-3369. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2175-33692012000100009&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso: 20 jan. 2020.

⁵⁶ PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS. Lei Orgânica do Município – Loman. p.27.

⁵⁷ MENDES, 2012.

⁵⁸ RIBEIRO, 2015.

Como discutiremos a seguir, o mercado formal não absorveu toda mão de obra vinda para a cidade, o que contribuiu para agravar mazelas sociais que já existiam. Parte dessa mão de obra recorreu ao chamado mercado informal, onde camelôs e ambulantes, sem dúvida, representaram a face mais exposta deste mercado.⁵⁹

1.2 Aspectos do trabalho dos camelôs na cidade de Manaus

Em Manaus, a atividade comercial de ambulantes e camelôs existe há muito tempo. Como nos mostram os trabalhos dos historiadores Deusa Costa, Maria Luiza Ugarte Pinheiro e Otoni Mesquita, que se debruçaram sobre a análise da cidade manauara no final do século XIX e início do século XX e descrevem, em suas obras, a presença de camelôs nas principais ruas da cidade.⁶⁰

A partir de 1970, acentuou-se a densidade demográfica em Manaus, devido à implementação da Zona Franca em 1967.⁶¹ O aumento considerável da população, ilustrado na tabela abaixo, deve-se ao grande número de trabalhadores vindos do interior para a capital e ainda de outros estados do país, atraídos pela possibilidade de trabalharem nas indústrias que se estabeleciam no polo recém-implantado.⁶²

Tabela 1 – População de Manaus nos Censos Demográficos (1940/1970)

1940	1950	1960	1970
106.399	139.620	175.343	314.197

Fonte: Dados disponíveis em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 9 dez. 2016.

Deusamir Pereira aponta que “a Zona Franca de Manaus combinou velhas e novas desigualdades de trabalho, renda, empregabilidade e concentração populacional no complexo contexto de reestruturação produtiva e da desterritorialização do capitalismo mundial”. Diante de tal conjuntura, a implementação de grandes multinacionais na capital amazônica fez com

⁵⁹ OLIVEIRA, Marcio André Araújo de. *Trabalho Informal e Redes Sociais: os camelôs da Praça da Matriz em Manaus*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

⁶⁰ Ver: COSTA, Deusa. *Quando viver ameaça a ordem urbana: trabalhadores de Manaus (1890/1915)*. Manaus: Valer, 2014.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1899/1925)*. 3ª ed. Manaus: FUA, 2015.

MESQUITA, O. M. A imagem da cidade. *Canoa do Tempo (UFAM)*, v. 01, p. 97-119, 2007.

⁶¹ Cf. SILVA, M. P. M.; MESQUITA, O. M. *Expressões do mundo do trabalho contemporâneo: um olhar para os trabalhadores do Parque industrial de Manaus*. Manaus: Edua- Editora da Universidade do Amazonas, 2010.

⁶² BOTELHO, 2006.

que Manaus fosse vista por muitos homens e mulheres como uma terra de oportunidades para ascensão social.

A esse respeito, Marineide Ribeiro esclarece que o desenvolvimento de Manaus, no período de implementação da Zona Franca, inserido no contexto da ditadura militar brasileira, está ligado ao chamado “milagre econômico”⁶³, período caracterizado pela aceleração do crescimento do Produto Interno Bruto, industrialização e baixos níveis inflacionários.

Como explanado no tópico anterior, a ditadura militar transformou a Amazônia em um cenário de ocupação territorial massiva. Com efeito, utilizando-se do lema: “Integrar para não entregar”, o governo militar investiu em forte propaganda para atrair diversos migrantes à região. No entanto, a grande mão de obra vinda para a capital amazonense não era totalmente absorvida pelo mercado formal de trabalho, levando diversos trabalhadores a exercerem atividades no setor informal.

Ao compreender os camelôs como trabalhadores do setor informal, faz-se necessário discutir tal conceito. Maria Aparecida Alves e Maria Augusta Tavares⁶⁴ apontam que o conceito de setor informal se originou a partir de uma formulação realizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), por meio de um estudo realizado em 1972, no Quênia, que tratava especificamente da problemática do emprego.

O setor informal englobaria as unidades econômicas que produzem bens e serviços, com o principal objetivo de gerar renda para as pessoas envolvidas. Claudio Dedecca⁶⁵ ressalta que o setor informal é bastante amplo, inclui os pequenos negócios, registrados ou não, individuais, familiares ou com até cinco empregados. Fazem parte desse grupo, não apenas pessoas com baixa escolaridade, mas também profissionais altamente qualificados, como consultores de empresas que trabalham sem vínculo empregatício, demonstrando a heterogeneidade desse grupo.

Camelôs, vendedores ambulantes, prestadores de serviços, empregados domésticos e artesãos, estão nas faixas mais pobres de trabalhadores desse grupo. Dedecca chama-nos a atenção para a diferença existente entre setor informal e informalidade. De acordo com ele:

⁶³ RIBEIRO, 2015.

⁶⁴ ALVES, Maria Aparecida; TAVARES, Maria Augusta. A dupla face da informalidade do trabalho no Brasil: autonomia ou precarização. In: ANTUNES, Ricardo. *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006. p. 425-444.

⁶⁵ DEDECCA, Claudio Salvadori. Setor informal e informalidade no Brasil. *Ciência Hoje*, São Paulo, v. 39, n. 234, p. 18-23, janeiro-fevereiro, 2007.

Enquanto o setor informal engloba as ‘unidades de produção’ de pequeno porte, que atuam às margens dos segmentos modernizados da economia, a informalidade está relacionada ao não cumprimento das normas de proteção aos trabalhadores (basicamente, a ausência de contribuição para a previdência social e outros fundos que beneficiam a força de trabalho). Para mostrar as diferenças entre os dois conceitos, pode-se dizer que uma parcela do setor informal (por exemplo, empregados domésticos com carteira assinada) recolhe encargos sociais e, portanto, não está na informalidade.⁶⁶

Jacob Lima e Maria Soares⁶⁷ afirmam que o conceito de informalidade é polêmico desde a sua origem e engloba situações “analiticamente distintas como economia informal, mercado informal, setor informal e trabalho informal”. Não obstante, essas situações possuem em comum a inexistência de regulações estatais em sua organização e o funcionamento paralelo as regulações existentes.⁶⁸

Compreendemos que a ausência de uma conceituação precisa para o termo informalidade gera diferentes formas de utilização e podem variar de acordo com o foco do que se pretende analisar. Eduardo Noronha assevera a existência de três grandes matrizes de abordagem do tema: “os economistas, com a oposição formal/informal; os juristas, com a oposição legal/ilegal; e o senso comum com a oposição justo/injusto”.⁶⁹

Roberto Olinto pontua que as dificuldades em se definir uma estrutura conceitual comum para a informalidade perpassam por questões ligadas às legislações diferentes entre países e os objetivos a serem alcançados por meio das diversas análises sobre os fatores que englobam a informalidade.⁷⁰ Em outros termos, entendemos que:

O fenômeno pode ser observado, por exemplo, pelo lado social ou pelo lado da produção, o que determina universos diferentes. Não existe, portanto, apenas um único conjunto possível de atividades econômicas, ou categorias de ocupação, a ser classificado sob o termo ‘informalidade’. [...]Na ótica da Organização Internacional do Trabalho, prioriza-se a produção e o emprego, já nas contas nacionais se procura um enfoque mais amplo, considerando consumo e acumulação. De forma geral, podemos definir dentro de uma economia o que seria a economia informal, composta do setor informal e do emprego informal.⁷¹

⁶⁶ DEDECCA, 2007. p. 20.

⁶⁷ LIMA, Jacob Carlos; SOARES, Maria José Bezerra. Trabalho flexível e o novo informal. *Caderno CRH*, Salvador, v. 15, n. 37, p. 163-178, jul./dez. 2002. p. 165.

⁶⁸ LIMA; SOARES, 2002. p. 165.

⁶⁹ NORONHA, Eduardo G. “Informal”, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.18, n. 53, p. 111-179, outubro/2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n53/18081.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2020. p. 112.

⁷⁰ OLINTO, Roberto. Economia informal: setor informal, emprego informal, afinal do que estamos verdadeiramente falando - Parte I. *Blog do Instituto Brasileiro de Economia*, Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 03 mar. 2020. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/economia-informal-setor-informal-emprego-informal-afinal-do-que-estamos-verdadeiramente>. Acesso em: 23 jun. 2020.

⁷¹ Idem.

Ao passo que o conceito de setor informal surge a partir da noção formulada pela OIT, a noção de informalidade emerge nos países desenvolvidos, a partir de uma situação de desemprego e diz respeito às ocupações sem proteção social.⁷² Em suma, fica claro que camelôs e ambulantes fazem parte de um dos muitos grupos de trabalhadores informais que se enquadram no setor informal e, indubitavelmente, constituem o lado mais visível desse setor.

As últimas décadas têm sido marcadas pelo aumento do número de trabalhadores no setor informal. A explicação para isso decorre da contínua precarização do trabalho advinda da flexibilização e desregulamentação dos direitos sociais, como também da terceirização e novas formas de gestão da força de trabalho.

Posto isso, observamos que, durante a década de 1980, ocorreram os primeiros impulsos do nosso processo de reestruturação produtiva, caracterizada pela retração de custos, mediante a redução da força de trabalho. Nos anos 1990, marcados pelas políticas neoliberais, a reestruturação desenvolveu-se através da implantação de vários receituários, oriundos da acumulação flexível e do ideário japonês. O crescente assalariamento é substituído pela mão de obra informal, aprofundada pela situação da precarização do trabalho formal.⁷³

Deste modo, Rosana Campos e Christiane Campos pontuam que “o trabalho informal ganhou visibilidade pela sua expansão, carregando em si o peso da precarização, face à contração do mercado de trabalho formal”.⁷⁴ Para as autoras, o mercado de trabalho foi o campo mais afetado pelas políticas econômicas neoliberais, porque geraram o desemprego em massa e, conseqüentemente, a expansão do mercado de trabalho informal, desestruturando ou piorando a situação econômica de uma grande parcela da população brasileira.

As transformações econômicas ocorridas nas últimas décadas são sublinhadas pelas falas dos nossos entrevistados. Avistamos em seu *métier* elementos considerados pela OIT como identitários do trabalho informal: as operações em pequena escala, o trabalho familiar, a facilidade de entrada e a qualificação externa ao sistema escolar formal. Nosso entrevistado, Antônio Feliciano Matos, ilustra o aspecto do trabalho familiar, do seguinte modo:

⁷² DEDECCA, 2007.

⁷³ ANTUNES, Ricardo. A era da informatização e a época da informatização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo.(Org.). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 15-26.

⁷⁴ CAMPOS, Rosana Soares; CAMPOS, Cristiane S. S. Mulheres camelôs: o retrato da precarização do trabalho no Brasil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA BRAZILIAN STUDIES ASSOCIATION, 9, 2008, Nova Orleans. *Resumos* [...]. New Orleans: Brazilian Studies Association, 2008. n.p.

Isso aqui veio de minha família, sou a terceira geração, já tenho a quinta, tenho duas filhas no ramo, cada um fazendo família. Veio do meu avô, aí meu avô passou pro meu pai, meu pai me criou com essa atividade, e eu criei meus filhos com essa atividade, então eu tenho orgulho do meu trabalho.⁷⁵

O avô e o pai de Antônio Feliciano eram camelôs, seu envolvimento com a atividade, desde tenra idade, fez com que ele assumisse a profissão; mais tarde, o mesmo ocorreu com suas duas filhas. A facilidade de entrada e a possibilidade de se iniciar um negócio com poucos recursos, além da baixa escolaridade, foram fatores impulsionadores para ele e para diversos trabalhadores que ingressaram na atividade de camelô.

De acordo com os depoimentos dos entrevistados, a baixa escolaridade é apontada como um dos fatores determinantes para sua exclusão do mercado formal de trabalho no Distrito Industrial, como mostra o depoimento de Manuel Brito da Rocha:⁷⁶

Eu escolhi essa atividade porque naquela época eu cheguei em Manaus e não tinha estudo, condições e profissão, pedreiro, carpinteiro, essas coisas, aí eu entrei na venda, comprando e vendendo, foi aonde eu achei que dava para trabalhar, ganhar um dinheirinho e sobreviver. Eu sou casado, pai de cinco filhos, mas não trouxe nenhum filho pra rua, eu estava porque não podia mais sair, tinha que continuar. Tenho duas filhas formadas, Graças a Deus! Com o meu sacrifício trabalhando na rua.⁷⁷

De maneira semelhante, Francisco Furtado Damasceno, piauiense, a época com trinta e sete anos de idade, deficiente físico, conta que o trabalho como camelô o retirou da condição de pedinte e possibilitou o sustento da sua família (esposa e dois filhos). Com um pequeno capital, Ele montou uma banca de bijuterias juntamente com a esposa. Em sua fala ele exalta a atividade como uma forma digna de manter a sua sobrevivência, porque na condição de pessoa com deficiência, a busca por uma vaga no mercado formal de trabalho esbarrava na sua limitação física. Conforme relato: “Se eles me tirarem esse emprego, eu terei que voltar a pedir esmolas”, afirma Francisco.⁷⁸

Por sua vez, seu Raimundo Nonato Teles, casado pai de 5 filhos, natural de Cruzeiro do Sul no estado do Acre, exerce a atividade de camelô desde 1978. Segundo seu relato, antes de vir para Manaus ficou em Eirunepé, onde seu irmão tinha um hotel. Com 23 anos chegou em

⁷⁵ Antônio Feliciano Matos, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa, em 27 de outubro de 2016, na cidade de Manaus. Antônio é viúvo, natural de Manaus, morador do Novo Aleixo. Na época da primeira entrevista (2016), possuía 68 anos. Pai de 3 filhos, exerce o ofício de camelô no centro de Manaus há mais de quatro décadas.

⁷⁶ Manoel Brito da Rocha, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa, em 29 de outubro de 2016. Manoel é natural de Manaus, trabalha desde a década de 1970 como camelô. Hoje está locado na galeria Espírito Santo, entre as ruas Joaquim Sarmiento e 24 de maio, no centro de Manaus.

⁷⁷ Manoel Brito da Rocha, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa, em 29 de outubro de 2016.

⁷⁸ Jornal *A Crítica*, Manaus, 07 de junho de 1987, p. 3.

Manaus, a convite do pai que já se encontrava na cidade. Passou a morar no Educandos e a trabalhar em uma fábrica de processamento de castanhas. Depois de um tempo, iniciou sua atividade como camelô por meio de uma banca na Avenida Eduardo Ribeiro. Seu Raimundo Nonato descreve qual foi sua impressão ao chegar em Manaus:

Manaus sempre foi uma terra muito boa, um povo sempre muito ótimo, aqui é mesclado, tem gente de toda parte. Naquela época era uma cidade calma, hoje Manaus não tá como naquele tempo, Manaus inchou, né!?. [...] eu vim com a intenção de ficar em Manaus, como hoje estou. Fui bem recebido, logo no começo não foi fácil, porque você vai começar nova vida, novo emprego, mas depois você vai se acostumando e aí dá tudo certo.⁷⁹

Raimundo iniciava sua jornada por volta das 8:00 da manhã e encerrava às 17h. Quando retornava para casa, cuidava da filha caçula, enquanto a esposa trabalhava a noite, na fábrica Brasil Juta, localizada no bairro Educandos. Logo pela manhã, a esposa levava os filhos para a escola, ele conta que sua relação em casa com a esposa e os filhos era boa: “nunca briguei com minha esposa”. Aos fins de semana ele costumava reunir a família para ir a Ponta Negra. Conforme ele relata: “quando tinha Ponta Negra, sem poluição no domingo, eu gostava dum barzinho, quando era Ponta Negra, hoje não é Ponta Negra, hoje é poluída não presta mais”⁸⁰. Sua renda como camelô não era suficiente para manter a família, o trabalho da sua esposa era fundamental para garantir a sobrevivência de todos os membros de sua residência.

Observando a fala de Raimundo, notamos que ele abandonou o trabalho na fábrica para iniciar a atividade como camelô. Isso denota que o ingresso na atividade de camelô ocorre por vários motivos, e não apenas por não serem absorvidos como mão de obra da indústria. Mesmo tendo profissão, alguns passaram a trabalhar na rua, por entender que é mais rentável ou para se sentirem mais “livres”, como veremos a seguir na fala de Joaquim José.

Joaquim José da Costa 62 anos, solteiro, pai de um filho, natural de Rio Branco, Acre. Chegou em Manaus acompanhado dos pais, em 1960, sendo abrigado por um tio que já morava na cidade. Ele narra que seu pai era seringueiro, e “quando acabou o movimento da borracha, tivemos que se virar. [...] Quando chegamos meu pai conseguiu trabalho em uma serralheria e depois trabalhou como vigia e minha mãe lavava roupa pra fora”.⁸¹

⁷⁹ Raimundo Nonato Teles, em entrevista concedida à Rubens Rodrigues da Silva, no dia 30 de julho de 2018. Raimundo é casado pai de cinco filhos, natural de Cruzeiro do Sul no estado do Acre, ingressou na atividade de camelô em 1978. Atualmente trabalha na Galeria Espirito Santo.

⁸⁰ Raimundo Nonato Teles, em entrevista concedida à Rubens Rodrigues da Silva, no dia 30 de julho de 2018.

⁸¹ Joaquim José da Costa, em entrevista concedida à Rubens Rodrigues da Silva, no dia 11 de junho de 2019. Joaquim tem 62 anos, natural de Sena Madureira - Rio Branco - Acre, solteiro e pai de um filho, chegou em Manaus em 1960, exerce a atividade de camelô desde a década de 1980.

Seu Joaquim descreve que estudou até a 7ª série do ensino fundamental e seu ingresso na atividade de camelô se deu da seguinte forma:

Eu trabalhava na construção civil, aí um dia eu estava trabalhando na Joaquim Nabuco e meu irmão se entrosou com uns colegas camelôs, aí me chamou pra ajudar ele. Aí comecei a trabalhar como camelô, o dinheiro que eu ganhava em dois dias como pedreiro, graças a Deus, dava pra ganhar num dia como camelô, aí achei melhor trabalhar de camelô do que de pedreiro. Na rua eu comecei vendendo fita cassete, depois passei a vender bijuteria, cinto e carteira.⁸²

Joaquim possuía um emprego na construção civil, mas o salário recebido não lhe agradava, logo nos primeiros contatos com a profissão de camelô, resolveu mudar de atividade, comercializando mercadorias como fitas cassete e bijuterias. Assim, o fator que motivou a sua entrada, não foi o desemprego, mas a possibilidade de um ganho maior.

Em matéria publicada pelo jornal *A Crítica*, no dia 10 de setembro de 1987, encontramos o depoimento de Winsenhower Fernando Côrtes sobre o assunto:

É melhor ser camelô do que ser empregado no comércio ou funcionário público. O camelô esforçado, dita seu horário de trabalho, determina suas próprias transações e até pode ficar bem de vida. [...] Não tinha nada quando era um simples empregado de uma empresa beneficiadora de juta. “trabalhei 14 anos com vínculo empregatício e vivia sem um tostão no bolso. Um dia saí para a luta, no meio da rua e hoje sustento minha família, tenho duas casas e não passo fome. Os meus fregueses são fieis, qualquer produto que coloco na rua, eu vendo.”⁸³

Avelino Cosme de Sousa, casado 63 anos, natural de Manaus, pai de 5 filhos, aponta que se tornou camelô pela “facilidade do trabalho, eu sempre gostei de ser livre, nunca gostei de trabalhar empregado. Então uma opção que eu escolhi foi trabalhar de camelô”.⁸⁴ Depois da jornada de trabalho na rua, à noite frequentava a escola onde fazia o ginásio, atual ensino médio. Em casa, seu Avelino levava uma vida simples como milhares de trabalhadores, nos tempos livres desfrutava o lazer de acordo com suas possibilidades. “Eu gostava de sair pra brincar, dançar, aquela rotina do jovem, né. Esse era meu padrão nos tempos livres, sair ir pra banho e quando eu era jovem praticava futebol”.⁸⁵

⁸² Joaquim José da Costa, em entrevista concedida à Rubens Rodrigues da Silva, no dia 11 de junho de 2019.

⁸³ Jornal *A Crítica*, Manaus, 10 de setembro de 1987, p. 2.

⁸⁴ Avelino Cosme de Sousa, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa, no dia 05 de fevereiro de 2020. Avelino é casado, natural do estado do Amazonas. Exerce a atividade de camelô desde a década de 1970.

⁸⁵. Avelino Cosme de Sousa, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa, no dia 05 de fevereiro de 2020.

Um fator intrigante na fala de seu Avelino é sua ênfase na liberdade. A que liberdade ele se refere em sua fala? É sabido que “não ser empregado” denota a ausência das garantias trabalhistas asseguradas pelo governo. Deste modo, por que escolher ser um trabalhador informal? Avelino revela que ser livre era poder se sentir “dono do seu tempo” sem um horário determinado para entrar, almoçar, sair. Winsenhower Fernando Côrtes, também citou a questão do tempo: “O camelô esforçado, dita seu horário de trabalho”.

No entanto, isso não significa uma menor jornada de trabalho. Os camelôs, principalmente em períodos de maior aquecimento do comércio, realizavam extensas jornadas que poderiam ultrapassar as 12 horas de trabalho diário, como destaca a pesquisa realizada pela Divisão de Planejamento Urbanístico (DPU), no início da década de 1980, onde foi constatado que um número expressivo de camelôs relatou exercer jornadas superiores a 10 horas diárias.⁸⁶

No que tange às mulheres camelôs, chamou-nos atenção as observações de Rosana Campos e Cristiane Campos. As autoras desvelam que o processo de precarização do trabalho teve como uma de suas consequências a feminização da força de trabalho, com maior intensidade em ocupações precárias.⁸⁷

A exemplo, uma matéria publicada pelo jornal *A Crítica*, no dia 03 de abril de 1983, destacou que o comércio das ruas atraiu também um grande número de mulheres, como Sebastiana, moradora do bairro Santa Luzia, mãe de três filhos, o mais novo, com dois anos, e o mais velho, com nove, revelou-nos que desde outubro, depois de perder o emprego, passou a vender vários tipos de louças pelas ruas de Manaus. Sebastiana vive com a mãe e é solteira. Ela se queixa que a atividade é uma das mais cansativas; que normalmente chega ao centro por volta das 7 da manhã e fica até as 18 horas, “sempre em pé, gritando para chamar os fregueses”.⁸⁸

Uma de nossas entrevistadas, Dona Maria de Lourdes Silva, natural de Barreirinhas-AM, explica como foi seu começo na atividade de camelô:

Eu vim ainda criança morar com minha tia, eu tinha 12 a 13 anos, por aí. Eu nasci em Barreirinhas, Amazonas [...] eu tinha que ajudar minha mãe, né, porque meu pai tinha falecido. Eu morei no Parque 10 com minha tia. Quem já trabalhava era minha tia, ela trabalhava em casa de família. Aí foi que ela foi arrumando trabalho pra mim em casa de família, aí com o tempo eu queria ter minha vida própria, aí, fui tendo mais idade, aí comecei a trabalhar como auxiliar de limpeza, no [EMOPES?], eu tive que batalhar

⁸⁶ Jornal *A Crítica*, Manaus, 27 de novembro de 1983, p. 5.

⁸⁷ CAMPOS, R.; CAMPOS, C., 2008. n.p.

⁸⁸ Jornal *A Crítica*, Manaus, 03 de abril de 1983, p. 5.

sozinha, eu e minha tia. Aí eu já tinha vinte e poucos anos, aí meu marido foi embora, aí eu fiquei com uma criança, aí eu optei por trabalhar como camelô.⁸⁹

Maria de Lourdes relata que deu início as atividades como camelô após o término de seu relacionamento, que a tornou a única responsável pelo sustento do seu filho. Em seu relato, ela sublinha que em quase quatro décadas exercendo a atividade de camelô, presenciou o aumento considerável do número de trabalhadores nas ruas: “não tinha muita gente, não tinha aquela aglomeração de camelô, tinha poucos camelôs. Aí foi passando, foi passando, foi enchendo, foi aparecendo, aparecendo, aí pronto”.⁹⁰

Outra de nossas entrevistadas, Dona Rosalina Félix Pacheco, 51 anos, natural de Manaus, casada, mãe de três filhos, filha de pai cearense, que migrou para Manaus na década de 1940. Desempenha o trabalho como camelô desde 1990, em seu depoimento. Ela destaca os aspectos cotidianos de sua lida e ainda os fatores que a levaram a enveredar pelo trabalho na rua:

O dia a dia era, vamos dizer que existe o sofrimento, mas existe a bonança! E a abonança é o que? Você todo dia vir e ter certeza que levava seu dinheiro para casa. E tinha o sofrimento que era o Sol, chuva, ratos na beira da calçada. Inclusive meu pai foi um dos camelôs mais antigos de Manaus, eu fui criada na beira da calçada, desde os meus um ano de vida, meus pais sempre me traziam pra rua. Tinha dias que era bom, tinha dias que era ruim, mas nunca ficamos sem levar nosso dinheiro para casa. [...] é nunca fui de estudar, né, então como os meus pais já eram ambulantes, quando inteei 20 anos, resolvi ser. Não vou dizer que me arrependi porque criei meus filhos de lá, e criei homens de bem. Tudo na beira da calçada, mas também nunca permiti que um filho meu fosse camelô, porque quando você vê o dinheiro fácil, você não quer saber de estudar e eu trabalhei pros meus filhos se formar, eu não tive oportunidade de me formar, porque trabalho desde criança. Desde cedo, não tive força de vontade e não queria isso pros meus filhos, porque é uma vida sofrida, né. Quando eu comecei, eu era separada do meu marido, já tinha um filho de um ano, então achei uma coisa fácil, como eu disse ser camelô é fácil em termo de dinheiro que vem rápido e foi o que procurei pra minha vida.⁹¹

Vários indicadores sociais comprovam que a implantação das políticas neoliberais no país piorou consideravelmente as condições de vida da população trabalhadora no Brasil. Contudo, as mulheres foram as mais atingidas, em virtude da dificuldade em conciliar o trabalho

⁸⁹ Maria de Lourdes da Silva, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa, em 12 de maio de 2019. Maria é solteira, mãe de um filho, natural de Barreirinhas-Amazonas e trabalha como camelô na Avenida Eduardo Ribeiro, desde a década de 1980.

⁹⁰ Maria de Lourdes da Silva, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa, em 12 de maio de 2019.

⁹¹ Rosalina Felix Pacheco, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa, no dia 11 de junho de 2019. Rosalina possui 51 anos, é natural de Manaus, casada, mãe de três filhos e trabalha como camelô desde a década de 1990. Atualmente exerce a profissão na Galeria Espírito Santo.

fora de casa com a tarefa de cuidar dos filhos. Enfrentam ainda a discriminação, menores rendimentos em relação aos homens e o assédio.⁹²

Em suma:

Apesar das condições de trabalho se apresentarem vulneráveis e precárias para homens e mulheres, são estas, na verdade, que carregam o fardo maior do emprego no setor informal, da menor remuneração e da dupla jornada de trabalho na rua e em casa. Consequentemente, são elas as mais pobres e as mais excluídas econômica, política e socialmente.⁹³

Dona Rosalina revela sua dupla jornada de trabalho, que se iniciava nas primeiras horas do dia e se estendia até o início da noite, por ter de realizar os afazeres do lar:

Eu chegava as 8h30 da manhã e às vezes saía as 6h pras 7h e chegava em casa, cuidava da minha vida, que era cuidar dos meus filhos, fazer a janta, fazer as coisas. Era a vida que eu levava. Eu sempre trabalhei com minha irmã, eu pagava ela pra me ajudar e me substituir.⁹⁴

Antes de ir para rua, Dona Rosalina deixava os filhos na escola e pagava ainda uma vizinha para cuidar dos seus filhos quando a irmã não podia fazê-lo. Costumava chegar na rua Henrique Martins às 8h30 e sair às 18h. Ao chegar em casa se dedicava aos afazeres domésticos: lavar louças, preparar o jantar e o almoço do dia seguinte. Sempre que possível, às quartas feiras e aos domingos frequentava a igreja Assembleia de Deus da Madureira.

Eliete Brandão Costa, 53 anos, mãe de duas filhas, conta que seus pais eram de Coari e vieram para Manaus. Eliete era a mais nova de 7 irmãos e nasceu em Manaus, sua família fixou residência no bairro Japiim I e foi nesse bairro que ela passou sua infância, adolescência e juventude. Estudou até a 8ª série do ensino fundamental, na escola Estadual Lucinda Félix de Azevedo, localizada no bairro Japiim I. No final dos anos 1980, começou a trabalhar na Eduardo Ribeiro, vendendo água, refrigerante e comida. Dona Eliete expõe: “na época eu não tinha emprego e a única maneira de sustentar a minha família era ir pra rua para conseguir sobreviver, tinha duas filhas pequenas que precisavam estudar.”⁹⁵

⁹² CAMPOS, R.; CAMPOS, C., 2008. n.p.

⁹³ CAMPOS, Rosana Soares; CAMPOS, Cristiane S. S. Mulheres camelôs: o retrato da precarização do trabalho no Brasil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA BRAZILIAN STUDIES ASSOCIATION, 9, 2008, Nova Orleans. *Resumos* [...]. New Orleans: Brazilian Studies Association, 2008. n.p.

⁹⁴ Rosalina Felix Pacheco, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa, no dia 11 de junho de 2019.

⁹⁵ Eliete Costa Brandão, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa, no dia 05 de fevereiro de 2020. Eliete tem 53 anos, é natural de Manaus, a mais nova de sete irmãos e mãe de duas filhas. Ingressou na atividade de camelô em 1990.

Dona Eliete descreve que costumava passar até seis horas trabalhando na rua, e quando chegava em casa: “ia cuidar de minhas filhas, ia limpar, lavar, fazer comida, eu me virava em 10.”⁹⁶ Uma irmã de dona Eliete levava as filhas dela para a escola, ela lembra que não tinha lazer, pois, mesmo aos fins de semana ia trabalhar nas festas de clubes pela cidade, vendendo bebidas. Muito esporadicamente, visitava uma igreja evangélica perto de sua casa. Quando estava nas ruas, suas irmãs cuidavam de suas filhas.

Para as mães solo, seu trabalho era o único responsável pelo seu sustento e dos filhos, elas se desdobravam para cuidar das crianças e a jornada fora do lar. Para isso, contavam com uma rede de apoio formada por suas familiares e vizinhas. Porém, mesmo no caso daquelas que possuíam companheiros, a jornada era extenuante, pois, seu trabalho se dava nas duas frentes: na rua e em casa. Isso ocorre porque, apesar do crescimento do protagonismo das mulheres no sustento econômico das famílias, não houve uma alteração substancial da divisão sexual do trabalho dentro das famílias, de modo que o trabalho doméstico permanece sendo uma atribuição feminina.⁹⁷

Outro fantasma que assombrava o cotidiano de trabalho das mulheres camelôs era o assédio sexual. Nossas entrevistadas afirmam que podiam senti-lo até mesmo na maneira como os homens lhes dirigiam a palavra. “Eu fui assediada, e sou assediada até hoje como camelô na rua [...]”.⁹⁸

Insultos também são relatados em suas falas:

Tinha um rapaz que me chamava de velha, velha feia e palavras ridículas mesmo, que hoje em dia a gente fica triste em ver certos rapazes, certos homens já de idade, chamando a pessoa de velha, velha feia [...] eu não tinha marido mas, me orgulho de ser uma pessoa solteira que graças a Deus eu tenho minhas coisas sou uma guerreira.⁹⁹

Dona Rosalina Felix Pacheco reitera as dificuldades enfrentadas pelas mulheres que exercem a profissão de camelô: “[...] até hoje a gente vê homens machistas, mas não me deixo abater, porque eu não dependo de homem pra viver, mas machismo em todo lugar a gente encontra”.¹⁰⁰ Ao analisar o conceito de feminização da pobreza dentro do cenário econômico neoliberal, Mary Garcia Castro destaca:

⁹⁶ Eliete Costa Brandão, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa, no dia 05 de fevereiro de 2020.

⁹⁷ CAMPOS, R.; CAMPOS, C., 2008. n.p.

⁹⁸ Maria de Lourdes da Silva, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa, em 12 de maio de 2019.

⁹⁹ Idem.

¹⁰⁰ Rosalina Felix Pacheco, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa, no dia 11 de junho de 2019.

[...] a mulher da classe trabalhadora não se faz somente na relação capital e trabalho, ou no mercado, mas, no circular por ideologias de gênero, ser codificada, inclusive no mercado, por estereótipos, como menos produtiva, responsável pelos filhos e duplas jornadas de trabalho — na casa e no desempenho de atividades remuneradas. O reconhecimento da maior vulnerabilidade social das mulheres é também o reconhecimento de que sistemas de subordinações se cruzam, como os de classe, de raça e de gênero.¹⁰¹

Desta forma, vemos que o duro trabalho nas ruas, apresentava vulnerabilidades específicas para as mulheres que tinham que lidar com a dupla jornada, o assédio sexual, o desrespeito e a humilhação.

Para os camelôs, um bom ponto, com intensa movimentação, era fundamental, visto que eles dependem do movimento das pessoas para a venda dos seus produtos. A exemplo, Arthur Farias de Castro, camelô do centro de Manaus desde os anos 1970, quando perguntado por que era importante trabalhar na Eduardo Ribeiro, respondeu-nos:

tudo o que você bota na beira da calçada você vende, porque é onde tá o povão. A rua Eduardo Ribeiro, Marechal Deodoro, Henrique Martins e Sete de Setembro era o local mais movimentado e de acesso de muitas pessoas, enquanto que passava que passava mais de mil pessoas por hora lá [...] o movimento é aonde tem acesso de gente, não tem acesso de gente não funciona.¹⁰²

A prefeitura municipal de Manaus, procurando organizar o setor, realizou através da sua Divisão de Planejamento Urbanístico (DPU), um levantamento sobre a questão dos camelôs na cidade, chegando à conclusão de que o crescimento desse ramo de atividade foi muito grande no início de década de 1980.

De acordo com o levantamento da prefeitura, comerciantes, estudantes, auxiliares de escritório, fotógrafos, profissionais de curso superior, pescadores, artesãos, estavam entre os que compunham a classe dos vendedores ambulantes, como uma fórmula encontrada para a sobrevivência diante da crise que se abateu sobre todas as camadas sociais do país, formando um grupo de subsistência informal, atuando nas mais diversas atividades dentro do ramo, na comercialização de produtos que iam do vestuário às ferragens, das frutas regionais aos artigos estrangeiros,¹⁰³ conforme o quadro abaixo:

¹⁰¹ CASTRO, Mary. Feminização da pobreza em cenário neoliberal. *Mulher e Trabalho*. Porto Alegre, FEE, v. 1 p. 89-96, 2001.

¹⁰² Arthur Farias de Castro, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa, em 28 de outubro de 2016. Arthur é casado, pai de dois filhos, trabalha no centro da cidade desde 1978 e hoje está alocado na Galeria Espírito Santo.

¹⁰³ *Jornal A Crítica*, Manaus, 27 de novembro de 1983, p. 5.

Quadro 1 – Levantamento dos camelôs por atividade exercida (1980 a 1983)

Tipo de mercadoria vendida	Número de trabalhadores	Tipo de mercadoria vendida	Número de trabalhadores
Frutas e legumes	233	Pipoca	36
Roupas	184	Carros de lanche	25
Outras vendas	141	Miudezas	15
Relógios e bijuterias	118	Ferragens	06
Refeições e lanches	65	Conserto de sapatos	32
Jornais e revistas	57	Jogo do bicho	29
Brinquedos	38	Fotografia	14
		Conserto de relógio	10
		Total	1003

Fonte: Jornal *A Crítica*, Manaus, 27 de novembro de 1983, p. 5.

Como apontam os dados, diversos trabalhadores buscaram as atividades do setor informal como alternativa para garantir a sua sobrevivência. A crise econômica vivida pelo país, na década de 1980, é apontada como causa do aumento do número de trabalhadores nas ruas, fato que levou a prefeitura a realizar o levantamento ora explorado.

Parte desses trabalhadores veio de outros municípios do Amazonas e ainda de outros estados, como Raimundo Nonato Teles. Para ele, conseguir a sonhada vida financeira estável não foi fácil. Na família de Raimundo a migração era constante, ou seja, seu pai era cearense, natural de Limoeiro do Norte, veio para Manaus na década de 1940, recrutado como soldado da borracha¹⁰⁴. De Manaus partiu para Cruzeiro do Sul, onde passou a trabalhar no Seringal Primavera, cortando seringa por muito tempo até arrendar o seringal e se tornar patrão dos seringueiros. O depoimento de Raimundo destacando a história de seu pai, mostra que diante das dificuldades de sobrevivência migrar, em certos momentos, aparece como a única saída.

Marineide Ribeiro enfatiza em sua dissertação a vinda de diversos imigrantes para a cidade de Manaus, em busca de melhores condições de trabalho. A historiadora destaca o aumento da população “não natural” do município de Manaus ao longo de quatro décadas, como ilustra o quadro abaixo:

¹⁰⁴ Trabalhadores, grande parte nordestinos, recrutados pelo Exército Brasileiro para extrair látex de seringa no período de 1942-1945, como parte dos acordos firmados entre o Brasil e os Estados Unidos, durante a Segunda Guerra Mundial. Sobre o assunto ver: LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira Lima. *Soldados da Borracha: das vivências do passado às lutas contemporâneas*. Manaus: Editora Valer e FAPEAM, 2014.

Quadro 2 - População total e não natural do município de Manaus por tempo de moradia – 1970/2000.

Ano	População total	Não naturais	Porcentagem sobre a população total	Com menos de 10 anos de residência
1970	314.111	73.937	23,5	39.497
1980	633.383	213.273	33,7	108.656
1991	1.011.501	279.756	27,7	133.837
2000	1.405.835	495.007	35,2	199.119

Fonte: RIBEIRO, Marineide da Silva. “*A gente veio do interior sem saber muita coisa da capital*”: Vivências de paraenses interioranos em Manaus (1970-2014). Dissertação. (Mestrado). Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015, p. 27.

Abdemalek Sayad ao relatar a problemática da imigração em sua obra “*A Imigração: ou os Paradoxos da Alteridade*” destaca as impressões de um jovem imigrante argelino chamado Mohand em seu deslocamento para a França. O jovem Mohand aponta que “uma vez que você enfiou essa ideia na cabeça ‘acabou’ não sai mais da mente. Para você acabaram os trabalhos, acabou a vontade de fazer outra coisa, não se vê outra solução, a não ser partir”.¹⁰⁵ Assim, é possível perceber que quando a terra natal já não possui as condições que o indivíduo julga necessárias ao seu bem-estar, tentar a vida em outros locais é a maneira que se apresenta como alternativa viável, mas sempre com percalços e desafios.

A migração estabeleceu um novo arranjo para a cidade, que passou a se expandir em todas as direções, graças à saída de homens e mulheres e de famílias inteiras de seus locais de origem, movidos pelo sonho de enriquecimento profissional e pessoal.

Sonho que moveu Arthur Farias de Castro de Manacapuru para Manaus, filho de migrantes nordestinos que chegaram ao Amazonas em 1949. Arthur relata que possui parentes vivendo em diversas regiões do Brasil, todos fugindo das duras condições de sobrevivência no Nordeste.

A minha família muitos se espalhou por aí, pelo Brasil todo, teve uns que veio morar no município de Manacapuru. [...] Eu sou natural de Manacapuru. Parte da minha família morava aqui em Manaus, aí minha mãe trouxe o resto da família, cheguei em 1969. [...] A cidade era pequena, na época, naquela época, eram poucos bairros, não tinha esses índices de violência que tem agora. Fui morar no São Jorge, perto de onde chamam de aterro. Valeu a pena vir para Manaus.¹⁰⁶

Nas memórias de Arthur, sua vinda para Manaus e o trabalho nas ruas aparecem como decisões acertadas, pois, Manaus oferecia melhores condições econômicas. Para iniciar sua

¹⁰⁵ SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração: ou os Paradoxos da Alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998, p. 30.

¹⁰⁶ Arthur Farias de Castro, em depoimento concedido a Rubens Rodrigues da Silva, no dia 30 de julho de 2018.

atividade, recorreu a um empréstimo, comprou brinquedos e eletroeletrônicos, montou uma banca improvisada e se instalou na Avenida Eduardo Ribeiro. “Porque era o local mais movimentado, tudo que coloca na rua se vende, é o lugar de acesso a muitas pessoas”.

Entre boas e más memórias, é notório que as histórias aqui brevemente apresentadas são histórias de migrantes que deram certo. No caso de Arthur, não há uma distância muito grande entre Manaus e a sua terra de origem e parte de sua família já morava na referida capital, família esta que providenciou os recursos necessários ao início da sua atividade de camelô.

Raimundo, por sua vez, vinha de um lugar mais distante, mesmo assim sentiu-se acolhido na sua nova terra. Como exemplifica sua fala: “Manaus sempre foi uma terra muito boa, um povo sempre muito ótimo. Aqui é mesclado, tem gente de toda parte, de Belém e tudo. Mas são um povo muito bom. [...] Aqui construí minha família”.¹⁰⁷

A vinda para Manaus significou na memória de Arthur Farias de Castro e Raimundo Nonato Teles o estabelecimento de novos vínculos e o enfrentamento da distância de suas terras natais, amigos e parentes.

Como mostra Alexandre Isídio Cardoso, em sua dissertação: “buscando outras terras, outros povos, os migrantes movem-se no rastro de possibilidades, de sonhos. O caráter movediço de suas vidas articula-se com a conformação de novas territorialidades”.¹⁰⁸ As ideias de Cardoso esclarecem que a análise dos deslocamentos humanos deve levar em conta o inter-relacionamento nascido do contato das vivências migrantes com as maneiras de ver o mundo encontradas em seus destinos.

À vista disso, a cidade *mesclada* que Raimundo Nonato Teles descreve é uma cidade de muitos encontros, o encontro com o sustento, o encontro com a formação de suas famílias, o encontro de um novo lar, como esclarecem suas palavras:

Eu vim com a intenção de ficar em Manaus, como hoje eu estou. Não tenho mais a vontade de voltar mais não. Fui bem recebido aqui, minha esposa é daqui. No primeiro momento tive aquela saudade, num lugar que você não conhece ninguém, num lugar longe de onde você nasceu, você estranha, logo no começo não é tão fácil porque você vai começar nova vida, novo emprego, mas depois vai se acostumando e dá tudo certo.¹⁰⁹

Interpretamos que a Manaus da Zona Franca povoou o sonho dos migrantes como a terra das oportunidades. De fato, o florescimento financeiro vivido pela cidade foi aproveitado

¹⁰⁷ Raimundo Nonato Teles, em entrevista concedida a Rubens Rodrigues da Silva, no dia 30 de julho de 2018.

¹⁰⁸ CARDOSO, Antônio Alexandre Isídio. *Nem sina, nem acaso: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico (1847-1877)*. Dissertação de Mestrado em História. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2011, p. 36.

¹⁰⁹ Raimundo Nonato Teles, em entrevista concedida a Rubens Rodrigues da Silva, no dia 30 de julho de 2018.

através do exercício de camelô. Percebe-se que a desafiadora empreitada de sair em busca de oportunidades em outros espaços encerrou-se para nossos personagens na cidade de Manaus, onde ambos residem por mais de quatro décadas sem pretensão de retorno, como resume a fala presente em seus depoimentos “eu vim pra ficar!”

1.3 Comércio marginal?¹¹⁰

O jornal *A Crítica*, de 10 de setembro de 1987, destacou em nota o seguinte questionamento: camelô é sinônimo de marginal?¹¹¹ Logo em seguida, na mesma nota Winsenhower Fernando Côrtes defendeu: “Marginal é aquele que mata e que rouba, nós apenas trabalhamos e defendemos o nosso pão”.¹¹² Constantemente as falas dos trabalhadores camelôs que aparecem nesta dissertação trazem a defesa de sua atividade, ressaltando seu aspecto de dignidade. Isto ocorre pela permanente associação entre sua profissão e a criminalidade.

A esse respeito, Jacob Lima e Maria José Bezerra¹¹³ pontuam que nas décadas de 1960 e 1970 o setor informal foi considerado próprio dos países subdesenvolvidos enquadrado dentro de uma perspectiva dual: de um lado, o setor formal, legalizado; do outro, um amplo conjunto de atividades consideradas como “ilegais”, gerando uma associação entre as atividades informais e as atividades criminosas, vinculadas ao crescimento da população “marginal”.¹¹⁴

No imaginário popular, a palavra marginal é tida como sinônimo de “desocupado, vagabundo, fora-da-lei”.¹¹⁵ A palavra será discutida neste tópico em dois sentidos: primeiro, no imaginário popular; segundo, ligado à teoria da marginalidade que vigorou até 1970, e serviu de referência para localizar a origem da discussão sobre o trabalho informal.

Por conseguinte, observamos que no jornal *A Crítica* do dia 06 de julho de 1987, o então presidente da Associação dos Camelôs e Vendedores Ambulantes de Manaus (ACAVA)¹¹⁶, Elias Cordovil, enfatizou que a categoria se recusava a ser chamada de *marginal*, como teria declarado o prefeito Manoel Ribeiro. O presidente da associação repreendeu a afirmação do prefeito da seguinte maneira: “como é possível que um marginal esteja a frente de uma associação defendendo os interesses de uma categoria legalmente reconhecida?”¹¹⁷ Elias

¹¹⁰ Aqui o termo marginal faz referência às formas de trabalho à margem da regulação pública.

¹¹¹ Jornal *A Crítica*, Manaus, 10 de setembro de 1987, p. 2.

¹¹² Jornal *A Crítica*, Manaus, 10 de setembro de 1987, p. 2.

¹¹³ LIMA; SOARES, 2002, p. 163-164.

¹¹⁴ *Ibid.*, p. 163-164.

¹¹⁵ Marginal. In: Dicionário Informal. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/marginal>. Acesso em: 05 abr. 2019.

¹¹⁶ A formação de tal associação será discutida no capítulo 3 da dissertação.

¹¹⁷ Jornal *A Crítica*, Manaus, 06 de julho de 1987, p. 2.

afirmou que suas atas são registradas em cartório idôneo e possuem ainda estatuto publicado no Diário Oficial do Estado.

Ao utilizarmos as matérias do jornal *A Crítica* como parte importante do nosso acervo de fontes, levamos em consideração que “a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que elegeu como digno de chegar até o público”.¹¹⁸ Assim, a relação entre o acontecimento e a narração feita sobre ele pelos periódicos, carece ser problematizada para a compreensão do que foi dito, como foi dito e o porquê foi dito, bem como daquilo que foi silenciado.

De acordo com Sodré¹¹⁹, entendemos que é possível estabelecer uma intrínseca relação entre a imprensa e a atividade da classe dominante, portanto ligada a ordem vigente. Neste sentido, O jornal *A Crítica* descreveu com frequência o cotidiano de ambulantes e camelôs nas ruas de Manaus, encarando a atividade desses trabalhadores de maneira pejorativa, constantemente associando-os à desordem e à sujeira, como corrobora a seguinte notícia:

MARRETEIROS NÃO DESISTEM E VOLTAM AO CENTRO DA CIDADE

As ruas do centro estão cheias de marreteiros, toda espécie de vendas são feitas na calçada. As ruas Marechal Deodoro, Marquês de Santa Cruz, Miranda Leão, Rua dos Barés e Avenida 7 de Setembro, todo mundo quer vender alguma coisa, os pedestres são obrigados a abandonar a calçada para que se desenvolva *esse comércio marginal*. [...] E no *infernal* comércio da marretagem *os ladrões estão lado a lado*. Tudo isso acontece por atrair os marreteiros ladrões de diversas localidades.¹²⁰

As expressões em destaque ilustram a forma pejorativa com que comumente camelôs e ambulantes eram retratados. Não raro, observa-se o emprego de termos como “vadios”, “vândalos” e “marginais”, para se referir a eles, termos que os associam à malandragem e criminalidade, como exemplifica a imagem abaixo:

Imagem 1 – Vadios e marreteiros continuam no Centro



Fonte: Jornal *A Crítica*, 13 de fevereiro de 1971.

¹¹⁸ LUCA, 2006. p. 139.

¹¹⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil: uma Análise da Relação entre Estado e Meios de Comunicação de Massa*. XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – UnB – 6 a 9 de setembro de 2006. Disponível em: <http://www.intercom.org.br>. Acesso em: 07 fev. 2017.

¹²⁰ Jornal *A Crítica*, Manaus, 13 de abril de 1971 *grifos nossos*.

Scott¹²¹ corrobora que difamar e ofender faz parte da dominação. Na notícia supracitada, (MARRETEIROS NÃO DESISTEM E VOLTAM AO CENTRO DA CIDADE) os camelôs foram acusados de prejudicar o trânsito das pessoas e veículos, pelo fato de ocuparem as calçadas, obrigando os pedestres a abandoná-las e andar pelas ruas. Observamos ainda que em matéria publicada no dia 04 de outubro de 1976, ganhou destaque a associação entre os camelôs e outro problema, a propagação de doenças:

Imagem 2 – Ambulantes continuam com seu comércio de doenças



Fonte: Jornal *A Crítica*, Manaus, 04 de outubro, de 1976.

A notícia relata as péssimas condições de higiene do comércio de comida de rua e cobra do poder municipal um plano para evitar e controlar doenças infectocontagiosas, disseminadas pelos camelôs entre a população, conforme evidenciado abaixo:

Enquanto a Secretaria Municipal não estabelecer um plano, com o objetivo de evitar e controlar as doenças infectocontagiosas, a população fica à mercê dos vendedores ambulantes que sem nenhuma autorização legal, vendem alimentos, continuam transmitindo os mais variados tipos de doenças como, tuberculose, hanseníase e amebíase. Preocupados com o índice dessas doenças o secretário municipal de saúde, médico Afrânio Soares, garantiu que a SEMSA fará um levantamento em toda Manaus e combaterá os fora da lei. Os vendedores ambulantes espalhados em quase toda cidade, principalmente no centro comercial, vendem alimentos em copos, cuias de tacacá e outros sem as mínimas condições higiênicas e sanitárias exigidas pela

¹²¹ SCOTT, James C. *Los dominados y el arte de la resistencia*. México: Ediciones Era, 2000.

Secretaria de Saúde do Estado e Secretaria Municipal de Saúde. Os copos, clinicamente chamados de vetores, propiciam a propagação de doenças contagiosas, já que deveriam ser de plástico ou papel para evitar contaminação.

O *enfeimento* da cidade também era atribuído aos camelôs. Como ressalta a notícia abaixo:

“Cidade suja”

Outrora Manaus era uma cidade sorriso, hoje se transformou em cidade suja, o povo já começa a reclamar através de cartas e baixo- assinado dessa sujeira. Embora a Prefeitura Municipal de Manaus mantenha o pessoal da limpeza em constante trabalho, os vendedores não portam cestos de lixo e jogam todos os detritos no meio da rua.¹²²

Compreendemos que associar os camelôs à sujeira, furtos, marginalidade e doenças é transformar esses trabalhadores em elementos de desordem, algo a ser combatido. Para Foucault, discursos dessa natureza trazem em si perigos e poderes:

Suponho que em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.¹²³

Com isso, o discurso veiculado pelo jornal *A Crítica* que deu visibilidade aos supostos problemas urbanos agravados ou causados pelos camelôs, buscou potencializar, consolidar e construir poderes, já que, como veremos no capítulo 2, os lojistas se julgavam prejudicados pelo comércio dos camelôs. Destacando ainda a relação entre discurso e poder na narrativa midiática, à luz das ideias de Foucault, Bertolini analisa que a imprensa define quem pode ou não falar, quem deve falar e ouvir, sublinhando a relação entre discurso e poder, ressaltada por Foucault.¹²⁴ Bertolini chama a atenção ainda para o peso de verdade contido no discurso da imprensa, desvelando como esse discurso influencia comportamentos e opiniões, inferindo diretamente nas interações sociais.

Na notícia destacada abaixo, o camelô aponta para a câmera fotográfica: uma bambi verde e amarela (arma de brinquedo), única mercadoria que conseguiu salvar de uma ação da polícia que apreendeu as mercadorias de diversos trabalhadores. Especialmente selecionada

¹²² Jornal *A Crítica*, Manaus, 04 de outubro de 1976.

¹²³ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996, p. 8.

¹²⁴ BERTOLINI, Jeferson. Discurso e poder na narrativa midiática: notas entre Foucault e jornalismo. *Temática*. Ano XII, n. 12. Dezembro/2016. NAMID/UFPB. Disponível em: < file:///C:/Users/USER/Downloads/32057-71841-1-PB.pdf>. Acesso em: 30 julho. 2018.

para acompanhar a notícia, a imagem do camelô portando uma arma de brinquedo destoa do título: “Para onde vai a mercadoria apreendida”.

Imagem 3 – Para onde vai a mercadoria apreendida



Fonte: A Crítica, Manaus, 14 de dezembro de 1970.

As páginas do jornal *A Crítica* exemplificam a intrínseca relação entre discurso, poder e visibilidade. Em matéria publicada por esse periódico, no dia 22 de fevereiro de 1987, o gerente da Disco de Ouro acusou os camelôs de manterem pivetes para assaltarem as pessoas que transitavam nas ruas. “Se você passar o dia inteiro aqui, vai ver que tem muito trombadinha trabalhando para camelô”.¹²⁵ No mesmo sentido, o prefeito em exercício, Manoel Ribeiro¹²⁶, disse ter recebido denúncias graves que acusavam os camelôs de realizarem tráfico de drogas.¹²⁷

Desta maneira, a prefeitura assumiu um compromisso de “limpar” o coração da cidade dos *corpos estranhos* que a sufocavam. Como resposta as tentativas de desqualificação, o presidente da Associação dos Camelôs, Elias Cordovil, procurou afastar qualquer ligação entre os camelôs e as práticas criminosas, sustentando que esses trabalhadores exercem somente funções lícitas. Isto é: “Os nossos associados são todos profissionais que, encontrando dificuldades em conseguir emprego, estão nas ruas trabalhando, tentando sobreviver”.¹²⁸

¹²⁵ Jornal *A Crítica*, Manaus, 22 de fevereiro de 1987, p. 2.

¹²⁶ Prefeito de Manaus de 1985 a 1988.

¹²⁷ Jornal *A Crítica*, Manaus, 18 de fevereiro de 1987, p. 2.

¹²⁸ Jornal *A Crítica*, Manaus, 24 de maio de 1987, p. 2.

Ao ser indagada sobre essa questão, Dona Rosalina Félix traz a seguinte resposta:

De jeito nenhum inclusive ficava muito revoltada. Teve um vereador da época aqui que eu esperei um ano, pra pegar ele, porque na época, isso foi no jornal. Ele tinha uma pequena coluna no jornal, no qual ele se referia a gente como *marginais*, como *bicheiros*, *traficantes* ele se referia a gente com isso.¹²⁹

Dona Maria de Lourdes nunca se sentiu representada pelos termos grifados acima, que com todo sentido negativo que carregavam, depreciavam o trabalho exercido pelos camelôs:

Eu não me considerava uma marginal não, me considero até hoje uma mulher batalhadora e guerreira, como os meus colegas sempre foram, porque nós temos responsabilidade de botar o alimento, que é o pão de cada dia na nossa casa, e jamais me considereei uma marginal. Eu nunca me considereei, porque nunca trabalhei com coisa errada, sempre comprei e vendi, não mexia nas coisas dos outros, um trabalho honesto, minhas mercadorias sempre foi coisa assim [...] porque é uma coisa que eu vendo e as pessoa usa.¹³⁰

A consciência de que do trabalho exercido nas ruas provinha a renda de suas famílias, era a defesa contra as tentativas de difamar sua prática de trabalho. Neste sentido, os camelôs permaneciam na rua por reconhecerem que o espaço urbano também lhes pertencia.

No sentido econômico, a palavra marginal está vinculada à teoria da marginalidade, que vigorou até 1970, e serviu de referência para localizar a origem da discussão sobre o trabalho informal. Essa temática teve forte influência sobre as análises das situações de informalidade, que faziam parte do mercado de trabalho brasileiro.¹³¹

O mercado informal foi visto como um problema, pois, entendia-se que ele gerava prejuízos de arrecadação para o Estado e deixava os trabalhadores desprovidos dos benefícios previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Observa-se que o trabalho informal vem sobrevivendo ao longo dos séculos, apoiado na necessidade gerada pelos meios de produção que não são capazes de absorver toda mão de obra advinda das classes mais empobrecidas. A teoria da marginalidade é também conhecida como teoria do subdesenvolvimento, sugerindo uma intrínseca relação entre subdesenvolvimento e mercado informal. À vista disso, a urbanização dos países latino-americanos foi tomada como

¹²⁹ Rosalina Felix Pacheco, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa, no dia 11 de junho de 2019 *grifo nosso*.

¹³⁰ Maria de Lourdes da Silva, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa, em 12 de maio de 2019.

¹³¹ ALVES; TAVARES, 2006.

exemplo para demonstrar como as transformações econômicas nem sempre são capazes de agregar a oferta da força de trabalho.¹³²

Jacob Lima e Maria Soares corroboram que gradativamente o dualismo inicial das análises (mercado formal X mercado informal) foi substituído pela ideia de complementaridade desse informal às atividades formais, isto é, como produto da expansão do capitalismo necessário ao processo de acumulação em áreas periféricas e não mais como algo marginal. Conforme eles dizem: “Nos anos 1980, chegou a ser considerado resultado da ação reguladora estatal vinculada a interesses das elites locais. A informalidade seria a resposta dos excluídos a esta regulação”.¹³³

Álvaro Gomes e Rosineia dos Santos¹³⁴ ratificam que o setor informal de trabalho não é o fator gerador de pobreza e marginalização, mas sim “fonte de emprego para uma camada da população, geralmente desqualificada o migrante, marginalizada pelo setor formal, e que, de outra forma, estaria condenada à morte por inanição”. Segundo esses autores, atualmente, compreendemos que as análises sobre o trabalho informal, historicamente visto como trabalho precário e sem valor, passam por um processo de ressignificação que o posiciona numa condição de positividade e flexibilidade. Nesse contexto, o trabalhador informal passou a ser encarado como empreendedor.¹³⁵ Veremos no capítulo 3 que o poder municipal, no contexto de consolidação das galerias, apropria-se dessa ressignificação para estabelecer um controle sobre os trabalhadores camelôs.

¹³² Ibidem, p. 425.

¹³³ LIMA; SOARES, 2002. p. 164.

¹³⁴ GOMES; SANTOS, 2017. p. 74.

¹³⁵ Ibid., p. 73.

2 CONFLITOS E CONFRONTOS

Neste capítulo discutiremos como a atividade dos camelôs criou um contraponto à organização dominante do território citadino, por trazer à tona alguns dos principais danos da sociedade contemporânea, como o desemprego e a crescente precarização das relações de trabalho. As fontes utilizadas para a tessitura deste estudo nos levaram a perceber que, a partir da década de 1970, os conflitos entre o poder municipal e os camelôs se intensificaram, uma vez que a ZFM aqueceu a economia manauara e gerou o aumento de estabelecimentos comerciais. Por conseguinte, é possível perceber nas matérias analisadas uma tensão entre os camelôs que lutam para manter a sua atividade, resistindo às investidas do poder público municipal, que buscava controlar esse comércio para dar uma satisfação aos comerciantes legalmente estabelecidos, por meio de ações como o *rapa*; buscas por alocações em áreas específicas, e as tentativas de retirada dos camelôs das principais ruas do centro da cidade.

2.1 Os interesses institucionais contrários

Realizar uma análise sobre o trabalho dos camelôs desvela um cruzamento importante de fatores sociais e econômicos dentro do espaço urbano. Nesse sentido, a cidade, vista nesta dissertação como um espaço do homem por excelência, aparece como um campo de interações, disputas e negociações, um espaço vivido onde o tecido social se constrói e se reconstrói continuamente.¹³⁶ Para Milton Santos, o espaço é uma realidade relacional; “um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento”.¹³⁷

“O espaço geográfico, portanto, é prenhe de contradições, conflitos, diferenças e tensões, e essa é a sua essência”.¹³⁸ A esse respeito, Ana Luisa Miranda, ao analisar a experiência dos camelôs que trabalhavam no centro de Ribeirão Preto, assevera que o cotidiano desses trabalhadores cria um contraponto à organização dominante do território, por trazer à tona alguns dos principais danos da sociedade contemporânea, como o desemprego e a crescente precarização das relações de trabalho.¹³⁹

As fontes utilizadas para a tessitura desse estudo nos levaram a perceber que, a partir da década de 1970, os conflitos entre o poder municipal e os camelôs se intensificaram, uma vez

¹³⁶ MIRANDA, 2005.

¹³⁷ SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 26.

¹³⁸ MIRANDA, 2005, p. 31.

¹³⁹ MIRANDA, 2005.

que a ZFM aqueceu a economia manauara e gerou o aumento de estabelecimentos comerciais, que consideravam os camelôs seus concorrentes diretos.

Segundo dados estatísticos fornecidos pela Junta Comercial do Estado do Amazonas, publicados pelo jornal *A Crítica*, no dia 08 de janeiro de 1977, existiam em Manaus até o ano de 1967, 6.706 casas comerciais registradas, em 1977 esse número passa a ser 19.356 o que representa um aumento de, aproximadamente, 300%.¹⁴⁰

Manaus passou a sediar congressos econômicos importantes, haja vista seu destaque nacional. A cidade atraía turistas e investidores. Como podemos observar na seguinte reportagem:

Comércio se prepara para receber congressistas

Todo comércio de Manaus está se preparando para receber os congressistas. Os comerciantes de Manaus esperam que com esse congresso de bancos, haja muita movimentação no setor comercial. Os hotéis de Manaus estão todos reservados, por isso os comerciantes locais esperam que durante o período do congresso seja alta a procura de mercadorias, tão desejadas pelos que visitam a cidade.¹⁴¹

A notícia faz referência ao XII Congresso Nacional de Bancos, realizado na capital amazonense entre os dias 23 e 25 de julho de 1977. Na ocasião, estiveram presentes 800 banqueiros internacionais e o então presidente da República, Ernesto Geisel. O aquecimento econômico propiciado pela ZFM intensificou conflitos de interesses entre comerciantes e camelôs, que ambicionavam lucrar com o comércio a partir do acentuado fluxo de pessoas na cidade. A esse respeito, Ana Luisa Miranda atesta que o conflito é um importante dado do presente, “à medida que destaca as contradições da sociedade e inscreve no território a ação social constantemente ocultada pelo discurso dominante”.¹⁴²

Nessa perspectiva, Maria Luiza Ugarte Pinheiro afirma que “Assumindo interesses de grupos e facções, o discurso jornalístico possibilita a percepção das tensões e conflitos que permeiam a própria sociedade.”¹⁴³ É possível perceber, nas matérias analisadas, uma tensão entre os camelôs que lutam para manter a sua atividade, resistindo às investidas do poder público municipal, que buscava controlar esse comércio para dar uma satisfação aos comerciantes legalmente estabelecidos. Destarte, identificamos que o Jornal *A Crítica* reitera

¹⁴⁰ *A Crítica*, Manaus, 08 de janeiro de 1977.

¹⁴¹ *Acrítica* Manaus, sábado 23 de junho de 1977.

¹⁴² MIRANDA, 2005, p. 35.

¹⁴³ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920)*. 2001. Tese. Doutorado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001, p. 12.

em suas páginas notícias com o seguinte conteúdo: “os comerciantes começaram a fazer reclamações à Prefeitura, muitas vezes com razão, pois tem o seu movimento prejudicado”.¹⁴⁴

Entendemos ainda que, possuindo como meio de comunicação um lugar de fala privilegiado, o referido jornal exerce, em suas matérias, a função de validar regras de poder entre os grupos sociais. Diante desse cenário, observamos, nas palavras de Foucault¹⁴⁵, um discurso pode ser conceituado enquanto rede de signos que se conecta a outros tantos discursos, reproduzindo e estabelecendo os valores de determinada sociedade.

Desta forma, o trabalho dos camelôs não pode ser dissociado da palavra resistência, visto que representava um desafio diário, ao tempo em que reunia condições insalubres que expunham os camelôs às intempéries, à violência e à pressão das autoridades para sua retirada, que diversas vezes culminava em medidas enérgicas, gerando debates sobre a legitimidade do direito ao trabalho, na rua, e o acato às normas estabelecidas pelo poder público.

O Sr. Avelino Cosme de Sousa¹⁴⁶ faz a seguinte afirmação sobre o seu trabalho:

[...] a gente trabalha na área da prefeitura, que é a via pública, então era sempre combatido as nossas vendas, a gente vendia, perdia mercadorias, nós não tínhamos um acolhimento, como posso te dizer! pra qualificar nosso trabalho como trabalho sério, com dignidade com honestidade.

Avelino se ressentia da falta de acolhimento e de alternativas que levassem o seu ofício a ser tratado com dignidade, dado que sua atividade não condizia com os projetos de cidade moderna que vigoravam no início do século XX e ainda ecoam nos dias atuais. No entanto, as relações entre os camelôs e os lojistas, legalmente estabelecidos, eram complexas, formadas não apenas por conflitos, mas algumas vezes, também por parcerias. Atacadistas e lojistas recorriam aos camelôs para dar saída¹⁴⁷ à estoques de muitas mercadorias que poderiam passar a vida inteira nas prateleiras. Em outras palavras: “O camelô tem uma tática de *marketing* mais criativa que as emissoras de televisão, podem transformar um produto parado em um *filé* de vendas”.¹⁴⁸

Corroborando as afirmações supracitadas, nossos entrevistados relatam que sempre que possível, lojistas recrutavam camelôs para vender seus produtos. Principalmente aqueles que possuíam bancas em locais onde o trânsito de pessoas era intenso, pois, isso permitia uma saída

¹⁴⁴ Jornal *A Crítica*, Manaus, 26 de fevereiro de 1972.

¹⁴⁵ FOUCAULT, 1996.

¹⁴⁶ Avelino Cosme de Sousa, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa em 28 de outubro de 2016.

¹⁴⁷ No meio comercial a palavra saída faz referência ao fluxo. Dizer que uma mercadoria possui boa saída significa dizer que a mesma apresenta boa aceitação do público consumidor.

¹⁴⁸ *A Crítica*, Manaus, 10 de setembro de 1987.

considerável das mercadorias. Contudo, essa “parceria” é vista com desconfiança pelos camelôs, a exemplo do que afirma Dona Rosalina Félix:

Tinha lojista que comprava banca de camelô burro, né, que vendia seu espaço que não era dele, que era logradouro público. [...] quando chegou na época dos chineses aqui, como minha banca era bem estratégica eles me ofereceram dinheiro pra mim vender, mas eu nunca quis vender, porque de lá era meu emprego, jamais eu vou vender um emprego meu, né.¹⁴⁹

Entre parcerias e disputas, a cidade *prenhe*¹⁵⁰ de contradições via crescer o interesse, principalmente dos grandes lojistas, pela retirada dos camelôs das principais ruas do centro da capital amazonense. Foram os lojistas, representados sobretudo pela Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL, que inúmeras vezes pressionaram o poder público a tomar medidas drásticas contra esses trabalhadores. Por força dessa pressão, frequentemente os grandes lojistas convocavam assembleias que envolviam comerciantes, jornalistas, prefeito, secretário de segurança e outras autoridades para coibir a prática do comércio dos camelôs, considerado ilícito, como denota notícia divulgada no jornal *A Crítica*, no dia 07 de fevereiro de 1970:

O comércio que paga imposto ganha muito com essas providências da Prefeitura. Estavam passando momentos difíceis: vendas pequenas e valor operacional maior. As providências da Prefeitura Municipal são consideradas pelos comerciantes das mais justas. *Seus reclames foram mais uma vez atendidos*. Uma nova vida começa no comércio da cidade. As lojas vão aumentar suas vendas e os fregueses serão acrescidos.¹⁵¹

Corroborando o exposto acima, Marcio Oliveira, ao analisar o trabalho dos camelôs manauaras que atuavam no entorno da Praça da Matriz, afirma:

A Câmara de Dirigentes Lojistas de Manaus tem se posicionado categoricamente como uma organização que se mantém contra a permanência dos camelôs nas ruas do centro da cidade, tendo emitido notas e cartas endereçadas ao executivo municipal afirmando sua posição contrária quanto a desorganização da cidade pelas atividades dos camelôs, ambulantes e outros vendedores de rua.¹⁵²

Entre a nota do jornal *A Crítica* e a citação de Marcio Oliveira, observamos que há um intervalo de tempo superior a três décadas, demonstrando a permanência dos embates entre os camelôs e lojistas ao longo dos últimos anos. A Câmara de Dirigentes Lojistas de Manaus (CDL

¹⁴⁹ Rosalina Felix Pacheco, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa, no dia 11 de junho de 2019.

¹⁵⁰ Expressão presente na obra de Ana Luisa Miranda.

¹⁵¹ Jornal *A Crítica*, Manaus, 07 de maio de 1971 *grifo nosso*.

¹⁵² OLIVEIRA, Marcio André Araújo de. *Entre árvores e redes: o camelô em Manaus*. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2012, p.75.

– Manaus) é uma entidade sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública através do Decreto n 292 de 17 de setembro de 1965.

Nesse sentido, percebemos que a instituição surge em meados da década de 1960, momento em que o comércio local começava a dar os primeiros sinais de expansão. Manaus era uma das poucas capitais do país que não possuía uma entidade que congregasse a classe lojista.¹⁵³ A CDL Manaus ressaltava, com frequência, as reclamações dos comerciantes locais, defendendo projetos de revitalização e organização do centro da cidade. A esse respeito, Rosa Maria Coutrim abaliza que a questão dos camelôs e ambulantes tem sido uma das mais embaraçosas das grandes cidades, provocando reclamações do comércio, pois, os comerciantes consideram a atividade dos ambulantes e camelôs como uma concorrência desleal, na medida em que esses trabalhadores não pagam impostos, funcionários e outros encargos sociais, o que barateia o custo das suas mercadorias.¹⁵⁴

A concorrência entre os estabelecimentos comerciais e os camelôs foi um dos elementos que deu a tônica das contradições da cidade de Manaus nas décadas ora estudadas, evidenciando em seu âmago lutas e conflitos de classes sociais diferentes, revelando interesses distintos que se confrontavam e conviviam, ganhando as páginas da imprensa. O texto da notícia retratada, na imagem abaixo, faz uso de termos como problema, infestação e proliferação, linguagem que aproxima o aumento e permanência da atividade dos camelôs aos efeitos causados pelas crescentes pragas urbanas, como, por exemplo: ratos e baratas.

Imagem 4 – Problema: Outra campanha contra esses nossos camelôs



Fonte: Jornal A Crítica, Manaus, 26 de fevereiro de 1972.

¹⁵³ OLIVEIRA, 2012. p. 76.

¹⁵⁴ COUTRIM, Rosa Maria da E. Ambulantes e camelôs: passado e presente. *Ciência Hoje*, São Paulo, v. 39, n. 234, p. 24-29, janeiro-fevereiro, 2007.

A parte da sociedade interessada na retirada dos camelôs das ruas, argumentava que eles tornavam feia a cidade, dificultavam o turismo através das suas abordagens invasivas, atrapalhavam os transeuntes e representavam uma concorrência desleal para os lojistas. Rosa Maria Coutrim menciona que o projeto de uma cidade livre de tudo, considerado marginal aos bons costumes, prevalente na modernidade, não inseria os camelôs, associados comumente aos mais variados problemas urbanos, como sujeira, malandragem e prostituição.¹⁵⁵

Corroborando o exposto acima, uma notícia publicada no dia 26 de abril de 1972 abaliza o seguinte:

Os marreteiros sempre acarretaram muitos problemas, isto conforme a opinião de comerciantes legalmente estabelecidos. As autoridades municipais também pensam da mesma maneira, pois já se atravessou épocas realmente difíceis com tanto marreteiro em Manaus. [...] E tem mais: os turistas que periodicamente nos visitam não passam um minuto sossegados. Sempre tem um marreteiro seguindo seus passos. [...] As autoridades municipais já constataram que os problemas estão aumentando. Os comerciantes começaram a fazer reclamações à Prefeitura, muitas vezes com razão, por ter seu movimento prejudicado, as ruas do centro continuam apinhadas de marreteiros, que chegam até a dificultar o movimento dos transeuntes. O sr. Francisco Lopes Lima, prefeito em exercício, observando a gravidade da situação, determina as providências.¹⁵⁶

A historiadora Patrícia Rodrigues da Silva¹⁵⁷ destaca que é comum as elites associarem as classes populares aos problemas urbanos existentes, culpando-as pela sujeira e pelo “enfeimento” das cidades que, nesses casos, a solução é sempre “desocupar”, afastar, gerando a contrapartida por parte daqueles que criam formas de resistência, insistem, e persistem em permanecer nos espaços que consideram seus.

A opinião pública aparece nas fontes de maneira dividida; afinal, para muitos, os camelôs desempenhavam um papel relevante na cidade, principalmente às vésperas de datas comemorativas, quando era intensa a procura pelos seus produtos, pois, sobretudo as famílias com poucos recursos, viam no comércio dos camelôs uma oportunidade de presentear amigos, parentes e filhos, devido aos preços mais acessíveis. As matérias do jornal *A Crítica* destacadas abaixo evidenciam esse aspecto.

Prefeitura persegue só os pequenos, dizem os camelôs

Para a jovem Josenora Vieira da Silva que comprava um estojo de cuecas no tabuleiro de Cardoso, os camelôs prestam um serviço à população, pois vendem tudo a preço baixo “sou contra a retirada dos marreteiros, eles não fazem nada demais, estão ganhando a vida honestamente”.¹⁵⁸

¹⁵⁵ COUTRIM, 2007.

¹⁵⁶ Jornal *A Crítica*, Manaus, 26 de abril de 1972.

¹⁵⁷ SILVA, 2016.

¹⁵⁸ Jornal *A Crítica*, Manaus, 04 de outubro de 1982, p. 3.

Camelôs tomaram conta da cidade antes do Natal

As famílias pobres encontram nos “camelôs” a oportunidade de adquirir brinquedos a preços mais acessíveis. Mas nem só de brinquedos de plástico vivem os “marreteiros” e por isso, nas bancas que eles instalaram ao longo do calçadão do centro comercial, ou nas esquinas das ruas de maior movimento eram também encontrados brinquedos eletrônicos ou pilha e bateria, como os robôs, aviões e navios, bonecas de luxo etc. Com uma diferença fundamental para quem tinha pouco dinheiro a gastar nas compras de Natal: os preços eram menores que nas lojas. Outros artigos poderiam ser oferecidos como brindes, também estavam expostos à venda nas bancas dos camelôs. Desde baralhos e dominós a álbuns de fotografias, máquinas fotográficas, isqueiros, canetas, cinzeiros etc. Uma variedade de artigos que o público menos afortunado financeiramente, aproveita para agradar aos amigos e parentes sem gastar muito dinheiro.¹⁵⁹

Logo, a presença significativa dos camelôs nas principais ruas e avenidas do centro de Manaus, visava acompanhar o fluxo de pessoas, elemento essencial para quem realiza venda direta.¹⁶⁰ A população mais pobre via no comércio dos camelôs uma alternativa diante dos preços mais altos cobrados pelas lojas, principalmente às vésperas de datas comemorativas. Não obstante, a necessidade de ocupação dos espaços onde o movimento é maior, foi um fator determinante para a criação de conflitos com os comerciantes formais, na maioria, lojistas, que arcavam com as contribuições tributárias.¹⁶¹ Deste modo, as contribuições tributárias representavam a principal justificativa para cobrar da prefeitura, medidas para retirada dos camelôs das ruas da cidade, como veremos nos tópicos a seguir.

2.2 “Olha o rapa!”

A ação dos agentes públicos que estavam incumbidos de combater a sua atividade e recolher as suas mercadorias foram apelidadas pelos camelôs de “rapa”. O *rapa* era um medo constante no cotidiano dos camelôs e ambulantes. O anúncio “olha o rapa” significava um instante de euforia, que causava um distúrbio nas ruas do centro da cidade. Em alguns momentos, o recolhimento de mercadorias tornou-se uma prática quase que diária. Na fala de Arthur Farias fica evidente o significado dessa expressão:

O rapa era correria né! Quando falavam olha o rapa, a gente tinha que dar no pé, tirar as mercadorias e correr, e sair fora porque se não perdia a mercadoria. Tive amigos meu que ficou [sic] traumatizado, outros sofreram do coração, então foi muitas coisas que o prefeito prejudicou nós. Tive amigos que ficou com sequelas.¹⁶²

¹⁵⁹ Jornal *A Crítica*, Manaus, 26 de dezembro de 1982, p. 3.

¹⁶⁰ TELES, Alessandra Oliveira. Ambulantes e camelôs de Feira de Santana (BA): origem e consolidação. In: SEMINÁRIO REGIONAL COMÉRCIO, CONSUMO E CULTURA NAS CIDADES, 3., 2017, Sobral. *Anais* [...]. Sobral: Edições UVA, 2017. p. 461-480.

¹⁶¹ TELES, 2017.

¹⁶² Arthur Farias de Castro, em entrevista concedida a Rubens Rodrigues da Silva, em 28 de outubro de 2016.

Seu Arthur se refere ao governo municipal do Coronel Jorge Teixeira (1974-1979). Nota-se em sua fala que o poder público costumava agir de maneira autoritária, característica do momento político vivenciado pelo país naqueles anos, governado por uma ditadura militar. A postura truculenta dos policiais militares e dos guardas municipais interferia no emocional dos trabalhadores, causando inclusive problemas de saúde, o que nos remete ao pensamento de Scott¹⁶³, que assevera: todo sistema de dominação produz feridas a dignidade humana.

Em notícia publicada pelo jornal *A Crítica*, em 11 de novembro de 1971, é possível perceber a ação impetrada pela Polícia Militar:

Marreteiros deixam cedo as ruas e avenidas do centro

A cidade amanheceu vazia... Marreteiros na cidade já eram... Sete horas da manhã, os soldados da Polícia Militar do estado estavam apostos. As ruas do centro de maior movimentação comercial, Marechal Deodoro, Avenida Sete de Setembro, Eduardo Ribeiro, Marquês de Santa Cruz e Barés, suas calçadas livres.¹⁶⁴

Essas ações geravam temor momentâneo e agravavam, ainda mais, a situação econômica desses trabalhadores informais. Após essas investidas da polícia, era possível ver as ruas do comércio vazias e as calçadas desocupadas, porquanto às sete horas da manhã, já se encontravam policiais de prontidão e as varreduras eram constantes, se estendendo pelas vias mais movimentadas do centro.

Para Raimundo Teles, a expressão “olha o rapa” significava constrangimento. Na fala dele, acentua-se: “você sabia que o rapa vinha, o guarda municipal vinha para tomar a mercadoria que você estava vendendo na mão, vendendo na banca. Você sabia que ali era uma retirada constrangida, porque ele vinha pra pegar a mercadoria”.¹⁶⁵ Em nota publicada pelo jornal *A Crítica* no dia 26 de abril de 1972, denominada: *De olho no inimigo: o Rapa*, é divulgado que ambulantes e camelôs tiveram suas mercadorias apreendidas logo cedo. Na referida nota, o camelô Alexandre Pires da Costa reclama dos prejuízos que teve por conta das apreensões, “agora tenho que recuperar seja como for”.¹⁶⁶ A imagem abaixo destaca uma equipe de policiais se deslocando para realizar apreensões.

¹⁶³SCOTT, J. *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*. New Haven and London: Yale University Press, 1990, *apud*. MENEZES, Marilda Aparecida de. O Cotidiano Camponês e a sua importância enquanto Resistência à Dominação: a contribuição de James C. Scott. *Raízes*, Campina Grande, vol. 21, nº 01, p. 32-44, jan./jun. 2002.

¹⁶⁴ Jornal *A Crítica*, Manaus, 11 de maio de 1971.

¹⁶⁵ Raimundo Nonato Teles, em entrevista concedida à Rubens Rodrigues da Silva, em 29 de outubro de 2016.

¹⁶⁶ *A Crítica*, Manaus, 26 de abril de 1972. p. 3

Imagem 5 – Equipe de policiais designada para apreensão de mercadorias dos ambulantes e camelôs



Fonte: *A Crítica*, Manaus, 14 de dezembro de 1970.

As histórias relacionadas ao *rapa* elucidam que a escolha pelo comércio informal, embora tenha sido uma alternativa viável, não representou um caminho fácil. Para ser camelô nas principais ruas de Manaus, durante as décadas em estudo, foi necessário enfrentar as pressões de diversos grupos contrários ao exercício de tal função.

No projeto de retirar os camelôs das principais ruas do centro de Manaus, o poder municipal foi apoiado por jornalistas e por membros da Associação Comercial¹⁶⁷, como elucidada a notícia publicada pelo jornal *A Crítica*, em 07 de fevereiro de 1970:

ADEUS A MARRETA

Polícia Militar, bombeiros municipais e elementos da Delegacia de Ordem Política e Social foram autorizados para providenciar a limpeza do centro da cidade. Não vai ficar nenhum camelô, a ordem é para todos. A medida foi aprovada há mais de 20 dias numa reunião entre comerciantes e jornalistas na Associação Comercial.¹⁶⁸

Rosa Maria Coutrim¹⁶⁹ destaca que a discórdia entre camelôs, ambulantes e o poder público era evidente, pois, havia uma preocupação com a estética e a higiene, consideradas

¹⁶⁷ Criada em 18 de junho de 1871, A Associação Comercial do Amazonas, tem com o objetivo principal “promover por todos os meios ao seu alcance, o desenvolvimento das classes empresariais, a sustentação e defesa de seus legítimos direitos e interesses”. Informações disponíveis em: <http://www.aca.org.br/conheca-aca/>. Acesso em: 20 mar. 2020.

¹⁶⁸ Jornal *A Crítica*, Manaus, 07 de fevereiro de 1970. *Grifo nosso*.

¹⁶⁹ COUTRIM, 2007.

substanciais para uma cidade que pretendia se apresentar como moderna, além das cobranças empreendidas pelos comerciantes locais. Como outrora mencionado, entre as alegações utilizadas pelos comerciantes, para exigir o fim da atividade dos camelôs, estava a ausência das responsabilidades tributárias por parte dos mesmos, a sujeira que causavam e a possível relação entre os camelôs e os delitos ocorridos nas ruas, o que justificava a intervenção da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), órgão criado em 1924, utilizado, principalmente, durante o Estado Novo e na ditadura militar de 1964, que possuía entre as suas funções, a incumbência de assegurar e disciplinar a ordem no país.¹⁷⁰

Deste modo, o *rapa* possuía em sua embriologia o carácter disciplinar desejado pelas autoridades, porque materializava a vontade de afastar do espaço urbano aqueles que representavam a desordem a apropriação ilegal do espaço urbano. Seu Arthur lembra do sufoco e da correria no momento das ações do rapa e de quantas vezes perdeu suas mercadorias: “quando falava olha o rapa! a gente tinha que dar no pé, tirar as mercadorias, correr e sair fora, porque se não perdia a mercadoria, levavam toda mercadoria da gente. Cansei de perder mercadoria, teve amigo meu que ficou traumatizado”.¹⁷¹

O destino das mercadorias apreendidas não ficava claro para esses trabalhadores, ou seja, certo era a dificuldade de reaver seus produtos. A esse respeito, Arthur Farias de Castro relembra: “eles prendiam pra ver se a gente caía fora, daí a gente perdia as mercadorias, mas era difícil liberar”.¹⁷² Por sua vez, seu Arioaldo Mendonça¹⁷³ lembra do enfrentamento daqueles anos, destacando em sua fala a ação da polícia e ainda de seguranças particulares contratados pela prefeitura que auxiliavam nas ações do Rapa.

[...] quando falava olha o Rapa!, a única coisa que a gente tinha, o cabra saía correndo, nós não tinha como combater, porque não era só o rapa era a polícia civil à paisana, era *os camisa vermelha que era segurança*. Então você tava alí parado, naquele momento, você dava fé, tinha um cara do teu lado, policial civil, aí dizia tá presa tua mercadoria, aí a gente não conseguia trabalhar.¹⁷⁴

Arioaldo desconfia do destino final das mercadorias, para ele: “a prefeitura quando apreendia a mercadoria era distribuída entre os próprios rapas, os cara da camisa vermelha, eles

¹⁷⁰ PRIORI, Angelo *et al.* *História do Paraná: séculos XIX e XX*. Maringá: Eduem, 2012. Disponível em: <http://books.scielo.or>. Acesso em: 24 jan. 2017.

¹⁷¹ Arthur Farias de Castro, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa, em 03 de março de 2017.

¹⁷² Arthur Farias de Castro, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa, em 03 de março de 2017.

¹⁷³ Arioaldo Mendonça, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa, em 12 de maio de 2017. Arioaldo é natural de Tapauá-AM, casado e pai de 8 filhos. Ingressou na atividade de camelô na década de 1980.

¹⁷⁴ Arioaldo Mendonça, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa, em 12 de maio de 2017. Arioaldo é natural de Tapauá-AM, casado e pai de 8 filhos. Ingressou na atividade de camelô na década de 1980. Grifo nosso.

ficavam com a mercadoria ficavam com tudo, a gente procurava lá no Garajão, mas nunca devolveram nada”.

De acordo com a prefeitura municipal, o destino das mercadorias seria os orfanatos e outros estabelecimentos filantrópicos. Entre eles, a Fundação Dr. Thomas e a Casa da Criança. Nesse contexto, dona Odete Araújo narra que as ações do rapa são as piores recordações do seu trabalho nas ruas, pois, mesmo grávida não foi poupada das ações truculentas dos agentes públicos e nunca conseguiu reaver suas mercadorias.

Eles jogavam tudo dentro de um caminhão, era horrível! Como a gente ia pegar as mercadorias!? Se eles eram iguais animais, batia nas pessoas, eu tenho marcas nas minhas pernas de queda, vi companheiros meus ser muito machucado.¹⁷⁵

Rosalina Pacheco relembra com muita dor uma das ações do rapa:

Eu estava grávida e perdi um filho, devido ao susto que tomei de ver o rapa espancando meus colegas na beira da calçada. Eram coisas absurdas, você pegar gás no rosto, aquilo ardia, né!? Só porque tu tá ganhando o pão de cada dia.¹⁷⁶

Vítor Henrique Guimarães Lima reitera que o uso da violência é uma das ferramentas sociais mais efetivas do Estado, realizada, principalmente, por forças policiais. Destarte, a violência é peça fundamental para o entendimento do fenômeno de controle e repressão da atividade de ambulantes e camelôs.¹⁷⁷ As memórias de Rosalina Pacheco e Odete Araújo se conectam às palavras de Montenegro: “há aqueles para quem a história perdeu seu conteúdo referencial, transformando-se em memórias dolorosas”¹⁷⁸. A esse respeito, Alessandro Portelli ratifica que recordar e contar já é interpretar¹⁷⁹. Assim, a experiência de ter suas mercadorias apreendidas e de ver seus colegas de trabalho machucados, é interpretada com muita dor pelas entrevistadas, principalmente por conta do estado de gravidez em que se encontravam, fato que nos remete as dificuldades específicas enfrentadas pelas mulheres que exercem o ofício de camelô.

¹⁷⁵ Odete Araújo Silva, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa, em 11 de junho de 2019. Odete tem 55 anos, é solteira natural de Manaus e mãe de sete filhos. Ingressou na atividade de camelô em 1986, hoje trabalha em um boxe na Galeria Espírito Santo.

¹⁷⁶ Rosalina Felix Pacheco, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa, no dia 11 de junho de 2019.

¹⁷⁷ LIMA, Vítor Henrique Guimarães. Do “espetáculo constrangedor” ao “rapa”: imprensa, naturalização a repressão e a construção da figura do camelô no imaginário carioca. *Temporalidades – Revista de História*, ed. 32, v. 12, n. 1, p. 173-200, jan.-abr. 2020, p. 173.

¹⁷⁸ MONTENEGRO, Antônio Torres. *História, metodologia e memória*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 11.

¹⁷⁹ PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996. p. 60.

As ações do rapa foram noticiadas como medidas benéficas para a sociedade, ressaltando a intenção de tornar a cidade limpa e civilizada. Neste sentido, as providências da prefeitura municipal eram consideradas justas pela imprensa. Vítor Henrique Guimarães Lima, reforça que a mídia possui um papel relevante na mediação entre os confrontos – protagonizados por camelôs e agentes do Estado – e o imaginário social. Para ele, “o camelô pode ser identificado como um problema de três ordens na maneira como é tratado pela imprensa: um problema de estética urbana, um problema de ordenamento público e um problema econômico”.¹⁸⁰

A imprensa buscava convencer a população de que as ações de retirada, mesmo sendo abusivas, eram necessárias. Contribuindo dessa forma, para a disciplinarização do espaço,¹⁸¹ pois, as forças legalmente constituídas determinavam quem poderia ou não ocupar espaços específicos da cidade. Para isso, leis foram constituídas no sentido de disciplinar os cidadãos.¹⁸² Em matéria publicada pelo jornal *A Crítica*, no dia 26 de abril de 1972, o diretor de fiscalização da prefeitura, José Carlos Sousa, informou que o comércio dos vendedores ambulantes e camelôs, possuía locais pré-determinados pelo Código de Postura Municipal; porém, estes trabalhadores teimavam em ficar pelas principais ruas da cidade.¹⁸³

Na mesma matéria, Sebastião Pereira Maciel, camelô, comentou que o espaço destinado para os vendedores era impróprio: “seria melhor não vender nada, pois não aparece lucro algum”.¹⁸⁴ A tentativa de delimitar um espaço para os camelôs denota que esses trabalhadores representam um dissenso, uma vez que criam um contraponto à organização dominante do território e revelam alguns dos principais danos da sociedade contemporânea, como, por exemplo: o desemprego, a pobreza e a precarização das relações de trabalho.¹⁸⁵

Avistamos através das fontes uma aproximação entre os “poderes” econômicos e o poder público. Esta aproximação possui consequências diretamente ligadas à organização do espaço urbano, visto que os comerciantes exigem privilégios sobre tal espaço, pautados nos impostos por eles pagos. Nesta perspectiva, Henri Lefebvre chama a atenção para o domínio do

¹⁸⁰ LIMA, 2020, p. 173.

¹⁸¹ BONAN, Anna Cecília Faro. *Camelôs rebeldes: a dimensão socioespacial do direito na cidade em disputa*. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional). Faculdade de Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

¹⁸² BONAN, 2017.

¹⁸³ *A Crítica*, Manaus, 26 de abril de 1972, p. 3

¹⁸⁴ *A Crítica*, Manaus, 26 de abril de 1972, p. 3

¹⁸⁵ MIRANDA, 2005.

capitalismo sobre o espaço: “El capitalismo ya no se apoya solamente sobre las empresas y el mercado, sino sobre el espacio”.¹⁸⁶

Não obstante, as tentativas de controle do espaço acarretavam em resistência por parte dos camelôs. Em matéria publicada pelo jornal *A Crítica*, em 04 de julho de 1977, é sublinhado o aumento do número de camelôs e ambulantes nas ruas de Manaus e a sua capacidade de retorno após cada apreensão.¹⁸⁷ Ao assumir a prefeitura de Manaus, em março de 1982, João de Mendonça Furtado prometeu que, na sua administração, iria acabar com os tabuleiros mantidos pelos camelôs nas calçadas do centro da cidade. Em resposta, o camelô Raimundo Ferreira da Silva afirmou: “ninguém vai acabar com o camelô, eles expulsam dez, nasce outros cem”.¹⁸⁸

Nem sempre era possível evitar as apreensões, mas camelôs e ambulantes foram criando estratégias para driblar as ações do rapa. Uma delas consistia em contar com a atuação de crianças que ficavam de prontidão, observando e alertando sobre a aproximação da guarda municipal, dando o alarme: “lá vem o rapa!”. A partir daí, os camelôs começavam a tirar suas mercadorias dos tabuleiros o mais depressa possível, como também a utilizar as melhores rotas de fuga. Rosalina Félix afirma que muitas dessas crianças eram filhas de camelôs¹⁸⁹.

Em consonância com a afirmação de Rosalina, encontramos um levantamento realizado pela prefeitura municipal de Manaus, através da Divisão de Planejamento Urbanístico (DPU), sobre as condições de trabalho de camelôs e ambulantes. Tal levantamento constatou que 72% trabalhavam sozinhos e 21% com membros da família. No mesmo relatório é apontado que estes trabalhadores não possuíam nenhuma proteção trabalhista e seu sustento era retirado exclusivamente do trabalho diário nas ruas.¹⁹⁰ Isso nos conecta ao que Silvia Ortigoza¹⁹¹ chamou de reestruturação urbana, visto que o centro urbano oferecia possibilidade de lucro, tanto para o grande capital mundializado, quanto para os “pequenos” que se adaptavam na legalidade em prol da sua sobrevivência.

O recorte temporal que baliza esta pesquisa (1970-2014) teve em vigor duas constituições (1967/1988). Percebendo que a Constituição Federal de 1988 versa sobre a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, vistos como

¹⁸⁶ LEFEBVRE, Henri. La producción del espacio. *Papers. Revista de Sociologia*, [S.l.], v. 3, p. 219-229, jul. 1974. Disponível em: <https://papers.uab.cat/article/view/v3-lefebvre>. Acesso em: 03 mar. 2020. p. 221.

¹⁸⁷ *A Crítica*, Manaus, 04 de julho de 1977, p. 3.

¹⁸⁸ *A Crítica*, Manaus, 22 de agosto de 1982.

¹⁸⁹ Rosalina Felix Pacheco, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa, no dia 11 de junho de 2019.

¹⁹⁰ *A Crítica*, Manaus, 27 de dezembro de 1982.

¹⁹¹ ORTIGOZA, Silvia Aparecida Guarnieri. *Paisagens do consumo*: São Paulo, Lisboa, Dubai e Seul. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

princípios fundamentais do Estado democrático de direito (art. 1 -III e IV CFB/88)¹⁹², observamos que o direito ao trabalho está destacado no caput do art. 6, como direito social fundamental. Porém, mesmo após a promulgação da Constituição Cidadã, as medidas extremas contra os trabalhadores que ocupavam o espaço urbano de maneira informal permaneceram. O uso da violência continuou a ser empregado contra esses trabalhadores.

Eliete Costa começou a exercer o trabalho de camelô no final dos anos 1980 e início de 1990, e, já no começo de suas atividades, presenciou as agressões do rapa, como descreve em sua fala:

o código era o “rapa”, os camelôs usavam para dizer um pro outro que a polícia estava chegando. Eles chegavam quebrando tudo, não queria saber, tomava o produto da pessoa. Uma vez eles deram um chute no meu isopor, quebrando tudo, eu vi muitas agressões, batia nos camelôs, na época tinha uns cacetetes de borracha, eles batiam e espancavam.¹⁹³

De modo semelhante, Rosalina Felix recorda:

olha o rapa era uma coisa absurda, na época de 90 se jogava gás de em rosto de criança, inclusive eu presenciei o rapa pegar um camelô e tacar a cabeça dele num poste. Eu trabalhava na Henrique Martins eles fechavam a gente. O rapa era um absurdo! Desrespeito contra o trabalhador. Arthur Neto foi um verdadeiro carrasco, uma vez o capitão Bonates, correu atrás de mim fui parar na rua Rui Barbosa.¹⁹⁴

Ariovaldo Mendonça diz que: “com Arthur foi porrada mesmo, usou a cavalaria e a polícia de choque, aí a gente tinha que sair correndo”. Encontramos depoimentos semelhantes nas páginas dos jornais, como exemplifica o seguinte trecho: “Seu Francisco Ferreira desabafa: pensam que eu estou na rua porque quero, que levei porrada da polícia por que quis? Não! Mas eu tenho necessidade”.¹⁹⁵ Os depoimentos e matérias trazidas pelos jornais, elucidam que as gestões de Arthur Neto são as que trazem marcas mais acentuadas de combate ao trabalho de camelôs e ambulantes, evidenciando os interesses desarmônicos entre o poder municipal e os camelôs. Em suma, a esse respeito, Antônio Feliciano Matos¹⁹⁶ disse que “não era crime trabalhar, agora se você reagisse você apanhava e você sabe que prefeito é autoridade, né?”.¹⁹⁷

¹⁹² BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso 03 maio. 2020.

¹⁹³ Eliete Costa Brandão, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa, no dia 05 de fevereiro de 2020.

¹⁹⁴ Rosalina Felix Pacheco, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa, no dia 11 de junho de 2019.

¹⁹⁵ A Crítica, Manaus, 08 de janeiro de 1993.

¹⁹⁶ Antônio Feliciano Matos em entrevista concedida ao autor dessa pesquisa, em Manaus, no dia 27 de outubro de 2016.

¹⁹⁷ Antônio Feliciano Matos em entrevista concedida ao autor dessa pesquisa, em Manaus, no dia 27 de outubro de 2016.

Nossos entrevistados rememoram enfaticamente que as ações do rapa não consideravam as condições difíceis que os camelôs levavam para sustentar suas famílias, os quais tinham os apelos de permanência e regularização ignorados. O rapa era uma ação momentânea que, apesar de espalhar medo e temor entre os camelôs, gerava resistência, pois, logo depois que os ânimos se acalmavam, ambulantes e camelôs voltavam a ocupar as principais ruas do centro de Manaus, o que levava comerciantes e lojistas a exigirem medidas mais efetivas por parte do poder municipal, conforme explanaremos no tópico a seguir.

2.3 A Administração municipal: medidas descontroladas, insatisfação generalizada

Como mencionado anteriormente, a implementação da ZFM evidenciou interesses antagônicos entre comerciantes e camelôs, exigindo interferências, por parte do poder municipal. Ao longo do nosso recorte temporal, cerca de doze nomes ocuparam o cargo de prefeito da cidade de Manaus. Alguns deles aparecem com maior destaque em nossas fontes, como é o caso de Amazonino Mendes e Arthur Virgílio Neto. Cabe ressaltar que, de 1964 a 1985, o país vivenciou o governo ditatorial dos militares e, na década de 1980, passou por um processo de luta pela reabertura política. Neste tópico, buscaremos analisar os reflexos das atuações políticas sobre o cotidiano dos camelôs nas principais ruas de Manaus, observando rupturas e permanências ao longo das décadas analisadas.

Rosa Maria Coutrim¹⁹⁸ assinala que, desde a primeira metade do século XX, a intenção das grandes cidades movidas por ideais de estética, higiene e progresso, era banir a marginalidade sem, contudo, refletir sobre suas origens, para que fosse possível criar soluções definitivas. De acordo com a autora, tão antiga quanto à presença dos camelôs nas ruas é a tentativa de lidar com a situação.

Em 06 de fevereiro de 1970, o jornal *A Crítica* destacou em uma de suas matérias, mais uma iniciativa das autoridades para retirada dos camelôs das ruas da cidade de Manaus. Polícia Militar, Bombeiros Municipais e elementos da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPES), foram autorizados a providenciar a “limpeza” no centro da cidade. “Não vai ficar nenhum camelô, a ordem é para todos, a partir de hoje o camelô que contrariar as ordens das autoridades policiais será punido”.¹⁹⁹ Tal medida, tomada pelo prefeito Paulo Pinto Nery (1965-1972) foi ajuizada depois de uma reunião entre comerciantes e jornalistas, na Associação do Comércio.

¹⁹⁸ COUTRIM, 2007.

¹⁹⁹ *A Crítica*, Manaus, 06 de fevereiro de 1970.

A notícia é de fevereiro de 1970, mas em dezembro do mesmo ano, encontramos uma notícia semelhante, demonstrando a permanência dos embates:

Um dia após a reunião o prefeito Paulo Pinto Nery, negou-se a fazer qualquer declaração a respeito de sua situação durante a reunião, ou sobre seu ponto de vista particular a respeito dos mascates, que tanto enfeiam as ruas de nossa cidade.²⁰⁰

As investidas da prefeitura contra camelôs e ambulantes causavam pânico e correria para esses trabalhadores, transformando-se em memórias dolorosas. Arthur Farias de Castro, trabalhador do centro da cidade, desde 1970, afirmou ter presenciado com frequência tais ações: “tive vários amigos agredidos, [...] spray de pimenta nos olhos, tratando a gente que nem bandido, mas nunca aconteceu comigo, porque eu corria, saía fora, mas perdi mercadorias. Apanhavam da polícia e da guarda municipal”.²⁰¹

Na matéria supracitada, do dia 11 de dezembro de 1970, o jornal *A Crítica* divulgou a indignação dos camelôs com a medida recente de recolhimento das suas mercadorias, posto que as ações da prefeitura descapitalizavam os camelôs, precarizando ainda mais a condição de sustento desses trabalhadores. Os camelôs solicitavam que lhes fosse concedido um prazo para que pudessem, pelo menos, recuperar o capital que investiram. José Cesário, um dos camelôs destacados na matéria, reitera: “o certo seria que fosse estipulado um prazo.”²⁰²

Todavia, grande destaque era conferido as tributações pagas ao município pelos comerciantes legalizados. Desse modo, os lojistas sentiam-se detentores do direito de exigir medidas enérgicas e fazer pressão sobre o poder público para a retirada de camelôs e ambulantes das ruas. O Sr. Francisco Correia Lima, prefeito em exercício, buscando atender as demandas do comércio legalizado, afirmou ter tomado as seguintes providências: “grande quantidade de mercadorias já foi apreendida, principalmente perfumes e outros artigos, não permitindo sua comercialização”²⁰³.

Como as ações de retirada não surtiram o efeito desejado pelo poder municipal, a criação de locais próprios para o comércio dos camelôs veio a pauta nas discussões. Desse modo, a administração de Frank Abrahim Lima (1972-1975) determinou locais específicos para a prática das atividades de camelôs e ambulantes, como expressa a afirmação abaixo:

No centro é que esses vendedores não ficam de jeito nenhum, eles vão ter que sair mesmo e procurar outro local para venderem seus artigos, pois não vou mais permitir que as calçadas fiquem sujas devido à irresponsabilidade desses vendedores. Além

²⁰⁰ *A Crítica*, Manaus, 11 de dezembro de 1970.

²⁰¹ Arthur Farias de Castro, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa, em 03 de março de 2017.

²⁰² *A Crítica*, Manaus, 11 de dezembro de 1970.

²⁰³ *A Crítica*, Manaus, 26 de fevereiro de 1972.

disso, só servem para impedir a passagem de nossa população colocando suas bugiangas no meio do caminho e ainda atrapalhar a venda das firmas comerciais que contribuem em dia com seus impostos.²⁰⁴

Em contrapartida, os camelôs agendavam reuniões com as autoridades, porém, suas reivindicações não costumavam ser atendidas, gerando insatisfação. Em uma audiência agendada pelos trabalhadores em julho de 1973, o prefeito Frank Lima argumentou que não seria possível permitir a permanência de ambulantes e camelôs nas ruas, justificando atrapalharem o comércio cadastrado, que paga impostos. A saída apresentada aos camelôs foi a possibilidade de trabalhar longe das principais ruas do centro da cidade; questão bastante controversa, pois a circulação de pessoas é essencial para as vendas dos camelôs.

A respeito desse assunto, eles argumentam: “Nós esperamos que o prefeito Frank Lima compreenda nossa situação e permita que continuemos trabalhando no centro da cidade, porque é daqui que a gente tira o pão de cada dia da nossa família”²⁰⁵ Entretanto, o prefeito alertou: “se eles não se retirarem, daqui a dez dias, iremos tomar atitudes mais drásticas, porque esse trabalho de maneira alguma pode continuar sendo feito na cidade”.²⁰⁶

Os locais determinados pela prefeitura foram: a Feira das Frutas, a Feira da Aparecida, a Avenida Getúlio Vargas e a descida da Escadaria dos Remédios. Os camelôs que obedeciam às determinações do governo municipal, reclamavam das medidas, pois, suas vendas estavam prejudicadas. Como veremos a seguir, no depoimento do Sr. José Wanderlei, casado e pai de cinco filhos: “Quando eu vendia minhas laranjas na esquina da Drogaria Rosas, garantia todo dia o jaraqui da turma, agora com minha retirada de lá, tive que mudar de local e a renda caiu, que não está dando mais nem pra fazer novas compras.”²⁰⁷

A permanência dos camelôs na Escadaria dos Remédios incomodava os motoristas de táxi, caminhonetas e caminhões de firmas comerciais, obrigados a descer para realizar a entrega de mercadorias. O espaço ali para a movimentação dos interessados em compras era estreito, mal dava para passar nos corredores. Percebe-se com isso, que o poder público só transferiu o “problema” para outra parte da cidade, buscando passar a imagem de uma cidade limpa e organizada, mas não investiu em políticas públicas que efetivamente buscassem solucionar os problemas dos trabalhadores ambulantes e dos camelôs.²⁰⁸

²⁰⁴ *A Crítica*, Manaus, 24 de julho de 1973.

²⁰⁵ *A Crítica*, Manaus, 26 de julho de 1973.

²⁰⁶ *A Crítica*, Manaus, 26 de julho de 1973.

²⁰⁷ *A Crítica*, Manaus, 26 de julho de 1973.

²⁰⁸ Informações obtidas a partir da leitura de matérias do jornal *A Crítica* e do depoimento de Arthur Farias de Castro.

É notório que as ações da Prefeitura, naquele momento, foram inconsistentes, não agradando nem aos lojistas, nem aos ambulantes e camelôs, pois, dentro da ausência de um programa político que assistisse aos interesses envolvidos, as medidas eram provisórias e causavam temor e incertezas nos camelôs.

Em épocas onde se previa o aumento do número de turistas na cidade, a repressão era maior. De acordo com notícia divulgada em 14 de janeiro de 1977, a cidade de Manaus aguardava a vinda de 1500 turistas, no dia 19 daquele mês, diante disso:

O prefeito em exercício da capital, vereador Irineu Tavares de Melo, decidiu, ontem, antecipar o início da operação fiscalizadora incidente sobre os camelôs que operam nas artérias centrais da cidade, para que até o dia 19, pelo menos, as ruas onde estão instaladas as importadoras da Zona Franca estejam *completamente limpas*.²⁰⁹

Interessante atentar para a expressão: *completamente limpas*, que comparava ambulantes e camelôs à sujeira. A medida citada acima faz parte das políticas administrativas do prefeito Jorge Teixeira de Oliveira (1975-1979), que decidiu intensificar as ações de retirada dos camelôs. A luta entre os camelôs e o poder municipal tem continuidade nos anos seguintes, adentrando os anos de 1980. Embora as aspirações autoritárias estivessem presentes em diversos ramos da sociedade, sua legitimidade estava ameaçada pela volta iminente do regime democrático.²¹⁰

Grupos de oposição lideravam o movimento pelas Diretas Já, as manifestações começaram a ganhar volume e adesão de personalidades da política e da arte. Tancredo Neves destaca-se como a personalidade que representará a transição do autoritário para o democrático. A república idealizada por ele traz um aspecto importante no seu bojo, a ruptura que levaria ao fim do regime político autoritário e de exceção, ampliando o processo representativo, com a defesa da eleição direta para presidente da República e a realização de uma nova assembleia constituinte²¹¹.

Diante desse cenário de ruptura, as ações das gestões municipais permaneceram intransigentes em relação a situação dos camelôs. Na tentativa de alocá-los em um lugar para que trabalhassem, o prefeito João de Mendonça Furtado (1982-1983) solicitou que os trabalhadores escolhessem uma área onde pudessem instalar suas barracas e tabuleiros. Para os

²⁰⁹ Jornal *A Crítica*, Manaus, 14 de janeiro de 1977. *Grifo nosso*.

²¹⁰ JARDIM, Trajano Silva; BRANDÃO, Iolanda Bezerra dos Santos. Breve histórico da imprensa no Brasil: Desde a colonização é tutelada e dependente do Estado. *Hegemonia* – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro Universitário UNIEURO, n. 14, p. 131-171, 2014. Disponível em: [http://www.unieuro.edu.br/sitenovo/revistas/downloads/hegemonia14/Iolanda%20Brand%C3%A3o%20e%20Trajano%20Jardim%20\(6\).pdf](http://www.unieuro.edu.br/sitenovo/revistas/downloads/hegemonia14/Iolanda%20Brand%C3%A3o%20e%20Trajano%20Jardim%20(6).pdf). Acesso em 20 fev. 2020.

²¹¹ JARDIM, 2014.

camelôs, os melhores locais eram aonde havia movimento e trânsito de pessoas, exatamente os locais onde já realizavam suas atividades. Por seu turno, os locais que eram apontados pelas autoridades, descontentavam os camelôs, posto que eram afastados das ruas de principal movimento. Nesse sentido, a matéria do jornal *A Crítica*, publicada no dia 22 de agosto de 1982, trouxe o depoimento do camelô: Nelson Cardoso: “eles querem nos colocar em um lugar como fizeram com os vendedores lá da praça Tenreiro Aranha, lá eles cercaram a praça de correntes e nem passa, quer dizer, tem o espaço, mas não tem público”.²¹²

Em matéria publicada pelo jornal *A Crítica*, no dia 30 de março de 1983, o vereador Paulo França (PMDB) pediu ao prefeito, Amazonino Mendes, que procurasse uma solução justa e humana para questão do comércio ambulante em Manaus, justificando: “Não se é a favor do comércio ambulante, porque ele concorre ilicitamente com os comerciantes que pagam impostos e contribuem para evasão de rendas dos cofres públicos”.²¹³ Na mesma matéria é possível ler ainda a seguinte afirmação do vereador: “os camelôs como são chamados, atuam em todos os lugares da cidade”.²¹⁴ As autoridades utilizavam a não contribuição tributária, como principal fator para legitimar a ilegalidade da atividade.

Um ponto interessante da citada matéria é o posicionamento do prefeito Amazonino Armando Mendes, que se compromete a buscar uma resolução com configurações acertadas e justas, uma vez que o poder municipal entendia que o aumento do número de trabalhadores nas ruas era fruto da crise que se abateu nos diversos setores da economia, em especial no setor terciário. Amazonino, em alguns momentos, manteve uma postura diferente dos outros prefeitos, sendo bem quisto entre os camelôs. Uma hipótese é que sua postura estivesse diretamente ligada as suas pretensões políticas, uma vez que se tratava de um período em que a ditadura militar caminhava para o seu fim.

No texto *Comunicação e interesse público*²¹⁵, os autores destacaram os meandros dos interesses da parceria entre o poder público e o privado. Para eles, as fronteiras que demarcam as relações de força entre público e privado são frequentemente diluídas, “numa sucessão de movimentos em que o poder econômico-político-simbólico do setor privado parece usurpar o lugar do público na medida de suas necessidades e objetivos”.²¹⁶ Desta forma, percebe-se o quanto a iniciativa privada pode interferir em assuntos que permeiam o interesse coletivo.

²¹² Jornal *A Crítica*, Manaus, 22 de agosto de 1982

²¹³ Jornal *A Crítica*, Manaus, 30 de março de 1983, p. 5.

²¹⁴ Jornal *A Crítica*, Manaus, 30 de março de 1983, p. 5.

²¹⁵ BALDISSERA, Rudimar; SARTOR, Basílio; ROSSATO, Jean. Comunicação e interesse público: a triangulação “iniciativa privada – poder público – comunidade”. *ALCEU* - v. 16, n.32, p. 207-224, jan./jun. 2016.

²¹⁶Ibid., p. 207.

Nessa direção, o prefeito do município de Manaus, Amazonino Armando Mendes (1983-1986), anunciou a remoção dos camelôs e estabeleceu regras para a permanência em um novo local, que deveria atender a requisitos básicos de fiscalização: o espaço da URBAM (Empresa de Urbanização do Amazonas). Para as autoridades, isso resolveria, ainda que momentaneamente, o problema dos camelôs, desafogando o conglomerado de pessoas que ocupavam ruas e calçadas. Essa seria a primeira de muitas ações que se dariam.

Tais medidas contrariavam os interesses dos camelôs, uma vez que os espaços escolhidos para acolhimento e exercício do trabalho não atendia a todos, deixando muitos trabalhadores fora da proposta das autoridades municipais. Mesmo os contemplados pela proposta reclamavam da falta de infraestrutura.

A historiadora Patrícia Rodrigues da Silva, ao estudar as intervenções ocorridas em Manaus, no período de 1967 a 2010, afirma que essas ações visavam higienizar e modernizar espaços considerados ‘vitrine’ da cidade. Tal intenção parece estar presente nas ações de retirada dos camelôs, das principais ruas do centro comercial da cidade, isto é: Avenida Eduardo Ribeiro, Henrique Martins, Marechal Deodoro e Sete de Setembro, gerando, conseqüentemente, tensões e lutas de classes.²¹⁷

Nessa perspectiva, Claudia Fonseca²¹⁸ afiança que a cidade atrai para ela tudo que nasce da natureza do trabalho, mas não consegue homogeneizar o urbano, reunindo diferenças. Essas provêm dos conflitos e das causas dos conflitos. De maneira semelhante, Patrícia Rodrigues da Silva²¹⁹ menciona que, no espaço urbano, os interesses plurais se evidenciam, constituindo os aspectos da cidade. Esses conflitos revelam valores distintos, projetos diversificados que se confrontam e convivem, configurando os espaços da cidade.

Em 1985, Manoel Henriques Ribeiro (1986-1988) ganhou a eleição para prefeito de Manaus. O prefeito Manoel Ribeiro, assim como os gestores anteriores, tratou a permanência dos camelôs nas principais ruas do Centro de Manaus como um problema, reiterando a necessidade de retirada. A respeito desse assunto, a imprensa²²⁰ noticiava: “camelôs continuarão a desafiar o prefeito”. A mencionada nota sublinha o posicionamento do prefeito Manoel Ribeiro de não receber os camelôs em uma reunião, por estar decidido a “limpar” o centro da cidade.

²¹⁷ SILVA, 2016.

²¹⁸ FONSECA, 2008

²¹⁹ SILVA, 2016.

²²⁰ *A Crítica*, Manaus, 20 de fevereiro de 1987.

De acordo com a mesma matéria, o secretário da Associação dos Camelôs e Vendedores Ambulantes de Manaus (ACAVA), Pedro Jorge, tentou por vezes uma audiência com o prefeito, porém sem efeito. Pedro Jorge pretendia tratar sobre as regras de higienização, taxas e padronização das bancas. Ele enfatiza que enquanto não forem atendidos pelo prefeito, os camelôs e ambulantes iriam resistir a todas investidas dos fiscais da prefeitura municipal.” Ninguém vai sair das ruas, pois sem diálogo não tem acordo, afinal o governo municipal não pode fugir de suas responsabilidades”.²²¹

Podemos constatar o tratamento dispensado aos camelôs na fala de Maria de Lourdes: “Manoel Ribeiro foi ruim porque foi porrada também, tomava nossa mercadoria, a gente comprava mercadoria com dinheiro e era tomado”.²²² Joaquim José da Costa²²³ aponta que: “Manoel Ribeiro, não perseguiu no começo, mas depois ele começou a perseguir a gente”. Rosalina Félix Pacheco acentua: “Manoel Ribeiro foi péssimo pros camelôs, ele retirou os camelôs da rua e botou a guarda pra retirar”.²²⁴ Arioaldo Mendonça reitera: “Manoel Ribeiro foi apelidado na época de Manoel Pracinha pelo fato de sair construindo praças pela cidade e também prédios com o nome da família dele, até ser cassado”²²⁵. Arioaldo ainda complementa: “na sua gestão era uma tensão constante, pois os camelôs não tinham mais espaço pra trabalhar e viviam correndo com as mercadorias na mão, temerosos pela perda”.²²⁶

Em matéria publicada pelo jornal *A Crítica*, no dia 22 de fevereiro de 1987, o referido jornal defendeu as medidas tomadas por Manoel Ribeiro, porém condenou os excessos da polícia:

Na retirada dos camelôs, o excesso em nome da lei

Ninguém, em sã consciência, pode concordar com a bagunça promovida pelos camelôs no centro de Manaus. As principais ruas do centro da Zona Franca viraram uma terrível Feira de Bagdá. A prefeitura de Manaus, portanto, age corretamente quando assume o propósito de “limpar” o coração da cidade dos *corpos estranhos que a sufocam*. Afinal, é preciso haver o mínimo de disciplina urbanística numa cidade que se preza. Mas há detalhes, nessa operação-limpeza, com o qual não podemos concordar. A violência sádica e os evidentes excessos de zelo da equipe demolidora comandada pelo major PM Homero são condenáveis. Até bancas de jornais já foram saqueadas na calada da noite pelos “homens da lei”. Está errado. E denunciamos.²²⁷

Observamos a depreciação do trabalho dos camelôs por meio do uso de expressões como corpos estranhos e limpar, que associam diretamente os camelôs a sujeira e são recorrentes ao

²²¹ *A Crítica*, Manaus, 20 de fevereiro de 1987.

²²² Maria de Lourdes da Silva, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa, em 12 de maio de 2019.

²²³ Joaquim José da Costa, em entrevista concedida a Rubens Rodrigues da Silva, no dia 11 de junho de 2019.

²²⁴ Rosalina Félix Pacheco, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa, no dia 11 de junho de 2019.

²²⁵ Arioaldo Mendonça, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa, em 12 de maio de 2017.

²²⁶ Arioaldo Mendonça, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa, em 12 de maio de 2017.

²²⁷ *A Crítica*, Manaus, 22 de fevereiro de 1987, p. 1.

longo das décadas estudadas. O destaque para os excessos ocorre por conta do saque a bancas de jornais. Em suas análises sobre a reforma da Manaus Moderna, a historiadora Patrícia Silva observou que os termos aplicados pela imprensa eram carregados de estereótipos e generalizações. A historiadora pontua que, por trás da escolha de termos estereotipados e generalizantes pela imprensa, há uma intenção de convencer a sociedade sobre a legitimidade das ações das autoridades. Desta forma, Patrícia Silva conclui que o alinhamento da imprensa aos interesses dos grupos econômicos não traduzia, de modo fiel, as vivências desses trabalhadores no espaço urbano.²²⁸

Neste segmento, Trajano Jardim e Iolanda Brandão, destacam: “vale afirmarmos, que como integrante social, a mídia trabalha em sentido paralelo ao da ideologia da classe dominante”.²²⁹ Assim, é possível afirmar que os veículos de comunicação trabalhavam no convencimento da população sobre a necessidade de “organizar” a cidade, combatendo o trabalho de camelôs e ambulantes.

Para Alexandre Stephanou é preciso estar atento ao aspecto subjetivo presente no conteúdo jornalístico, a interpretação do fato acontecido, sempre muito presente nas notícias, desvela valores e interesses do corpo editorial na medida em que:

A imprensa informa e forma, privilegia, dispõe e relaciona as notícias elegendo os acontecimentos que merecem destaque e os que serão relegados ao esquecimento. Não registra apenas o fato, ela o cria, na medida em que seleciona o que é e o que não é notícia, seja por critérios jornalísticos, ou por interesses econômicos e políticos²³⁰.

Mesmo organizados por meio da ACAVA, o diálogo com as autoridades nem sempre era possível. Amazonino Armando Mendes se mostrou como um capítulo à parte na memória dos nossos entrevistados. Ele foi considerado “o melhor prefeito”, aquele que ouvia as reivindicações da classe. Amazonino ocupou o cargo de prefeito de Manaus em três mandatos: (1983 a 1986; 1993 a 1994; 2009 a 2013). Avelino Costa recorda que o prefeito Amazonino liberou algumas ruas para que os camelôs ficassem trabalhando. “Amazonino Mendes, fez assim; um pacto de liberação”.²³¹ A permissão para o trabalho nas ruas significou um alívio, pois o medo de perder suas mercadorias não lhes tiraria o sossego.

²²⁸ SILVA, 2016.

²²⁹ JARDIM; BRANDÃO, 2014.

²³⁰ STEPHANOU, Alexandre Ayub. *Censura no Regime Militar e militarização das artes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, p. 45.

²³¹ Avelino Cosme de Sousa, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa, em 28 de outubro de 2016.

Para Maria de Lourdes: “o camelô era considerado um marginal, essa imagem mudou com o prefeito Amazonino, foi o gestor que valorizou e deu atenção para os que trabalhavam na rua, Amazonino foi muito bom!”. A respeito de Amazonino, Joaquim José²³² declara que:

O Dr. Amazonino pros camelôs foi um dos melhores, porque ele nunca perseguiu ninguém, né!?, ele sempre concordou com as ideias dos nossos representantes e da gente também, para melhorar o trabalho. Ele nunca prejudicou o camelô.

O fato de ouvi-los e recebê-los em algumas ocasiões, foi uma novidade para os camelôs e ampliou o seu prestígio perante esses trabalhadores. Amazonino buscou criar uma imagem paternalista, o gestor amigo do trabalhador. Reiterando esse aspecto popular, Rosalina Felix relata: “Amazonino foi um verdadeiro pai, chamava a gente de *pequeninos*, carinhosamente”.²³³ Para Rosalina, Amazonino é o grande responsável por segurar os camelôs nas ruas, o que lhe possibilitou criar seus filhos e garantir seu sustento. Como retribuição, ela afirma votar nele em qualquer época de campanha.

Amazonino era um político experiente, especialmente em seu mandato assumido em 1993. Nele, ele pretendia disputar as eleições para governador do Amazonas, suas ações visavam pretensamente fomentar sua popularidade entre os camelôs, objetivo seguramente alcançado. Na contramão da popularidade de Amazonino, temos Arthur Virgílio Neto, prefeito de Manaus por três mandatos: (1989 a 1993; 2013 a 2017; 2017 até os dias atuais).

Em seu primeiro mandato, Arthur não assume prontamente uma política de enfrentamento aos camelôs. Uma nota do *Jornal do Comércio* traz a seguinte afirmação: “Os camelôs e a Prefeitura de Manaus parecem estar em *plena lua de mel*”.²³⁴ A mesma matéria destaca a fala de Gláucia Suelen da Conceição Oliveira, camelô que atuava na rua Sete de Setembro:²³⁵ “acredito que os camelôs estão conseguindo trabalhar livremente na administração do atual prefeito”. Outro depoente que trabalhava na esquina da Sete de Setembro com a Avenida Eduardo Ribeiro, Francisco de Assis Almeida da Silva, 22 anos, afirmava que há seis meses não tinha nenhum problema com as autoridades municipais.²³⁶ Nos inquietou o destaque que a matéria trouxe sobre a paz dos camelôs. Seria uma provocação para as autoridades? Uma espécie de cobrança? Uma denúncia?

Essa aparente tranquilidade seria interrompida. Inúmeras queixas dos comerciantes aparecem nas matérias dos jornais. Em uma delas, o comerciante Favez Tarayra (árabe), dono

²³² Joaquim José da Costa, em entrevista concedida a Rubens Rodrigues da Silva, no dia 11 de junho de 2019.

²³³ Rosalina Felix Pacheco, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa, no dia 11 de junho de 2019.

²³⁴ *Jornal do Comércio*, Manaus, 23 de fevereiro de 1989 *grifo nosso*.

²³⁵ *Jornal do Comércio*, Manaus, 23 de fevereiro de 1989.

²³⁶ *Jornal do Comércio*, Manaus, 23 de fevereiro de 1989.

de uma loja de roupas, na avenida Marechal Deodoro, acusou os camelôs de trazerem prejuízos para a sua loja, sem esquecer de atribuir a maior parcela de culpa a prefeitura municipal. “Não é justo aos comerciantes, pagadores de impostos a prefeitura”²³⁷.

Outro comerciante, Aldir Nunes, dono de uma sapataria na Avenida Marechal Deodoro, responsabilizava, diretamente, o prefeito Arthur Neto pelas “condições lastimáveis que se encontram as ruas do centro” e alegava que o número de camelôs nas ruas é cada vez maior, impedindo a passagem de pessoas e transformando aquela região da cidade num cenário horrível para os turistas.

No ano seguinte, os jornais mostraram a ampliação das medidas de combate ao trabalho dos camelôs nas ruas do centro de Manaus. Em 04 de dezembro de 1990, o *Jornal do Comércio* noticiou a “Operação Camelô”, e destacou a mobilização da polícia para retirada dos camelôs. Os jornais e os depoimentos inferiram que as incursões dos agentes públicos passaram a serem frequentes. A gestão de Arthur Virgílio Neto ficaria marcada por intensos conflitos com os camelôs.

A polícia agia com extrema truculência, como, por exemplo: quebrando barracas, tomando mercadorias e batendo nos vendedores. De acordo com as memórias de Antônio Feliciano:²³⁸

Não apanhei porque não reagi, mas perdi a mercadoria na época do Arthur, ele batia no camelô, tomava a mercadoria, o cara já vinha pra amedrontar a gente, era uma guerra mesmo, sabe, aí os mais fortes ficavam e os mais fracos desistiam de trabalhar.

A memória dos nossos entrevistados foi um ponto fundamental para compreensão das ações políticas, no tocante ao trabalho dos camelôs. Antônio Torres Montenegro²³⁹ considera que o resgate da memória coletiva e individual se projeta como uma possibilidade de trazer para o plano do historiador o registro da própria reação vivida dos acontecimentos e fatos históricos.

A afirmativa de Montenegro sobre o resgate da memória coletiva e individual, leva-nos a compreender as dores, as alegrias, o sentimento de orgulho, de satisfação. Os depoimentos são fontes cheias de vida, lembranças ressignificadas no presente que trazem à baila o sentimento vivido. Eliete Costa, rememorando o tratamento dispensando aos camelôs na gestão de Arthur, afirma: “o tratamento era violento, os produtos eram jogados dentro do carro, às

²³⁷ *Jornal do Comércio*, Manaus, 23 de fevereiro de 1989.

²³⁸ Antônio Feliciano Matos, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa, em 27 de outubro de 2016.

²³⁹ MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 20.

vezes quebravam, os trabalhadores eram humilhados”.²⁴⁰ Observamos que o semblante de Eliete, ao conceber esse depoimento, demonstrou o quanto essa lembrança era dolorida.

Joaquim José da Costa, lembrando as ações dos anos 1990, afirma que Arthur Neto retirou os camelôs das ruas prometendo melhores condições de trabalho e execuções de obras, para abrigar os camelôs. Ele se queixa: “Arthur é de prometer e não fazer, [...] Arthur não foi bom pra camelô, ele tirou os camelôs da rua”.²⁴¹

No geral, as narrativas das trabalhadoras e dos trabalhadores que compõem esta dissertação, apontaram a gestão de Arthur como uma ameaça a eles porque marginalizava os camelôs, com a ajuda da imprensa e dos comerciantes, corroborando uma imagem de desprestígio desses indivíduos perante a sociedade. Nesse sentido, o Executivo Municipal prosseguia deliberando ações e medidas autoritárias para a retirada de camelôs e ambulantes das ruas, a desobediência era uma porta aberta para legitimar a criminalização da atividade e o uso da violência.

Ademais, convém ainda esclarecer que o prefeito Arthur Neto anunciava constantemente que a guarda municipal e a polícia militar iriam permanecer nas ruas, antes ocupadas pelos camelôs, o tempo necessário para impedir a volta dos trabalhadores. Uma questão interessante que encontramos durante a pesquisa aparece na matéria publicada pelo *Jornal do Comércio*, em 15 de dezembro de 1990, onde o prefeito Arthur Neto reclama da sujeira da cidade. “O prefeito chegou até ameaçar com cassação de alvará os comerciantes que teimam em sujar o centro comercial. Porém, reiterava sua determinação no combate aos camelôs e limpeza das ruas”.²⁴² Na mesma matéria, Arthur Virgílio, acompanhado de autoridades como o capitão da polícia Bonates – figura bastante presente na memória dos entrevistados – e da engenheira Ellen Coimbra, do departamento de turismo do município, voltou a sublinhar que a retirada dos camelôs era irreversível e disse ainda:

Não aguento mais pressão política no meu governo. Nem mesmo o pedido da pessoa que mais amo em minha vida, o senador Arthur Virgílio Filho se retornasse do além para pedir a volta dos camelôs, faria eu mudar de opinião. Arthur Neto ainda diz: é preciso uma conscientização e criar alternativas para deixar a cidade com aspecto de cidade americana. Vamos maximizar o turismo e deixar Manaus fascinante.²⁴³

O *Jornal do Comércio*, em sua edição do dia 26 de novembro de 1989, trouxe uma matéria com o seguinte título: “PMM joga duro contra os camelôs”. Nela foram retratadas as

²⁴⁰ Eliete Costa Brandão, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa, no dia 05 de fevereiro de 2020.

²⁴¹ Joaquim José da Costa, em entrevista concedida a Rubens Rodrigues da Silva, no dia 11 de junho de 2019.

²⁴² *Jornal do Comércio*, Manaus 15 de dezembro de 1990.

²⁴³ *Jornal do Comércio*, Manaus 15 de dezembro de 1990.

ações contra os camelôs que, de acordo com a matéria, exigiam um controle em relação a sua “proliferação”. Então, a Empresa Municipal de Urbanização (URBAM) e a guarda municipal, realizaram blitz na tentativa de levar camelôs e ambulantes a abandonarem o centro comercial da ZFM. A matéria destacou ainda que no dia 15 de novembro de 1990, a Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ) e a prefeitura municipal colocaram 100 homens na rua para apreenderem mercadorias. Para a (SEFAZ), essa blitz estava relacionada à sonegação de impostos e à venda de produtos sem nota fiscal. Logo, o que se viu foram vários protestos e dezenas de camelôs que tentaram invadir o Paço da Liberdade, sede do Executivo Municipal, na tentativa de um encontro com o prefeito Arthur Neto, mostrando que, apesar da repressão, os camelôs resistiriam.

Deste modo, é possível observar que as medidas adotadas pelo poder municipal para retirar os trabalhadores ambulantes e camelôs das ruas, possuíam entre os seus objetivos a função de esconder o lado pobre das cidades que almejavam alcançar o *status* de modernas, ideais de padronização e higiene que ganharam força no final do século XIX e início do século XX e persistem nos dias atuais, agora baseados nos modelos das cidades americanas, pois as autoridades municipais entendiam que deste modo Manaus se evidenciaria no cenário internacional, estando em consonância com “a modernidade” trazida pela Zona Franca. “No entanto, as ações repressivas não adiantaram e os embates entre o poder público e os trabalhadores informais continuam”.²⁴⁴

Ainda em 1990, Arthur Virgílio Neto anunciou que a prefeitura tinha um plano para assentamento de dois mil vendedores em áreas dos bairros Alvorada e Compensa, além da praça Tenreiro Aranha, no centro, e exigiu que os trabalhadores fizessem seu cadastro na Empresa Municipal de Urbanização (URBAM). Para justificar essas remoções, Arthur trouxe um dado, não apresentando a fonte, e dizia que mais de 80% das pessoas que compram de camelôs são de bairros.

Na reunião comunicada à imprensa no dia 04/12/1990, ele reafirmou não querer camelôs nas ruas do centro e disse ainda: “a guarda municipal e a polícia militar vão permanecer nas ruas por todo o tempo que for necessário impedindo a volta dos camelôs”. Vamos manter também o esquema de segurança na prefeitura. A esse respeito, Maria de Lourdes lembra de como eram as ações da prefeitura neste momento: “Até gás lacrimogênio o capitão Bonates jogava no nosso olho, a gente penou muito, então tudo que acontecia na rua era culpa do camelô, era peia mesmo!”

²⁴⁴ COUTRIM, 2007. p. 29.

As análises desta pesquisa indicam que as regras foram impostas de forma autoritária, de cima para baixo, desrespeitando os anseios dos camelôs como sujeitos sociais, pois eles não eram sequer considerados trabalhadores, ao contrário dos comerciantes que pagavam impostos ao Município. Interpretamos que é notável a distinção bastante entre comerciantes e camelôs. As consequências sociais foram profundas, porque o processo de expulsão dos camelôs tornou visível a destruição da possibilidade de sobrevivência, acarretou a sensação de destituição e desemprego. A violência das ameaças e o modo como eram pegos de surpresa geravam um sentimento de impotência que não impediu as ações de resistência.

Nessa perspectiva, as informações de Antônio Feliciano demonstraram que, mesmo sofrendo a perda de mercadorias, os trabalhadores, mostravam-se relutantes e lançavam-se na aquisição de novas mercadorias, mostrando que a interceptação não intimidaria o exercício da função: "[...] você perdia a mercadoria ia atrás e não conseguia aí, quando tinha dinheiro comprava de novo e ia pra rua , porque camelô nunca desiste de trabalhar, embora apanhando ele volta pra rua, mas camelô que é camelô, não desiste ele perde a mercadoria, mas ele volta".²⁴⁵

²⁴⁵ Antônio Feliciano Matos, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa, em 27 de outubro de 2016.

3 ORGANIZAR-SE

Neste capítulo serão discutidas as estratégias de resistência dos camelôs, desenvolvidas para contornar as ações das autoridades municipais que tinham, como principal objetivo, retirá-los das ruas mais movimentadas do centro da cidade e repetidas vezes geravam conflitos de difícil negociação.

Deste modo, para praticar o comércio nas ruas, os camelôs tiveram de desenvolver meios para fugir da vigilância do poder público. Entre eles, destacamos aqueles que aparecem de maneira mais patente nas fontes: a criação de uma “rede de relações”, baseada em laços de solidariedade mútua, como também a estrutura móvel de suas bancas, sistemas improvisados de vigilância e comunicação para aviso de eventuais ações dos agentes públicos e, posteriormente, a criação de um sindicato.

3.1 Redes de contatos: fatores para a formação de uma resistência de classe

De acordo com as falas dos nossos entrevistados, não havia como enfrentar os agentes públicos através do uso da força. Arthur Farias de Castro abaliza que, no momento das apreensões das mercadorias, “muitas das vezes dava pras pessoas se safar e se livrar dava, mas da vez que não dava, quando era pego de surpresa, não tinha como, entendeu? Um monte de fiscal e polícia, como é que o cara vai se meter e brigar tinha que deixar levar entendeu?”²⁴⁶

De maneira semelhante, Avelino Cosme de Sousa relata que, muitas vezes, presenciou a relutância por parte de seus colegas em deixar que suas mercadorias fossem levadas. Em seu depoimento, Avelino aponta que:

Às vezes sim, quando eram poucos um ou dois fiscais, o rapa que vinha você fugia, às vezes até havia agressão entre as partes, mas no contexto da coisa não porque eles andavam de porções de guardas aí não tinha como resistir eles pegavam pessoas vulneráveis de uma a duas pessoas e iam pegando assim entendeu a mercadoria.²⁴⁷

Visto que não havia como enfrentar os agentes municipais por meio da força, os camelôs criaram um conjunto de procedimentos de resistência, motivados pela sua necessidade de sustento. Compreendendo esse contexto, entendemos nas palavras de Certeau,²⁴⁸ que os sujeitos marginalizados subvertem a ordem a partir dela própria, por meio de posturas astuciosas,

²⁴⁶ Arthur Farias de Castro, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa, em 03 de março de 2017.

²⁴⁷ Avelino Cosme de Sousa, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa, em 03 de março de 2017.

²⁴⁸ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. 21^a ed. Petrópolis, Vozes, 2014.

criando inúmeras maneiras de resistir. Em matéria publicada pelo jornal *A Crítica*, em 03 de março de 1986, um camelô que não revelou sua identidade, fez a seguinte declaração:

o rapa também é humano e a barriga também aperta, nada como a convivência pacífica do ‘toma lá, dá cá’, como prega o sambão da Simone²⁴⁹. Quando algum rapa aparece o melhor é oferecer uma quentinha e tudo ocorre tranquilamente sem maiores atropelos.²⁵⁰

O trecho acima revela uma das possibilidades de lidar com os agentes municipais: oferecer suborno. Por se tratar de uma atividade ilícita e temendo possíveis retaliações, nossos entrevistados evitaram o assunto. Não obstante, notamos que a matéria possui um tom de denúncia, por trazer à baila a proposital “vista grossa” por parte do fiscal, no instante em que aceita a propina e não impede a atuação do camelô na rua.

Cabe ressaltar que a leitura dos jornais – especialmente do jornal *A Crítica* – mostrou-nos a imprensa escrita como um importante meio para a análise das lutas políticas. Nosso desafio esteve em contrapor essas fontes, com os depoimentos dos entrevistados, para buscar uma melhor compreensão dos fatos. A esse respeito, Maria Helena Capelato²⁵¹ considera os periódicos como uma força política, observada de perto pelo governo e pela elite que acompanham e influenciam sua atuação. Nessa perspectiva, o discurso da imprensa, analisado atentamente, desvelou os interesses antagônicos que gravitavam em torno do trabalho dos camelôs. Logo, observamos nas investigações que, por repetidas vezes, as matérias trouxeram denúncias sobre a atuação dos camelôs, registrando os momentos de falha da fiscalização municipal, utilizando um discurso que relacionava camelôs e ambulantes à desordem, à sujeira e importunação dos transeuntes.

Verificamos, mediante a análise das fontes, que nos tempos de maiores perseguições as estratégias e táticas de resistência se multiplicavam. Como mostram as reportagens abaixo:

Camelôs têm novo estilo de vendas

Discretos, silenciosos e extremamente rápidos. Eles representam a nova geração de camelôs de Manaus, denominados “vapt-vupt” pelos fiscais da prefeitura. Mantendo o assédio aos consumidores, aos quais tentam vender pequenos artigos nacionais e estrangeiros, estão sempre prontos a fugir da fiscalização.²⁵²

²⁴⁹ Referência ao samba cantado por Simone Bittencourt de Oliveira, cuja letra destaca a seguinte expressão: “E chega de me-dá, me-dá, agora é toma lá-da-cá”. Ver: AMOR no coração. [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (4 min). Publicado pelo canal Simone. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4kOcjygcFp0>. Acesso em: 25 jan. 2021.

²⁵⁰ *A Crítica*, Manaus, 03 de março de 1986.

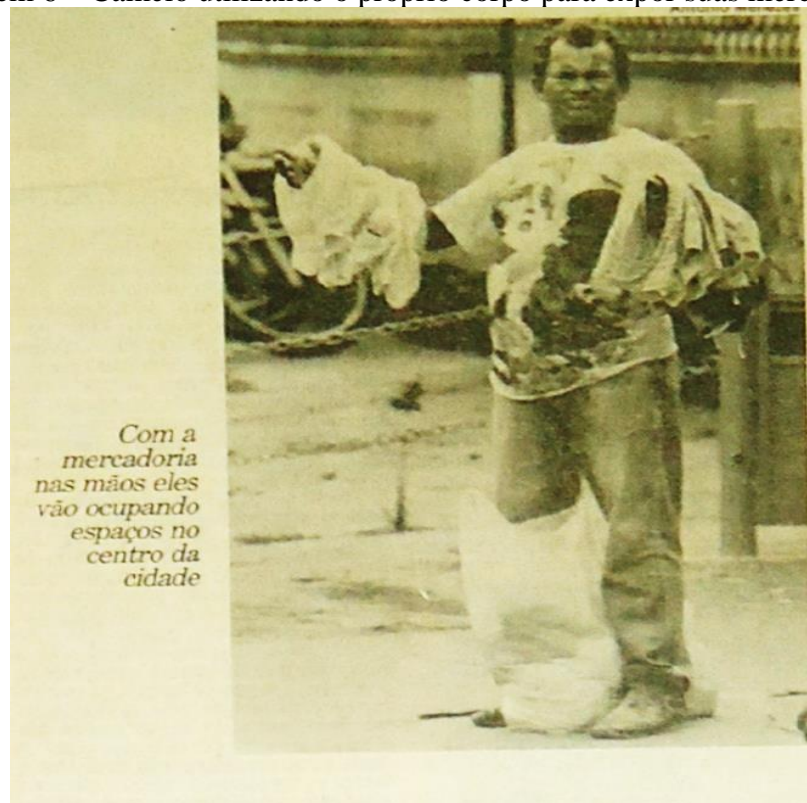
²⁵¹ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

²⁵² *A Crítica*, Manaus, 21 de maio de 1992. p.

Para impedir que os camelôs voltem a colocar suas bancas nas ruas Barão de S. Domingos e Marquês de Santa Cruz, por ordem do prefeito Arthur Neto, cerca de 16 guardas municipais da prefeitura comandadas pelo inspetor Lopes e 10 fiscais da (URBAM) estiveram de plantão durante todo o dia de ontem [...] muitos vendedores mais ousados tentaram burlar a fiscalização; mal os fiscais e guardas municipais viram as costas eles colocavam suas sacolas no chão. Outros mais originais passaram a vender seus produtos em carrinhos de supermercados ou ainda penduravam as sacolas o pescoço [...] para isso eles tinham que driblar os guardas municipais e os fiscais da (URBAM). Com olhares assustados e a esperteza, que lhes são próprios, eles conseguiram atrair a atenção dos fregueses e comercializar seus produtos.²⁵³

Nessa perspectiva, observamos, em consonância com as ideias de Certeau, que a tática é a arte do fraco, equivale a sua capacidade de se mover nos espaços do outro. Assim, criar táticas é apreender a arte de utilizar o senso de ocasião, ou seja, utilizar as armas que possui. Quanto maior a opressão, maior é a necessidade de se criar essas armas. É nesse espaço de conflito, segundo Certeau,²⁵⁴ onde brotam as estratégias, onde o poder encontra resistência. Na falta da possibilidade de instalar suas bancas, os camelôs utilizam o próprio corpo para expor suas mercadorias, aproveitando-se das ausências dos agentes municipais, preparados para eventuais fugas. Como ilustra a imagem abaixo:

Imagem 6 – Camelô utilizando o próprio corpo para expor suas mercadorias



Fonte: Jornal *A Crítica*, Manaus, 07 de janeiro de 1993.

²⁵³ *A Crítica*, Manaus, 07 de janeiro de 1993.

²⁵⁴ CERTEAU, 2014.

Destarte, as matérias supracitadas ressaltam que as práticas e táticas para despistar as autoridades vinham dando certo. Com o tempo, os camelôs aprimoraram suas técnicas para se desvencilharem o quanto antes das autoridades. Em referência aos anos em que, de acordo com seus depoimentos, sofreram maiores perseguições (mandato de Arthur Virgílio Neto 1989-1993), Arthur Farias de Castro assevera: “na época sempre trabalhamos normal, só que não era de forma organizada. A gente usava uns pedaços de compensado, tabuleiros, a gente botava um tripé, aí trabalhava lá, quando os guardas vinham a gente recolhia.”²⁵⁵ A matéria e a imagem 7, publicadas pelo *Jornal do Comércio*, em 1990, ratificam a fala dele:

Imagem 7 – Trabalhadora camelô carrega banca móvel na cabeça



Fonte: *Jornal do Comércio*, Manaus, 12 de dezembro de 1990. p.1.

O policiamento nas principais ruas do centro para impedir a volta dos camelôs continua. Entretanto, alguns deles permanecem em pontos estratégicos com pequenas bancas que podem ser removidas facilmente, assim que é notada a aproximação da fiscalização.²⁵⁶

Considerando o supramencionado contexto, remetemo-nos àquilo que Certeau elaborou sobre as táticas e estratégias de resistências: “A tática não tem por lugar senão o do outro e por

²⁵⁵ Arthur Farias de Castro, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa, em 03 de março de 2017.

²⁵⁶ *Jornal do Comércio*, Manaus, 12 de dezembro de 1990. p. 1.

isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha”.²⁵⁷

Conforme Certeau, os sujeitos descobrem, no exercício diário, maneiras de driblar as ordens, operando “golpes” transvestidos em maneiras peculiares de caminhar, ler, produzir, cozinhar, vender e organizar. Compreendemos que é no cotidiano que Certeau se guia para captar a pluralidade dessa dinâmica do dia a dia. Isto é, o autor acredita que a tática e a estratégia são componentes intrínsecos do cotidiano.²⁵⁸ Com efeito, interpretamos que dentro de um poder macroeconômico e seu condicionamento disciplinador, Certeau enxerga focos de inconformismos dos mais fracos e oprimidos, que se desenham em forma de táticas cotidianas que não ocorrem de maneira aleatória, mas de acordo com seus interesses e possibilidades.

No entanto, para que suas táticas e estratégias fossem colocadas em prática, os camelôs dependiam de uma rede de relacionamento, construída dentro das suas vivências nas ruas, para defender-se dos agentes públicos, e assim terem a força para voltar depois das ações de apreensão. Deste modo, essas relações eram vitais para o desenvolvimento de suas atividades.²⁵⁹

A pesquisadora Paulina Zambelli, ressaltou em sua Dissertação de Mestrado, defendida na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, em 2006, a importância das relações de sociabilidade estabelecidas entre os camelôs e os diferentes atores sociais no espaço urbano de Belo Horizonte para o bom andamento do trabalho por eles realizado. Zambelli ressalta que apesar da competição e da concorrência, os camelôs se ajudam devido à consciência de que necessitam da proteção e da colaboração uns dos outros.²⁶⁰

Essa dependência mútua consistia em vigiar suas mercadorias, avisar sobre apreensões e, em alguns momentos, empreender ações específicas como mostra a matéria publicada pelo jornal *A Crítica* no dia onze de dezembro de 1970:

*Alguns camelôs acharam que deviam coibir também a ação dos batedores de carteira que estão agindo a luz do dia em toda cidade. Todos os dias estão se verificando casos dessa natureza e nunca procuraram acabar, agora como estamos ganhando nosso sustento movem esta campanha contra nós – reclama Jose Hamilton de Oliveira que não aceita a ideia de acabarem com o comercio de ambulantes.*²⁶¹

²⁵⁷ CERTEAU, 2014, p. 100.

²⁵⁸ CERTEAU, 2014.

²⁵⁹ ZAMBELLI, Paulina Helena Lima. *O trabalho informal dos camelôs na região central de Belo Horizonte e a transferência para os shoppings populares*. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2006.

²⁶⁰ ZAMBELLI, 2006.

²⁶¹ *Jornal A Crítica*, Manaus, 11 de dezembro de 1970. *Grifo nosso*.

A notícia destaca a união dos camelôs, em prol do combate aos batedores de carteira. Desta forma, buscavam refutar a associação constante entre o comércio por eles realizado e as ações de ladrões nas ruas do centro da cidade. A fala dos entrevistados corrobora o que foi veiculado pela imprensa. No entanto, eles são enfáticos em destacar a sua idoneidade dentro do exercício da função. Arthur Farias afirma: “sempre existiu, tem pessoas que se infiltravam no meio para se passar por camelô e é ladrão né. [...] Nós não nos envolvia com *eles*, porque a gente podia ficar marcado”.²⁶²

O *eles* destacado na fala de Arthur Farias faz referência aos ladrões e outras pessoas que praticavam atos ilícitos, fazendo-se passar por camelôs. Com indignação, ele ressalta que essas pessoas eram segregadas para evitar a associação entre os trabalhadores que agiam com honestidade e aqueles que agiam com má fé. Em suas análises sobre o tema, Márcio André Araújo de Oliveira testifica que:

Um grupo estigmatizado como perturbador das normas de urbanização, usuários indevidos do espaço público, originalmente ligados a circulação das mercadorias sem a devida atenção a legislação que rege a cidade. Sobre tudo isso, a ajuda mútua e a parceria entre os camelos são essenciais. Elas podem acontecer a partir do momento em que um dado problema surge e pode afetar a todos. Também, pode surgir da necessidade em contribuir para a realização de determinadas tarefas corriqueiras ou recorrentes.²⁶³

Ainda que não possuíssem laços familiares ou de amizade entre si, nos momentos de necessidade, havia uma ajuda mútua. Afinal, mesmo diante da concorrência, os camelôs estavam cientes de que dependiam uns dos outros para continuar em atividade. O objetivo comum era permanecer nas ruas, enfrentando a pressão do poder municipal e dos grandes lojistas. De acordo com Iasi:

O ser da classe e, portanto, sua consciência está no movimento que leva destas trajetórias particulares até conformações coletivas, de modo que estas são constituídas pela multiplicidade de ações particulares ao mesmo tempo em que as ações particulares são constituídas por cada patamar coletivo objetivado.²⁶⁴

Iasi corrobora que não se pode compreender uma classe sem que se possa compreender como ela se manifesta concretamente. Neste sentido, percebe-se que os camelôs interagem através de avisos sobre as apreensões, ou a respeito de pequenos furtos e ainda na formação de grupos para voltar à atividade após ações de repressão, como afiança Raimundo Teles:

²⁶² Arthur Farias de Castro, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa, em 03 de março de 2017. *Grifo nosso*.

²⁶³ OLIVEIRA, Márcio André Araújo de. *Trabalho Informal e Redes Sociais: os camelôs da Praça da Matriz em Manaus*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009. p. 111.

²⁶⁴ IASI, M. L. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: expressão Popular, 2006. p. 75.

“Naquele contato existia um aviso: olha os guardas, estão na rua, aí! Cuidado pra não perder! Aquela parceria né”.²⁶⁵

De modo semelhante, Arthur Castro abaliza: “eu avisava: olha os rapa estão passando aqui! Olha! Estão com tantos no pelotão deles, estão vestido de camisa assim e a gente avisa um pro outro. Cuidado com esse, com aquele, uma piscada, balançar a cabeça”.²⁶⁶ O aviso garantia a proteção. Aquele que avisava, sabia que em um dado momento necessitaria de aviso também. Destarte, vê-se que para os camelôs as redes de solidariedade eram uma forma de resistência e ainda uma forma de reforçar a consciência de pertencimento a um mesmo grupo.

Todavia, percebemos que apesar da consciência de pertencimento a um grupo e da ajuda mútua, o trabalho nas ruas era marcado pela individualidade, como assevera Raimundo Teles: “A parceria era aquilo ali, naquele momento em que tava junto ali, *depois se separava, não tinha muito contato com o outro não sabe*.”²⁶⁷

Conforme Ivanildo Dias Rodrigues²⁶⁸, o individualismo é uma característica típica das atividades informais. Rodrigues²⁶⁹ pontua que, ao se inserir na informalidade, o trabalhador, muitas vezes, passa a se entender como patrão de si mesmo e proprietário do próprio negócio, essa noção dificulta a intensificação de laços de parceria e aflora o individualismo.

Entre parcerias, individualismo, intempéries, perseguições e fugas, nossas análises reforçam o entendimento de que apesar de todas as situações adversas que enfrentavam, os camelôs resistiam. Decerto, sua maior forma de resistência consistia em **voltar**. Inúmeras notícias revelaram a insistência dos marreteiros após as ações dos agentes públicos, como aparece na notícia abaixo: “apesar da *limpeza* a que as autoridades se propuseram a realizar, livrando as calçadas da presença de marreteiros, ontem pela manhã vários deles ainda vendiam brinquedos de plástico na Avenida Eduardo Ribeiro”.²⁷⁰

Mesmo sujeitos às ações truculentas dos guardas e da polícia, e à campanha negativa da imprensa que insistia em compará-los com sujeira, como indica o termo “*limpeza*”, os trabalhadores continuavam insistindo, com o objetivo de que os responsáveis por administrar a cidade não criminalizassem seu ofício.

²⁶⁵ Raimundo Nonato Teles, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa, em 29 de outubro de 2016.

²⁶⁶ Arthur Farias de Castro, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa, em 28 de outubro de 2016.

²⁶⁷ Raimundo Nonato Teles, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa, em 29 de outubro de 2016. *Grifo nosso*.

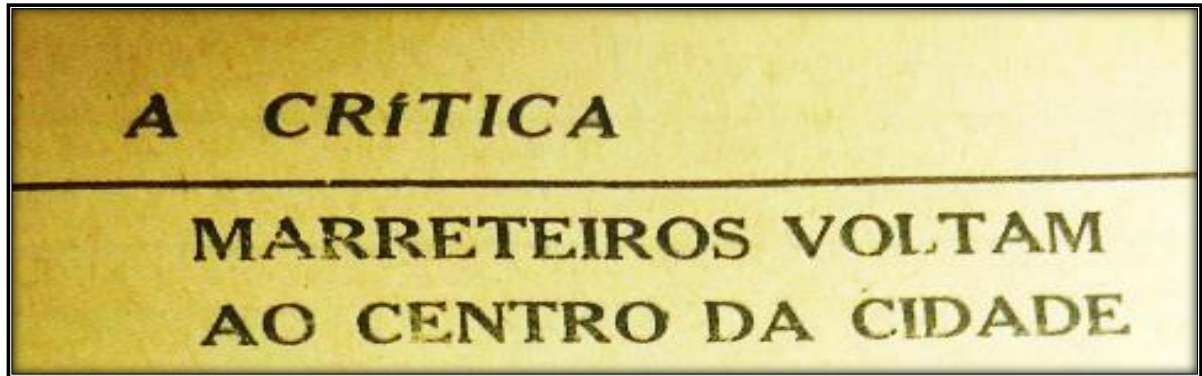
²⁶⁸ RODRIGUES, Ivanildo Dias. *A dinâmica geográfica da camelotagem: a territorialidade do trabalho precarizado*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

²⁶⁹ RODRIGUES, 2008.

²⁷⁰ Jornal *A Crítica*, Manaus, 11 de dezembro de 1970. **Grifo nosso**.

O Jornal *A Crítica* persistia em denunciar o constante retorno dos camelôs, como ilustra a imagem abaixo:

Imagem 8 – Marreteiros voltam ao centro da cidade



Fonte: Jornal *A Crítica*, Manaus, 02 de junho de 1971.

A notícia ratifica o depoimento de Antônio Feliciano Matos: “o camelo nunca desiste de trabalhar, embora apanhando, ele volta pra rua, mas camelô que é camelo não desiste, ele perde a mercadoria, mas ele volta”. A justificativa para o retorno é unânime entre os entrevistados: a sobrevivência. Para sustentar suas famílias era preciso **voltar**.

Nesse retorno dos camelôs às ruas da cidade, justificado pela necessidade de garantir o seu sustento, temos uma resistência que se assemelha as ideias defendidas por Scott. Para ele, a resistência às relações de dominação se expressa em práticas cotidianas que orientam as interações cotidianas entre dominantes e dominados²⁷¹. Sob esta ótica, tínhamos nas ruas de Manaus da década de 1970, de um lado, os agentes municipais (representantes da classe dominante); e do outro, os camelôs (dominados).

Os agentes municipais estavam incumbidos de retirar os marreteiros das ruas, para defender um ideal de cidade limpa e organizada pertencente à classe dominante, que pretendia acastelar os seus interesses econômicos, livrando-se da concorrência dos camelôs. Esses, por sua vez, resistiam ao controle imposto, comprando novas mercadorias e voltando aos seus postos de trabalho. É patente que a resistência dos camelôs ocorria mesmo sem a existência de movimentos politicamente organizados.²⁷² No entanto, os camelôs foram sentindo a urgência dessa organização política. Percebemos tal urgência a partir da constatação da formação de grupos, criados com o intuito de solicitar reuniões junto ao Poder Executivo Municipal para

²⁷¹ SCOTT, 1990 *apud* MENEZES, 2002.

²⁷² De acordo com a documentação obtida no Sindicato do Comércio de Vendedores Ambulantes de Manaus, a fundação do sindicato ocorreu no dia 17 de junho de 2005. Anterior a essa data, temos a união desses trabalhadores em associações. O sindicato não faz distinção entre camelôs e ambulantes. Essa discussão será aprofundada nos próximos tópicos.

que suas alegações fossem ouvidas, como elucidada a notícia do jornal *A Crítica* do dia 24 de julho de 1973:

Nessa quinta-feira passada, um grupo de ambulantes esteve no gabinete do prefeito, fazendo-lhe um apelo para que eles continuassem vendendo seus objetos no centro da cidade. Franklin Lima tentou explicar a todos que ali se encontravam que não era possível, visto que atrapalhava o comércio que é cadastrado e paga imposto, mas que não iria proibir de continuarem nesse tipo de trabalho, porém, teria que ser feito longe do centro, ou mesmo nos subúrbios. Todavia, eles não quiseram entender e dali saíram mal satisfeitos. Sentindo que a reação daquela gente seria brusca, o prefeito determinou que os guardas tomassem conta do serviço.²⁷³

A notícia supracitada, além de sublinhar a formação de grupos representativos organizados pelos camelôs, esclarece que o prefeito Franklin Lima sabia que eles não cumpririam as determinações por ele colocadas, uma vez que os espaços sugeridos não possuíam o movimento necessário para o comércio dos marreteiros. Evidencia-se assim a temática do lugar. Já que os camelôs insistiam em voltar, não se mostravam dispostos a desistir do seu ofício, a prefeitura buscou disciplinar suas atividades, destinando para eles outros espaços, ou seja, preferencialmente os subúrbios e a Praça Oswaldo Cruz.

Porém, os trabalhadores relutavam em transferir suas atividades para os locais determinados pela prefeitura, devido ao movimento muito inferior ao existente nas principais ruas do centro de Manaus, como elucidada o depoimento do camelô José Rodrigues da Silva, casado e pai de cinco filhos, que na época em que concedeu sua entrevista para o jornal *A Crítica*, vivia da profissão de vendedor ambulante há mais de quatro anos, “para se sobreviver, temos que vir para o centro da cidade, principalmente para a Avenida Eduardo Ribeiro, que é bastante movimentada”.²⁷⁴

O centro da cidade concentrava o intenso movimento de pessoas, essencial para a circulação de mercadorias. Em notícia publicada no dia 24 de julho de 1973, lê-se:

Começou a guerra contra os vendedores ambulantes, os quais vendem seus objetos nas principais artérias da cidade, durante 10 dias, segundo informações do prefeito Frank Lima, ficarão espalhados pelas principais ruas, alguns guardas com a finalidade de proibir de por ali se instalarem. Durante esse período, os ambulantes devem procurar outros lugares, que não sejam o centro da cidade, para a venda de bugigangas. Esse tipo de venda deve ser feito no subúrbio e não em plena Eduardo Ribeiro, ou na Marechal Deodoro, segundo opinião do Chefe do Executivo Municipal.²⁷⁵

²⁷³ Jornal *A Crítica*, Manaus, 24 de julho de 1973.

²⁷⁴ Jornal *A Crítica*, Manaus, 24 de julho de 1973.

²⁷⁵ Jornal *A Crítica*, Manaus, 24 de julho de 1973.

Entende-se que o termo “guerra” comumente utilizado pelo Jornal *A Crítica*, para se referir as batalhas entre a Prefeitura Municipal de Manaus e os camelôs, faz uma nítida referência à postura de resistência desses trabalhadores.

Ao longo dos anos estudados, várias administrações municipais elaboraram projetos de “conter” o trabalho dos camelôs, por meio da determinação de ocupações de locais específicos,²⁷⁶ a exemplo do projeto de Frank Lima, na década de 1970, que determinou que camelôs e ambulantes ocupassem os subúrbios e a praça Oswaldo Cruz.

Em 1982, o então prefeito, João de Mendonça Furtado, prometeu “limpar” as calçadas do centro de Manaus, retirando os camelôs. Para cumprir sua promessa, pediu que os próprios camelôs e ambulantes escolhessem seus locais de trabalho, desde que deixassem livres as principais ruas do centro.²⁷⁷ A reação dos trabalhadores foi de indignação: “eles querem nos colocar em currais”.²⁷⁸

O sucessor de João de Mendonça Furtado, Amazonino Mendes²⁷⁹, e o governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho, prometeram aos camelôs um espaço adequado para o exercício de suas atividades. O local escolhido foi o estacionamento da URBAM, localizado na rua Theodureto Souto, entre a Marçílio Dias e a Guilherme Moreira.²⁸⁰ Na matéria a seguir, observamos que a imprensa cobra o cumprimento da ação.

Imagem 9 – Até agora, só conversa

ATÉ AGORA, SÓ CONVERSA

Camelôs só deixarão o calçadão segunda-feira

A mudança dos camelôs para o estacionamento da Urbam, na Rua Theodureto Souto entre Marçílio Dias e Guilherme Moreira, programada para ontem pela manhã, não aconteceu. O prefeito Amazonino Mendes foi ao local e conversou com os ambulantes, anunciando a mudança para segunda-feira, a partir de quando a Prefeitura não mais permitirá camelôs nas ruas.

Dezenas de vendedores ambulantes, selecionados pela Prefeitura, foram ao local ouvir o prefeito Amazonino Mendes, que fez questão de ressaltar que na localização dos ambulantes na praça-estacionamento não haverá “apadrinhamento e nem pedido de político. Ninguém vai ter privilégio e todos serão instalados de acordo com as necessidades e prioridades”.

O prefeito assegurou aos que se sentem prejudicados o direito de ir à Prefeitura segunda-feira para reclamar. “A partir de segunda-feira não permitirei mais camelôs nas ruas”, disse o prefeito Amazonino Mendes. Segundo ele, o estacionamento, sacrificado para dar lugar aos ambulantes, rendia à Prefeitura Cr\$ 5 milhões por mês.

Os vendedores ambulantes foram selecionados no próprio local de trabalho pelas equipes da Prefeitura. Ao todo, são 600 camelôs, mas somente 240 serão instalados no estacionamento. Os requisitos são a sindicalização, ser pai de família, não ter renda familiar, ser autônomo (os que fazem seus artigos para vender).

Os 240 ambulantes que serão instalados no estacionamento da Urbam, a partir de segunda-feira, pagarão uma taxa mensal de Cr\$ 13 mil, e vão proporcionar uma renda de Cr\$ 3 milhões 120 mil. O prefeito advertiu ontem que a Prefeitura será rigorosa com aqueles que não obedecerem às normas da venda ambulante.

LOJISTAS

A retirada dos camelôs que ocupam os calçadões da Zona Franca de Manaus para a Praça Tenreiro Aranha, anunciada agora para a segunda-feira, 22, só deverá surtir o efeito desejado pelas autoridades municipais, se houver medida proibitiva também contra os comerciantes da área, que de algum tempo para cá passaram a usar as ruas como vitrines de suas mercadorias.

Tirar os ambulantes e deixar os fixos não vai resolver muita coisa.

Fonte: *A Crítica*, Manaus, 22 de maio de 1983, p. 3.

²⁷⁶ Não é nossa intenção abarcar todos os projetos relacionados ao controle da atuação dos camelôs nas ruas do centro da cidade de Manaus, mas ressaltar aqueles que elegemos, balizados pelas fontes, como de maior destaque neste sentido.

²⁷⁷ *A Crítica*, Manaus, 04 de outubro de 1982, p. 3.

²⁷⁸ *A Crítica*, Manaus, 04 de outubro de 1982, p. 3.

²⁷⁹ Mandato referente aos anos de 1983 a 1986.

²⁸⁰ *A Crítica*, Manaus, 22 de maio de 1983, p. 3.

A leitura da matéria sublinha a postura dos diferentes sujeitos frente ao trabalho dos camelôs. Isto é, ao tempo em que Amazonino Mendes busca se manter popular e bem quisto entre camelôs e ambulantes, ao garantir que não mais permitirá a presença deles nas ruas, nota-se que Amazonino busca atender a demanda dos lojistas que se sentem prejudicados pela concorrência dos camelôs e ambulantes. Na chamada da matéria, o jornal *A Crítica* destaca: Até agora, só conversa, assumindo um apoio a demanda dos lojistas, e cobrando uma atitude mais enfática da prefeitura, acompanhando de perto a promessa de retirada dos camelôs das ruas mais movimentadas do centro.

O mandato de Amazonino Mendes entre os anos de 1983 a 1986 é marcado pela tentativa de “disciplinar” a presença dos camelôs no centro da cidade. O chamado *Projeto Camelô* prevê a criação de módulos em alumínio e fibra na praça Osvaldo Cruz, como também na praça Tenreiro Aranha. Isto é, a promessa de Amazonino é garantir a possibilidade de higienização.²⁸¹

O desejo do prefeito é, portanto, o de dar plenas condições a essas pessoas que não têm empregos fixos, mas que precisam ganhar o sustento dos familiares de continuarem trabalhando, sem prejudicar o bom desenvolvimento das atividades do comércio plenamente estabelecido.²⁸²

Alegadamente, Amazonino buscou soluções que agradassem tanto aos lojistas quanto aos camelôs; já Arthur Virgílio, não manteve o mesmo diálogo com camelôs e ambulantes. Durante o seu mandato como prefeito de Manaus entre os anos 1989 a 1993, prometeu a retirada total deles das ruas mais movimentadas do centro da cidade. A ameaça de retirada total teve início com o projeto “Faixa Verde”, que proibia a permanência de camelôs e ambulantes num raio de quinze metros dos abrigos de ônibus. O projeto assentava-se na justificativa de que a proibição do comércio deles deixaria a cidade mais limpa, higienizada e segura para os usuários do transporte coletivo.²⁸³

A administração de Arthur Neto ocorre em um período de crise econômica; o início dos anos de 1990, durante o governo de Fernando Collor e suas tentativas de contornar a inflação por meio do congelamento e tabelamento de preços e salários.²⁸⁴ Como consequência, o comércio de gêneros alimentícios se expandiu pelas ruas. Os camelôs, em especial os que possuíam ponto nas avenidas Eduardo Ribeiro e Marquês de Santa Cruz, vendiam açúcar, café,

²⁸¹ *A Crítica*, Manaus, 25 de maio de 1985. p. 7.

²⁸² *A Crítica*, Manaus, 25 de maio de 1985. p. 7.

²⁸³ *A Crítica*, Manaus, 27 de julho de 1990, p. 3.

²⁸⁴ PLANO Collor, [s.l.], FGV - CPDOC, 2009. Disponível em:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-collor>. Acesso em: 30 jan. 2021.

creme dental, papel higiênico etc. O valor dos produtos chamava a atenção, pois era inferior aos que constavam na tabela da Superintendência Nacional do Abastecimento – SUNAB. Duzentos e cinquenta gramas do café embalado a vácuo custavam, por exemplo, Cr\$ 65,00 na tabela da SUNAB, os camelôs vendiam por Cr\$ 50,00. O açúcar refinado que custava na banca Cr\$ 28,00 o quilo, na tabela era Cr\$ 32,00.²⁸⁵

O jornal *A Crítica* parece cobrar da URBAM um posicionamento em relação à venda de gêneros alimentícios pelos camelôs. Por sua vez, a URBAM garante que irá tomar as devidas providências, visto que esses vendedores não eram licenciados pela prefeitura para comercializar esses produtos. Além disso, ofertavam-nos sem as mínimas condições sanitárias. Depoimentos inflamados são publicados no jornal em referência ao comércio dos camelôs, como o da funcionária pública Aparecida Guimarães:

Não sei por que até agora o prefeito não tomou uma atitude séria com esses camelôs. Parece que eles estão ganhando força para não saírem do centro comercial, tenho até vergonha de dizer que sou amazonense, pois esses camelôs estão deixando a cidade igual uma lixeira, além disso raramente venho ao centro porque não tenho coragem de transitar pelas calçadas, que mais parecem um curral de bois.²⁸⁶

Não obstante, a prefeitura não demoraria a tomar medidas mais enérgicas, ou seja, no sentido de retirar os camelôs das ruas do centro de Manaus, marcando a administração de Arthur Virgílio Neto. Na matéria abaixo temos uma dimensão dos conflitos que ocorreram no período:

Polícia mostra sua força contra camelôs no centro

Mais de 400 policiais, todo o contingente da cavalaria da Polícia Militar e cães adestrados tomaram conta do centro da cidade, na manhã de ontem, para impedir que os vendedores ambulantes voltassem a ocupar as calçadas. Nas proximidades da prefeitura e em toda a parte central da Avenida Sete de Setembro o clima era de guerra e apesar do forte contingente policial, houve um início de quebra-quebra na Rua Barroso, quando os camelôs eram afastados do centro depois de terem tentado chegar à Prefeitura.

As pessoas, mesmo que não tivessem nada a ver com a situação, paravam para ver o que estava acontecendo e a praça da Matriz ficou repleta. As calçadas antes ocupadas pelos camelôs e seus equipamentos foram tomadas por curiosos que queriam acompanhar os fatos. A presença dos cães usados pelos policiais militares amedrontou os populares, especialmente aqueles que, necessariamente tinham que passar por eles para chegar aos seus destinos. Um grande número de policiais ficou concentrado, por algumas horas, um grande número de policiais e o trânsito de veículos somente não ficou caótico porque, além de conter os camelôs os policiais trataram de organizar o tráfego. Os camelôs, em grupos de 100 ou 200 pessoas, bem que tentaram chegar até à prefeitura, mas não conseguiram. Com a cavalaria percorrendo as áreas preferidas dos vendedores e guardando a Praça D. Pedro I, era impossível qualquer manifestação pública no local.

Para quem teve a oportunidade de presenciar a operação ficou uma imagem de guerra, jamais vista na cidade de Manaus, nem mesmo quando a polícia foi chamada para intervir na paralização do transporte coletivo no dia 30 de outubro.

²⁸⁵ *A Crítica*, Manaus, 15 de abril de 1990.

²⁸⁶ *A Crítica*, Manaus, 20 de maio de 1990.

Ontem, o contingente policial era bem maior e o esquema de segurança montado próximo ao Paço da Liberdade não deixou dúvidas quanto a disposição do prefeito de não adiar por mais tempo a retirada dos vendedores ambulantes da cidade, medida preconizada inclusive pela Lei Orgânica de Manaus.²⁸⁷

O articulista destaca em seu texto: imagem de guerra, jamais vista na cidade de Manaus. Assim é retratada a operação de retirada dos camelôs das ruas, ocorrida no dia 4 de dezembro de 1990, uma terça-feira. No sábado anterior, dia 1 de dezembro de 1990, a prefeitura divulgou uma nota oficial em todos os jornais da cidade, anunciando a proibição do comércio dos camelôs. O contingente policial destacado, o uso da cavalaria e dos cães, mostram a dimensão da operação. Os camelôs estavam presentes, não fugiram da luta. No entanto, foram impedidos de realizar qualquer manifestação.

Valdir Cândido²⁸⁸, ao compartilhar sua experiência vivida naqueles tempos, afirma que participou de vários embates contra as autoridades, enfrentando prisões e apreensões de mercadorias. Ele mesmo relata que foi preso por diversas vezes e até torturado por agentes públicos.

Na época o chefe do gabinete civil [...]contratou os camisas vermelhas e os colocou na rua, **mas os camelôs se organizaram para aguentar esse rojão**, eu fui muitas vezes preso por causa disso, então às vezes eles estavam do nosso lado e a gente nem sabia, observando. Esse atual secretário de segurança, levava lá pra prefeitura, tinha uma sala lá em baixo, a última sala da Guarda Municipal, se você for por trás, do lado esquerdo vai sair na parte do porto, embaixo era o porão, eles levavam o pessoal ali pra torturar, eu tenho marcas na clavícula fui preso lá por três vezes.²⁸⁹

A fala de Valdir é, sobretudo, uma fala de resistência: “os camelôs se organizaram para aguentar o rojão”. Essa organização se deu por meio da formação de grupos compostos por 100 e até 200 camelôs que tentavam chegar à prefeitura, ocorreu ainda com a criação de novas formas de vender seus produtos nas ruas, aproveitando-se de falhas na vigilância. Entretanto, percebemos que o ato de resistir é assinalado por lutas e sofrimentos que deixam marcas profundas nos indivíduos.

O relato de Seu Valdir revela ainda, como ressalta a historiadora Patrícia Rodrigues da Silva, a cidade enquanto prática social, constituída de valores e projetos distintos, onde as pessoas constroem, disputam e desfrutam dos espaços, construindo a heterogeneidade das

²⁸⁷ *Jornal do Comércio*, Manaus, 4 de dezembro de 1990, p. 7. **Grifo nosso.**

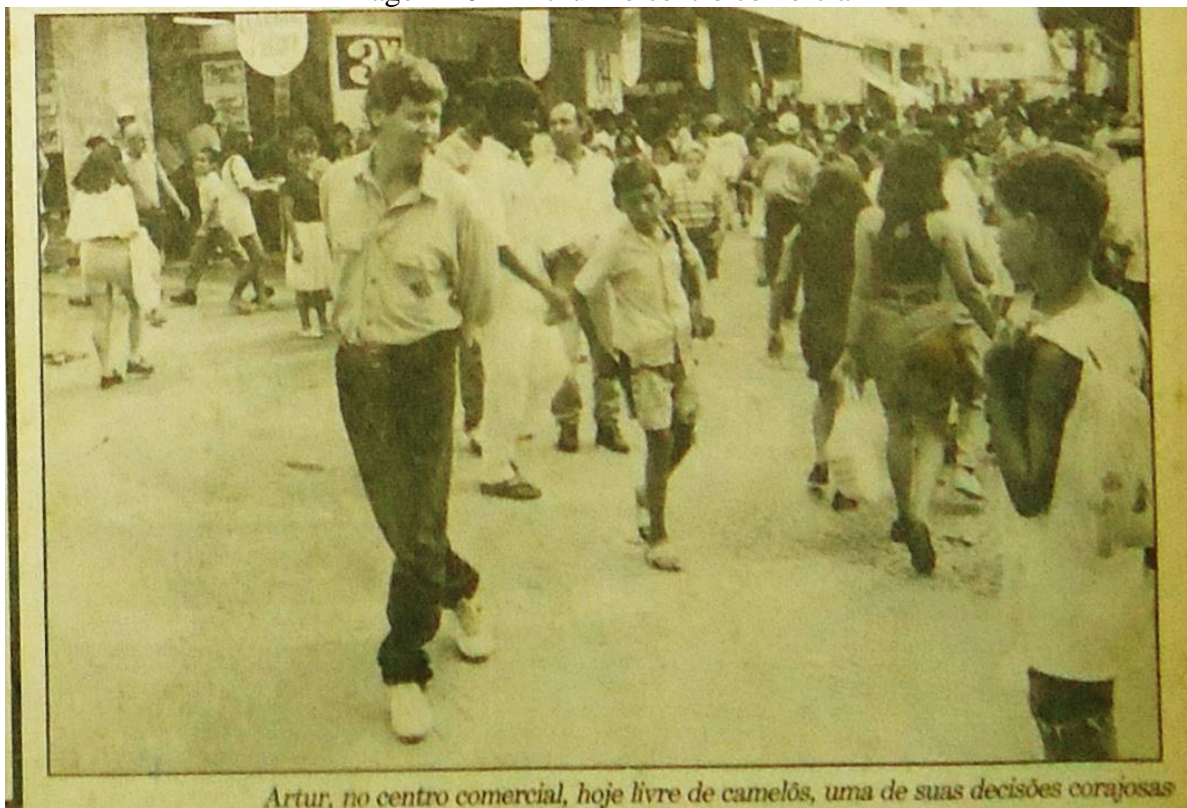
²⁸⁸ Valdir Cândido, em entrevista concedida à Rubens Rodrigues da Silva, no dia 14 de julho de 2020. Valdir Cândido é natural de Manaus, divorciado e pai de dez filhos. Iniciou suas atividades como camelô ainda na década de 1980. Participou da constituição do sindicato.

²⁸⁹ Valdir Cândido, em entrevista concedida à Rubens Rodrigues da Silva, no dia 14 de julho de 2020.

idades. Nesta perspectiva, a cidade é vista “como uma prática social que é resultante de um constante conflito de interesses”.²⁹⁰

Na imagem que segue, publicada pelo jornal *A Crítica*, no dia 31 de dezembro de 1992, Arthur aparece no centro da cidade, em um local sem a presença de camelôs. O jornal exalta a administração de Arthur Neto, ressaltando na legenda da foto que a retirada dos camelôs do centro de Manaus foi uma de suas decisões mais corajosas. Na memória dos entrevistados que vivenciaram a administração dele, durante os anos de 1989 a 1992, essa parece ser uma ferida aberta que traz lembranças dolorosas e sofridas.

Imagem 10 – Arthur no centro comercial



Arthur, no centro comercial, hoje livre de camelôs, uma de suas decisões corajosas

Fonte: *A Crítica*, Manaus, 31 de dezembro de 1992.

Arthur foi sucedido por Amazonino Mendes. Este último, em seu mandato de 1993 a 1994 dá início a construção do camelódromo, obra que causa bastante polêmica na cidade. O local escolhido para a construção do camelódromo foi a avenida Eduardo Ribeiro, ao lado da Praça da Matriz. Na ocasião foi proposta uma emenda na Lei Orgânica do Município. No dia 17 de fevereiro de 1993, durante sessão ocorrida na Câmara Municipal de Manaus, o vereador

²⁹⁰ SILVA, Patrícia Rodrigues da. Propondo o alisamento do espaço: disputas em torno da “Manaus moderna”. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 8, n. 17, p. 215 - 254. jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/3381/338146824009/html/index.html>. Acesso em: 12 dez. 2020.

Jefferson Peres (PSDB) apontou que, três das áreas onde se pretendia construir o camelódromo (Praça da Matriz, rua Oswaldo Cruz e Avenida Marquês de Santa Cruz), faziam parte do sítio histórico da cidade de Manaus, e o artigo 432 da Lei Orgânica do Município de Manaus proibia a instalação de camelôs e de pontos fixos no espaço urbano próximo a sítios históricos.²⁹¹

De acordo com nossas análises, a instalação do camelódromo em área tão nobre do centro gerava preocupação e incomodava, principalmente, os comerciantes. O jornal *A Crítica* acompanhou de perto as obras de construção do camelódromo. As matérias possuíam um tom de denúncia e, como visto antes, associavam à atividade dos camelôs a desordem e marginalidade. Como podemos observar na matéria abaixo:

A maior preocupação não é com relação a instalação de um ponto fixo para os camelôs, mas o que vem por trás dos camelôs, Fernando Lopes Castro, vendedor de artigos importados, recorda quando a praça Tenreiro Aranha era um camelódromo e a marginalidade era uma constante no local. “No meio da praça havia um ‘quartinho’ para ser alugado a casais. Não sou contra os camelôs, mas onde eles estão há infiltração de marginais, infelizmente”.²⁹²

O jornal *A Crítica* destacava a opinião pública a respeito da construção do camelódromo em áreas tombadas pelo patrimônio histórico:

‘Se a praça pública virar camelódromo ninguém terá condições de transitar e o manauara vai acabar perdendo esse ponto de lazer e repouso, principalmente as crianças’. Manoel Pedro Pereira dos Reis, garçom.

‘Acho que fica bom, do jeito que está tudo bagunçado acredito que ficaria melhor, porque tem rua onde a gente não pode andar de tanto camelô. Quem sabe com um camelódromo estes vendedores se concentrariam num só local’ Evaristo Hassan, comerciário.

‘Honestamente não tenho nada contra isso, as praças ficam muito abandonadas à noite e na escuridão a gente fica sendo assaltado, melhor é a prefeitura ocupá-las mesmo e garantir a segurança.’ José Oliveira, contador.

‘Camelódromo na praça vai nos prejudicar principalmente para quem tem loja a área central. Os camelôs vendem mais barato e a população está sem dinheiro’. Gercinede Pimenta, gerente das lojas Esplanadas.

‘Toda cidade que conheço tem um camelódromo que não ocupa a praça pública, ele é instalado em local afastado da área central, nossas praças não tem espaço para camelódromo’. Fernando Lopes, vendedor de artigos importados.²⁹³

Esse debate tomou proporção ainda maior quando a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Municipal de Manaus aprovou, na noite de 08 de maio de 1993, um parecer favorável a tramitação do projeto, que modificaria o artigo 432, que proibia a presença de camelôs em áreas próximas a prédio ou monumentos protegidos como patrimônio histórico.

²⁹¹ *A Crítica*, Manaus, 18 de fevereiro de 1993.

²⁹² *A Crítica*, Manaus, 15 de abril de 1993, p. 6.

²⁹³ *A Crítica*, Manaus, 15 de abril de 1993, p. 6.

Art. 432 Ficam vedados o comércio ambulante e a instalação de pontos fixos de venda de quaisquer produtos no espaço urbano, definido, nesta Lei, como Sítio Histórico, excetuadas as seguintes áreas e preservados os cruzamentos de ruas;

I - as praças Oswaldo Cruz e 15 de Novembro, o trecho da Av. Eduardo Ribeiro entre a Rua Marquês de Santa Cruz e a Av. Sete de Setembro e a parte final da Rua Barão de São Domingos, destinados a pontos fixos de vendas, através da instalação de equipamentos urbanos para acomodação de camelôs e comercialização de refeições rápidas;

II - as praças Tenreiro Aranha e Torquato Tapajós, para o exercício do comércio ambulante e a instalação de pontos fixos de vendas de comidas e bebidas típicas.

§ 1º Fica vedada, ainda, a atividade de comércio ambulante nas áreas de entorno, no raio de 300 metros dos imóveis protegidos pela legislação do patrimônio-histórico, especialmente:

I - Palácio Rio Negro;

II - Palácio da Justiça;

III - Teatro Amazonas;

IV - Paço Municipal;

V - Biblioteca Pública.

§ 2º Excetuam-se da vedação, objeto deste artigo e seu parágrafo 1º, as bancas de revistas, fotografos, box de informações turísticas de órgão oficial.

§ 3º O Poder Executivo disciplinará a utilização dos espaços objeto do "caput" deste artigo e o exercício das atividades previstas em seu § 2º.²⁹⁴

O que previa a emenda 01/93

Artigo 1º - Os incisos I e II e o parágrafo 3º do artigo 432 da Lei Orgânica passam a vigorar com as seguintes redações:

I – As praças Oswaldo Cruz e 15 de Novembro, **o trecho das avenidas Eduardo Ribeiro entre a rua Marquês de Santa Cruz e a Avenida Sete de Setembro** e a parte final da rua Barão de São Domingos, destinados a **PONTOS FIXOS DE vendas, através da instalação de equipamentos para a acomodação de camelôs e comercialização de refeições rápidas.**

II – As praças Tenreiro Aranha e Torquato Tapajós, para o exercício do comércio ambulante e a instalação de pontos fixos de vendas de comidas e bebidas típicas.

Parágrafo 3º - O Poder Executivo disciplinará a utilização dos espaços objeto do "caput" deste artigo e o exercício das atividades previstas em seu parágrafo 2º.

Artigo 2º - Esta emenda entrará em vigor a partir da data de sua publicação.²⁹⁵

O Executivo Municipal havia iniciado as obras do camelódromo em abril de 1993, ao lado do relógio municipal. Não demoraria para que o Ministério Público, por meio da Curadoria do Meio Ambiente e Patrimônio, acionasse o poder judiciário para o embargo da obra. Assim atendendo ao pedido do Ministério Público, no dia 08 de maio de 1993, a juíza Glair Maria Alves dos Santos Vital, da Segunda Vara de Fazenda Pública, mandou suspender as obras de construção do camelódromo, sob argumento de ser construída em áreas consideradas, ou seja,

²⁹⁴ MANAUS. *Lei Orgânica do Município*. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-manaus-am>. Acesso em: 22 jun. 2020.

²⁹⁵ *A Crítica*, Manaus, 7 de maio de 1993, p. 7.

em um sítio histórico de Manaus, protegidas por leis municipais, estaduais e federais. Se a prefeitura insistisse na continuidade do projeto, pagaria multa diária no valor de Cr\$ 100 milhões.²⁹⁶

Na área em questão existem cinco prédios tombados por lei federal, estadual e municipal. Três deles são: o Relógio Municipal tombado pelo decreto 11. 197, de 14 de junho de 1988; a Igreja de Nossa Senhora da Conceição (Catedral), tombada pelo decreto 11.029 de 12 de abril de 1988; e a Agência Central dos Correios e Telégrafos, tombada pelo decreto 11.200, de 14 de junho de 1988. Eles foram tombados por decretos estaduais, ironicamente assinados por Amazonino Mendes, em seu mandato de governador do estado, entre os anos de 1987 a 1990.

O Ministério Público não poupou argumentações legais para pedir suspensão da obra do camelódromo, que acabou por ser embargada e destruída. Os anos seguintes foram marcados por diversos projetos que buscavam disciplinar o centro da cidade e retirar os ocupantes considerados indesejados. A exemplo dos projetos: Centro Vivo (2008),²⁹⁷ Choque de Ordem (2010), e o recente projeto ‘Viva Centro Galerias Populares’ (2014), que criou a Galeria dos Remédios, a Galeria Espírito Santo e o Shopping Phelippe Daou.

Arthur Virgílio Neto assumiu novamente a prefeitura de Manaus no início de 2013. Durante a campanha para as eleições municipais de 2012, velhas feridas deixadas por Arthur Virgílio nos camelôs foram tocadas. Uma matéria encontrada no site da revista *Valor Econômico* testifica esta afirmação:

Favorito na disputa pela prefeitura de Manaus, o candidato do PSDB, Arthur Virgílio, arrastou uma multidão na manhã deste sábado, nas ruas do centro da cidade. Ele estava acompanhado dos candidatos Henrique Oliveira (PR), Serafim Corrêa (PSB) e Pauderney Avelino (DEM), que declararam apoio ao tucano no segundo turno. A região escolhida por Virgílio para fazer o ato político, o centro de Manaus, é um campo minado para ele, por ter a maior concentração de camelôs da cidade. O tucano entrou em choque com a categoria quando foi prefeito de Manaus (1989-1993). Ele tentou tirar os ambulantes da rua à força, usando a Guarda Municipal. Conforme caminhava, alguns camelôs gritavam o nome de sua adversária na disputa: Vanessa Grazziotin (PCdoB). Também berravam: bate em camelô. Cientes do calcanhar-de-aquiles, integrantes da campanha tucana usavam blusa com a estampa: “sou camelô, sou Arthur”.²⁹⁸

²⁹⁶ *A Crítica*, Manaus, 7 de maio de 1993, p. 7.

²⁹⁷ Ver: SILVA, Patrícia Rodrigues da. Propondo o alisamento do espaço: disputas em torno da “Manaus moderna”. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 8, n. 17, p. 215 - 254. jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/3381/338146824009/html/index.html>. Acesso em: 12 dez. 2020.

²⁹⁸ ARTHUR Virgílio (PSDB) ouve provocações de camelôs no centro de Manaus, [s.l.], *Valor Econômico*, 27. Out. 2012. Disponível em: <https://valor.globo.com/noticia/2012/10/27/arthur-virgilio-psdb-ouve-provocacoes-de-camelos-no-centro-de-manau.ghml>. Acesso em: 30 jan. 2021.

Patrícia Rodrigues da Silva, ao pesquisar as disputas que envolvem o espaço da Manaus Moderna, afiança que o projeto de cidade “desejado pelos grupos que detêm o poder público na cidade de Manaus passa pela segregação de parte de seus habitantes”.²⁹⁹ A referida historiadora aponta que, no entendimento das elites, os camelôs têm invadido espaços que não lhes pertencem, portanto, sua presença é incômoda ao projeto de embelezamento da cidade.

Nessa lógica, a solução é confinar esses grupos em espaços que os retiram das vistas daqueles que circulam pelo centro da cidade. Patrícia Silva constata que: “as elites não se mostram preocupadas com as condições e as estratégias de sobrevivência desses trabalhadores, pois, pretendem definir seus destinos sem ao menos buscar um diálogo com esses grupos”.³⁰⁰ Silva ressalta que enquanto os poderes públicos se preocupam com a adequação da cidade a padrões de embelezamento, os trabalhadores estão comprometidos com o sustento de suas famílias e vão travando suas lutas cotidianas em defesa de seus interesses.³⁰¹

Isto posto, divisamos que, por mais que o poder público se empenhasse diretamente em campanhas para combater o trabalho dos camelôs, tais sujeitos no dia a dia se reinventavam, disfarçavam-se, organizavam-se e desenvolviam códigos de comunicação que eram interpretados perfeitamente por eles. Como sugere Certeau,³⁰² os sujeitos não são passivos, massificados, disciplinados pelos mecanismos de poder, mas produtores. Assim, encontram maneiras de agir dentro da ordem economicamente dominante. Surge daí a sua concepção de cotidiano como uma “arte de fazer”.

Destarte, toda estratégia de controle aguçava o lado criativo dos sujeitos que trabalhavam nas ruas. Podemos perceber um exemplo dessa ação criativa na fala de Valdir Cândido: “a gente trabalhava na forma de paraquedas, você pega um pano e amarra em quatro canto e sempre tinha alguém vigiando, quando soava o alarme, aí já pegava na ponta e ia embora, dessa forma a gente escapava”.³⁰³

A posição firme dos trabalhadores demonstra seu esforço de resistência e foi ressaltada diversas vezes pelos jornais, a exemplo da matéria publicada pelo jornal *A Crítica*, no dia 22 de agosto de 1982, que tem como título: “Os camelôs resistem e o povo pede que eles permaneçam”. Na referida matéria lemos a seguinte afirmação: “ninguém nunca vai acabar com a força dos camelôs, eles desativam uns, surgem centenas. A maioria pensa assim, e, afinal de

²⁹⁹ SILVA, 2016, n.p.

³⁰⁰ Ibid., n.p.

³⁰¹ Ibid., n.p.

³⁰² CERTEAU, 2014.

³⁰³ Valdir Cândido, em entrevista concedida à Rubens Rodrigues da Silva, no dia 14 de julho de 2020.

contas, a guerra entre camelôs e rapas já dura vários anos”.³⁰⁴ Observamos que a força dos camelôs os mantém nas ruas ainda nos dias atuais, apesar de todos os esforços para sua retirada. A matéria nos parece assertiva em afirmar que ninguém vai acabar com a força dos camelôs.

3.2 Associação dos Camelôs e Vendedores Ambulantes (ACAVA)

Os camelôs e ambulantes, diante da necessidade e urgência de serem representados e legitimarem sua atuação nas ruas, criaram a Associação dos Camelôs e Vendedores Ambulantes (ACAVA), essa associação se responsabilizou por organizar e levar propostas ao chefe do Executivo Municipal; porém, mesmo organizados, na maioria das vezes, os camelôs não eram atendidos pelas autoridades.

A data de fundação da Associação dos Camelôs e Vendedores Ambulantes (ACAVA) é o dia 15 de outubro de 1987, mas é sabido que essa instituição tem uma atuação bem anterior a essa data.³⁰⁵ As dificuldades encontradas para se contar a história da formação da Associação e do Sindicato de Camelôs e Ambulantes da cidade de Manaus foram inúmeras. O acesso às documentações cartoriais é demasiadamente caro e não encontramos personagens que marcaram os embates políticos entre camelôs e o poder municipal como, por exemplo, Elias Cordovil, líder da ACAVA, na década de 1980.

A respeito da fundação de associações organizadas pelos camelôs, Carlos Freire da Silva, em sua tese defendida na Universidade de São Paulo em 2014, assevera que “a ocupação dos espaços em vias públicas pelos ambulantes foi um processo que se desenvolveu a partir de conflitos e negociações com o poder público”.³⁰⁶ Nessa perspectiva, o referido autor infere que as organizações dos vendedores ambulantes tiveram um papel estruturante:

Elas começaram a aparecer já no final do processo de redemocratização do país, na década de 1980, acompanhando a expansão do associativismo no período pós-ditadura militar. Elas respondiam ao aumento dos conflitos com a prefeitura em torno da ocupação dos espaços públicos à medida que se desenvolviam as grandes concentrações de ambulantes na cidade.³⁰⁷

³⁰⁴ A *Crítica*, Manaus, 22 de agosto de 1982. p. 5

³⁰⁵ Informações disponíveis em: <https://cnpj.biz/22766067000174>. Acesso em: 20 ago. 2020.

³⁰⁶ SILVA, Carlos Freire da. *Das calçadas às galerias: mercados populares do centro de São Paulo*. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. p. 74.

³⁰⁷ SILVA, 2014. p. 74.

Carlos Silva compreende que as associações surgem como um produto direto do aumento dos embates entre o poder municipal e os camelôs; por conta da maior concentração de camelôs no centro da cidade, consequência da crise econômica que assolou o país na década de 1980. O espaço de análises do autor é a cidade de São Paulo, mas suas observações mostram-se pertinentes ao que ocorreu em Manaus no mesmo período.

Na década de 1980, percebemos uma atuação intensa da ACAVA na defesa dos interesses dos camelôs, pautando reivindicações, questionando ações da prefeitura e exigindo medidas que melhorassem o trabalho dos camelôs. Mesmo diante da violência física contra os trabalhadores, eles insistiam em se manifestar, repudiando as ações truculentas das autoridades, tentando levar as pautas da classe diretamente ao Executivo Municipal.

Em 1987, visando combater o aumento do número de camelôs e ambulantes que trabalhavam no centro da cidade, o Executivo pressionou a ACAVA a organizar a retirada desses trabalhadores das principais artérias do centro e os alocar na praça Tenreiro Aranha; porém, para lá só iriam os vendedores cadastrados. Segundo o presidente da Associação, estavam cadastrados 915 vendedores e o número de não-associados chegava a mais de 100. A “limpeza” focava primeiramente a retirada dos que comercializavam batata, salada, sacola³⁰⁸ e outros. Entretanto, os próprios vendedores não acreditavam que tal medida surtiria efeito, pois, essa não era a decisão acertada que evitaria o aumento dessa atividade. No depoimento de José Carlos Castro Ribeiro, camelô entrevistado pelo jornal *A Crítica*, lemos a seguinte observação: “o desemprego aumenta dia a dia, então a tendência é aumentar esse tipo de comércio; com cinco mil cruzados que a gente coloque em mercadoria, já é vantajoso”.³⁰⁹

Outro camelô, Clóvis da Silva, vendedor de batatas e associado à ACAVA, afirmou que possuía uma banca de bijuterias, mas que aos sábados ganhava mais vendendo batata, “cada um vai à luta como pode”.³¹⁰ Essa fala evidencia que, dentro da lógica da camelotagem, os trabalhadores necessitavam se reinventar em função de suas necessidades. A matéria do jornal *A Crítica* do dia 10 de setembro de 1987 traz o seguinte destaque:

Batalha entre camelôs e comércio

Dois segmentos comerciais continuam travando uma acirrada batalha no centro de Manaus em busca de espaço para sua atividade; de um lado, os comerciantes legalmente estabelecidos; de outro, o comércio marginal exercido pelos camelôs, e ao que tudo indica, essa batalha está longe de terminar, se é que algum dia vai mesmo chegar ao fim. O centro comercial de Manaus reflete todos os problemas oriundos de um crescimento desordenado. O **comércio marginal** dos camelôs tem se mantido graças a tenacidade destes profissionais que contam com a conivência de algumas empresas, que lhes fornecem produtos para a venda nas calçadas; onde há não emissão

³⁰⁸ Sacola é uma denominação popular para uma mistura de hortaliças vendidas juntas em uma mesma embalagem.

³⁰⁹ *A Crítica*, Manaus, domingo, 02 de agosto de 1987.

³¹⁰ *A Crítica*, Manaus, domingo, 02 de agosto de 1987.

de nota fiscal para mercadorias vendidas, o que torna o comércio altamente lucrativo. Nesse comércio se vende todo tipo de produtos até televisão e vídeo cassete. Pela falta de força do Código de Postura do Município, o número de vendedores ambulantes no centro da cidade aumenta diariamente, disputando palmo a palmo os espaços dos calçadões.³¹¹

A notícia supracitada aponta que a solução para o conflito entre comerciantes e camelôs seria de difícil negociação, visto que a camelotagem se multiplicava com o crescimento desordenado da cidade, que passou a acolher pessoas oriundas de várias regiões do estado e de outras partes do país. A esse respeito, Valdir Candido relembra o impacto do desemprego na década de 1980 da seguinte maneira:

O Distrito começou a decair na década de 80 pra cá, que o pessoal começou a esvaziar a questão do emprego, porque eu trabalhei no Distrito, daí as pessoas optaram pelo centro buscavam uma alternativa de trabalho. Na lei normal proibia a venda nessas áreas da Marechal e Sete de setembro etc. Então esse princípio fez com que a gente fosse conquistando espaço devagarinho, até porque cresceu o número de desempregado no país, o Distrito pessoalmente esvaziou, a partir de 1985 eu observei o aumento de desemprego no Distrito.³¹²

Diante do cenário de crise dos anos 1980, a ACAVA assumiu um discurso de defesa da camelotagem, pautado na justificativa de que o que antes servia apenas de “bico” ou meio de sobrevivência mais fácil, apresentava-se naqueles dias como uma saída para a crise econômica e o desemprego. Elias Cordovil, presidente da ACAVA, considerava que a retirada ou qualquer outra iniciativa brusca de remoção seria contestada pela Associação, pois esbarrava na necessidade de sobrevivência dos trabalhadores.

Nesses termos, a alocação dos trabalhadores camelôs em áreas específicas, só seria aceita pela Associação caso apresentasse um projeto que considerasse a escolha de um local onde a movimentação de pessoas permitisse o bom fluxo das vendas e as condições de higiene fossem satisfatórias. A imprensa seguia de perto a atividade dos camelôs, destacando que esses vendedores vendiam de tudo, desde agulha até aparelho de rádio gravador com som estéreo e tônicos.³¹³ Valdir Cândido mencionou que os produtos comercializados pelos camelôs eram adquiridos nas importadoras, como, por exemplo: loja Tropical, Belmiro, Beija Flor etc. Dessa maneira, com o capital acumulado compravam novos produtos para comercialização. Esse intenso fluxo de compra e venda, sem o devido pagamento de impostos, foi denunciado pelo jornal *A Crítica* como prejudicial ao fisco estadual.³¹⁴

³¹¹ *A Crítica*, Manaus, quinta feira, 10 de setembro de 1987. **Grifo nosso.**

³¹² Valdir Cândido, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa no dia 14 de julho de 2020.

³¹³ *A Crítica*, Manaus, quinta feira, 07 de janeiro de 1988.

³¹⁴ *A Crítica*, Manaus, quinta feira, 07 de janeiro de 1988.

No início do mês de fevereiro de 1987, uma ação de retirada trouxe enorme prejuízo aos camelôs. Esse episódio aprofundou o descontentamento da classe. A esse respeito, Elias Oliveira Cordovil havia apresentado, sem sucesso, propostas de negociação ao chefe do Executivo, mas não houve negociação. Elias afirmou: “é um ato arbitrário pois a prefeitura não consultou a ACAVA e além disso, não acolheu as propostas apresentadas no final de janeiro”.³¹⁵

Entre as propostas apresentadas pela Associação estavam: a padronização dos tamanhos das bancas, o compromisso com a limpeza dos espaços ocupados e o credenciamento junto a prefeitura. “Não queremos brigar com a prefeitura, o que queremos é garantir um direito constitucional, que é o direito ao trabalho” disse o presidente da Associação, Elias Cordovil.³¹⁶

Entre os muitos desafios enfrentados cotidianamente pelos camelôs, estavam as inúmeras tentativas de desqualificá-los, já mencionadas neste trabalho. Havia uma frequente associação entre a camelotagem e a criminalidade, como, por exemplo: recepções de furto, apalpar as pessoas, afugentar os turistas e concorrer de forma desleal com as pequenas lojas. O presidente da (ACAVA), Elias Cordovil, refutava tais colocações: “o camelô não é um marginal como tentam rotulá-lo é uma pessoa como outra qualquer que tenta ganhar a vida trabalhando dignamente”.³¹⁷ Elias afirmava ainda que existia uma campanha para desmoralizar essa categoria de trabalhadores e acusava o presidente da Associação Comercial do Amazonas (ACA), Jorge Loureiro, de perseguir camelôs e ambulantes, ambicionando condená-los ao desemprego e, conseqüentemente, à fome.³¹⁸

No início de junho de 1987, camelôs e ambulantes promoveram uma passeata. Revoltados, eles se reuniram na sede da ACAVA, na rua Joaquim Sarmiento. Após vários discursos inflamados, os camelôs exigiram que o prefeito Manoel Ribeiro cumprisse a promessa feita de construir um camelódromo.³¹⁹

O camelódromo constituía-se em uma perspectiva de acordo entre os anseios dos camelôs e o Executivo Municipal. Manoel Ribeiro assegurou que cumpriria sua promessa e garantiu que até a conclusão do camelódromo, não incomodaria os camelôs. Todavia, a proposta apresentada pela equipe do prefeito em questão foi a ida para a praça Tenreiro Aranha, proposta essa que não agradou aos camelôs. Reunidos e representados pela ACAVA, eles decidiram não acatar a determinação do Executivo. Elias Cordovil, após reunião com os camelôs, afirmou:

³¹⁵ A *Crítica*, Manaus, quinta-feira, 5 de fevereiro de 1987, p. 3.

³¹⁶ A *Crítica*, Manaus, quinta-feira, 5 de fevereiro de 1987, p. 3.

³¹⁷ A *Crítica*, Manaus, domingo, 07 de junho de 1987.

³¹⁸ A *Crítica*, Manaus, domingo, 07 de junho de 1987.

³¹⁹ A *Crítica*, Manaus, domingo, 07 de junho de 1987.

A sorte está lançada, não iremos para a praça Tenreiro Aranha. Enquanto o prefeito Manoel Ribeiro não implementar infraestrutura capaz de atender as necessidades dos camelôs, no que diz respeito as barracas com coberturas, jalecos e crachás e outras promessas feita para viabilizar nossa transferência.³²⁰

A falta de infraestrutura, nos mais variados aspectos, acompanhava desde sempre aqueles que usavam a rua para a prática do seu sustento. Maria de Lourdes destacou em sua fala: “para ir ao banheiro a gente dava um jeito, ia na Bemol, tinha outras lojas que a gente ia no banheiro; na chuva a gente colocava a sombrinha, tudo a gente dava um jeito que brasileiro dá um jeito pra tudo”.³²¹

Joaquim José confirma as auguras citadas por Maria de Lourdes da seguinte maneira:

Toda vida tivemos esse problema de banheiro, sempre tive que dar um jeitinho brasileiro, né!? Para fazer as necessidades da gente, ou pagar, né! Porque a rua nunca teve banheiro público toda vida foi essa sem-vergonhice aí. Tem dinheiro pra dar pro boi e não tem pra fazer banheiro organizado no centro da cidade, não só para o camelô como para a população.³²²

Rosalina Félix reitera que, nas ruas, os camelôs enfrentavam os ratos, a exposição ao sol e a chuva, destaca também: “eu dava meu jeito colocava guarda chuva e lonas, diziam que nós enfeávamos a cidade, a cidade era do povo amazonense eu tinha certeza e consciência, mas tinha a economia, camelô ganha, camelô gasta e girava e economia”.³²³ As afirmações de Rosalina refletem a consciência que os camelôs possuíam em relação ao impacto que sua atividade gerava na economia. Tal consciência animava os camelôs a se posicionarem contra a postura de desprezo das autoridades.

Maria de Lourdes, ao discorrer sobre a importância econômica dos camelôs e seus embates com a prefeitura, trouxe à baila afirmações semelhantes aquelas que aparecem na fala de Rosalina Félix, mas fez questão de ressaltar a atuação de Paulo Jorge e de Elias Cordovil no tocante a defesa dos camelôs: “a associação na figura de Paulo Jorge e do Elias representou e lutou pela nossa causa”.³²⁴ Em seu depoimento, ela narra que a Associação zelava para que os camelôs não se dispersassem e proibia brigas e conflitos entre os trabalhadores. “Era uma coisa organizada”,³²⁵ relata Maria de Lourdes, que se sentia representada pela Associação, mas não sente o mesmo em relação ao Sindicato. “Esse sindicato aí pra mim não funciona não porque o sindicato só funciona pra ele mesmo, que pra defender o camelô eles não defende a gente

³²⁰ A *Crítica*, Manaus domingo, 28 de junho de 1987.

³²¹ Maria de Lourdes da Silva, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa, em 12 de maio de 2019.

³²² Joaquim José da Costa, em entrevista concedida à Rubens Rodrigues da Silva, no dia 11 de junho de 2019.

³²³ Rosalina Félix Pacheco, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa, no dia 11 de junho de 2019.

³²⁴ Maria de Lourdes da Silva, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa, em 12 de maio de 2019.

³²⁵ Maria de Lourdes da Silva, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa, em 12 de maio de 2019.

não”.³²⁶ A partir desse relato questionamos: Quais mudanças levaram Maria de Lourdes a essa conclusão? No próximo tópico analisaremos a atuação do Sindicato.

As lideranças tinham a consciência que as autoridades não agilizariam políticas que os inserissem no projeto urbano da cidade; logo, o enfrentamento, em muitos momentos, fazia-se necessário para que fossem incluídos. Era de interesse das autoridades que a insatisfação dos trabalhadores camelôs e ambulantes não assumisse proporções de ameaça à ordem pública. Para isso, o poder de polícia buscava inibir o ímpeto questionador dos trabalhadores. Em outras palavras, por trás dessa menção da força, percebemos que estava a mensagem da condição de fragilidade e vulnerabilidade dos trabalhadores camelôs.

Apesar da relutância, os camelôs foram alocados na Praça Tenreiro Aranha. A esse respeito, o jornal *A Crítica*, em reportagem publicada no dia 28 de junho de 1987, abordou o descontentamento dos vendedores já alocados naquele lugar da seguinte maneira: “não tenho outra escolha a não ser deixar a praça e procurar outra atividade, lamentou Dona Francisca”,³²⁷ uma camelô entrevistada pelo referido jornal. A praça era considerada pequena demais para tantas pessoas, agravando a falta de infraestrutura.

Alberto Moreira, camelô que também tem o depoimento registrado na mesma matéria, afirmou: “o prefeito prometeu criar condições para sairmos das calçadas é o mínimo que deveria fazer, na hipótese de não poder o melhor é deixar nós em paz e aonde estamos”.³²⁸ A cada medida do Executivo Municipal, com intuito de empurrá-los para a periferia, eles agrupavam-se consolidando a resistência e expandindo as ideias de fortalecer os laços, para fazer frente as ordens de retirada.

Um episódio marcante do conflito entre os camelôs e o poder municipal ocorreu em janeiro de 1988, quando o vice-prefeito Aristides Queiroz, na ausência do prefeito Manoel Ribeiro, conduziu a chamada “Operação Limpeza”, uma ação que previa a retirada dos camelôs no centro da cidade de Manaus, com o auxílio da polícia militar e da guarda municipal. Com efeito, os camelôs foram retirados das ruas, suas mercadorias foram apreendidas e levadas ao Garajão da Prefeitura.

Dias depois da ação de retirada, a ACAVA, reunida em frente à prefeitura, ouviu atentamente todas as propostas do poder municipal. Entre elas estavam: a transferência da categoria para os bairros e a ocupação aos sábados e domingos da rua José Clemente, com garantia de publicidade. A ACAVA rejeitou as propostas, afirmando que dos bairros os

³²⁶ Maria de Lourdes da Silva, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa, em 12 de maio de 2019.

³²⁷ *A Crítica*, Manaus, 28 de junho de 1987.

³²⁸ *A Crítica*, Manaus, 28 de junho de 1987.

camelôs já vieram e eles não comiam apenas no sábado e no domingo para somente trabalharem naqueles dias.³²⁹

No fim da assembleia que se realizou em frente à sede municipal, decidiram realizar uma passeata pelo centro da cidade, gritando palavras de ordem e erguendo faixas de protestos, onde percorreram as ruas: 7 de setembro, Floriano Peixoto e Eduardo Ribeiro. Foram registrados tumultos, a direção do movimento pedia ordem, mas nem sempre era atendida pelos manifestantes. Os ânimos estiveram bastante exaltados, havendo constantes trocas de desaforos entre a Guarda Municipal e os trabalhadores, com a ameaça de quebra-quebra nas lojas, caso não fossem atendidos.³³⁰

A Câmara de Dirigentes Lojistas de Manaus (CDL), na pessoa do presidente, Diniz Alexandre de Melo Pereira, afirmou em nota:

As empresas associadas a Câmara de Dirigentes Lojistas de Manaus, entidade representativa do comércio lojista da Zona Franca de Manaus, desejam através desta, externar total e irrestrito apoio a decisão da prefeitura municipal pela corajosa atitude de determinar o saneamento das vias que constituem o centro comercial da nossa cidade.³³¹

A cidade viveu dois dias de atos de protestos dos camelôs, envolvendo depredações. No dia 12 de janeiro, eles conseguiram uma audiência com o secretário de governo de Amazonino Mendes. Aquele lhes prometeu audiência com o governador, tão logo ele retornasse do exterior. Camelôs e ambulantes fizeram uma marcha até o Sindicato dos Metalúrgicos, lá foram recebidos pelo presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Ricardo Morais, em um clima de total revolta.³³²

No dia 13 de janeiro houve a quebra dos “manecos”³³³ no terminal da Praça da Matriz e muitas lojas comerciais foram obrigadas a fechar as portas. A polícia militar efetuou algumas prisões e o clima permaneceu tenso, fechando o centro por algumas horas.³³⁴ Os manecos eram micro-ônibus que cumpriam treze rotas em todas as zonas da cidade, esse sistema de transporte foi criado durante a administração de Manoel Ribeiro, daí o apelido de “maneco”. Irados com a postura do prefeito, os camelôs quebraram alguns desses ônibus.³³⁵ A notícia ganha destaque na primeira página do jornal *A Crítica* do dia seguinte.

³²⁹ *A Crítica*, Manaus, 12 de janeiro de 1988.

³³⁰ *A Crítica*, Manaus, 13 de janeiro de 1988. p. 3.

³³¹ *A Crítica*, Manaus, 13 de janeiro de 1988. p. 3.

³³² *A Crítica*, Manaus, 13 de janeiro de 1988. p. 3.

³³³ *A Crítica*, Manaus, 14 de janeiro de 1988. p. 1.

³³⁴ *A Crítica*, Manaus, 14 de janeiro de 1988. p. 6.

³³⁵ RYLO, Ivo. Da carroça ao 'busão', veja histórias do transporte coletivo em Manaus. *GI Amazonas*. 26 out. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/am/amazonas/manaus-de-todas-as-cores/2016/noticia/2016/10/da->

Imagem 11 – Quebra dos camelôs



Fonte: *A Crítica*, Manaus, 14 de janeiro de 1988. p. 1.

A notícia supracitada caracteriza a manifestação dos camelôs como “badernaço”, eles são adjetivados de baderneiros, vândalos e marginais, numa nítida intenção do jornal de levar a manifestação dos camelôs ao público de maneira negativa. Para tentar contornar a situação de revolta dos camelôs, o prefeito Manoel Ribeiro autorizou a Secretaria Municipal de Ação Comunitária (SEMOC) a realizar um levantamento do número de camelôs cadastrados na ACAVA, e se incumbir de alocá-los em feiras e mercados municipais espalhados pela cidade, podendo esses trabalhadores escolherem um local próximo a sua residência.³³⁶

Essa ação recebeu o apoio de instituições ligadas ao comércio. De acordo com elas, prevaleceu o bom senso, pois, devolveria às calçadas e aos calçadões aos transeuntes, que segundo os comerciantes legalmente estabelecidos, sentiam-se privados de caminhar tranquilos e seguros, no setor mais nobre da capital. Seguindo a determinação do Executivo, a SEMOC levantou que haviam 1.000 vendedores associados na ACAVA, dos quais setecentos e cinquenta já estavam cadastrados na SEMOC, e 163 (cento e sessenta e três) já se encontravam alocados em seus novos locais de trabalho.³³⁷

Depois do levantamento feito pela SEMOC, foi constatado que a prefeitura dispunha de um total bastante considerável de dependências em feiras e mercados municipais (1.745), e estavam à disposição dos camelôs cadastrados na SEMOC. As vagas estavam nos seguintes

carroca-ao-busao-veja-historias-do-transporte-coletivo-em-manau.html#:~:text=Eram%20embarca%C3%A7%C3%B5es%20que%20suportavam%20entre,a%20zona%20urbana%20de%20Manaus. Acesso em: 20 jan. 2021.

³³⁶ *A Crítica*, Manaus, 7 de fevereiro de 1988. p. 3.

³³⁷ *A Crítica*, Manaus, 7 de fevereiro de 1988. p. 3.

setores: Feira do Cajual (60), Compensa II (400), Alvorada (50), Coroado (100), São José II (200), Cidade Nova (40), Maués (25), Japiinlândia (25), São José (100), São Francisco (15), Walter Rayol (200), Araújo Lima (300), Carneiro Mota (100), Dorval Porto (50). Assim, o secretário da SEMAC, Jayth Chaves assegurou que os vendedores atuariam em bancas padronizadas, idealizadas pela própria prefeitura.³³⁸ Jayth Chaves observou:

Escolhido o local onde o vendedor deseja fixar-se, imediatamente ele recebe um memorando dirigido ao administrador da feira ou mercado respectivo, dando-lhe o direito de iniciar o trabalho de comercialização de seus produtos quando se desejar.³³⁹

Essas medidas adotadas pelo Executivo almejavam acalmar os ânimos exaltados e os vários impasses entre os trabalhadores e o poder público. O prefeito Manoel Ribeiro considerou o seguinte:

Nossa consciência está tranquila que a solução encontrada pela prefeitura, também vai ao encontro das aspirações de todos eles, embora tenham tentado mudar com manifestações insignificantes os rumos do assunto. Mas o resultado está aí para que todos vejam e mais tarde me julguem, conscientemente, quando nossa Manaus estiver completamente humanizada como o prefeito desejava e como todos merecem.³⁴⁰

A fala de Manoel Ribeiro sublinha uma crítica as manifestações dos camelôs e ambulantes, enfatizando que foram insignificantes no processo de conquista de benefícios para a classe. Manoel destaca que se alguma melhoria ocorreu de fato, foi única e exclusivamente ação do Poder Executivo. De todo modo, na prática, os vendedores não aderiram inteiramente ao projeto de Manoel Ribeiro, porque não demorou muito, esses trabalhadores voltaram para as principais ruas do centro, vendendo suas mercadorias. Observamos ainda que o jornal *A Crítica* denunciou o retorno dos camelôs em suas páginas, como exemplifica a matéria publicada no dia 10 de julho de 1988: “Camelôs ocupam o centro da cidade sem alarde”, onde salienta as maneiras sutis de ocupação das ruas, mesmo com proibição.³⁴¹

O centro é o grande espaço de disputa, especialmente as ruas mais movimentadas. A esse respeito, Jair Menezes disse: “o centro é o centro, e nenhum lugar vende tão bem como no centro da cidade.” A fala de Jair evidencia que o centro é o lugar privilegiado para a prática da camelotagem.³⁴²

³³⁸ *A Crítica*, Manaus, 7 de fevereiro de 1988. p. 3.

³³⁹ *A Crítica*, Manaus, 7 de fevereiro de 1988. p. 3.

³⁴⁰ *A Crítica*, Manaus, 7 de fevereiro de 1988. p. 3.

³⁴¹ *A Crítica*, Manaus, 10 de julho de 1988.

³⁴² *A Crítica*, Manaus, 10 de julho de 1988.

Afastado do cargo de prefeito em 1988 pelo então governador Amazonino Mendes, Manoel Ribeiro é substituído por Alfredo Nascimento, que assume provisoriamente o Executivo Municipal entre os meses de julho a dezembro de 1988. Imediatamente, os lojistas se manifestaram contra a volta dos camelôs e ambulantes. Alfredo manteve a política de “manutenção da ordem”, afastando aqueles trabalhadores das ruas. Segundo palavras do próprio Alfredo Nascimento: “os vendedores prejudicam em muito a imagem da Zona Franca, além da sujeira, vendem produtos falsificados, principalmente perfumes e no meio deles infiltrados estão os trambiqueiros que enganam os turistas que nos visitam”.³⁴³

As medidas de Alfredo não impediram os camelôs de permanecerem lutando pelos seus antigos pontos. João Aparecido, que vendia e oferecia roupas nas ruas, destacou: “mesmo que sejam retirados novamente do centro da cidade acabarão voltando, porque ali é o único local onde conseguem obter lucros, não adianta a polícia nos tirar daqui, porque mais cedo ou mais tarde acabaremos voltando”.³⁴⁴

Embora as instituições políticas tentassem recriar a cultura de trabalho dos camelôs, a resistência teimosa praticada por eles, insistia em manter a lógica de trabalho organizada nas principais ruas do centro de Manaus. Esse processo é imbricado à percepção de que a sociedade toma de si como classe e a sua consequente consciência de classe, sabendo que a tomada dessa "consciência" é uma dinâmica forjada durante o processo, e não como resultado último, ou ainda de uma dimensão unilateral e estanque lançada de cima, para aqueles que se articulam no cotidiano; na verdade, tais articulações entrecruzam-se e experienciam comumente, e constituem e “identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe”.³⁴⁵

Nesse sentido, a tomada de consciência fortalecia a organização em torno do debate sobre o direito ao espaço das ruas, especialmente as mais movimentadas do centro da cidade. Essa consciência se manifestava subjetiva e coletivamente, pois, a cada tentativa de desqualificá-los, organizavam-se politicamente em defesa da classe e de seus interesses, imbuídos de uma consciência de pertencimento a uma classe. Mesmo quando não incluídos dentro do projeto de modernização da cidade, reinventavam-se e desafiavam todas as tentativas de ignorá-los, buscando serem vistos como parte constitutiva da cidade, exigindo que as autoridades se inclinasse ao diálogo.

³⁴³ A *Crítica*, Manaus, segunda feira, 13 de junho 1988.

³⁴⁴ A *Crítica*, Manaus, domingo, 10 de julho 1988.

³⁴⁵ THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 13.

3.3 “A ACAVA ficou pra trás”: as instituições e a formação do sindicato

Carlos Freire da Silva corrobora que, no final da década de 1980 e início da década de 1990, chamou a atenção o nascimento de sindicatos entre os camelôs. Para esse sociólogo, o surgimento dos sindicatos está ligado à influência do movimento sindical, em evidência na época, e pelo aumento do número de ex-operários das fábricas que estavam se tornando camelôs.³⁴⁶ Os sindicatos possuem maior expressão que as associações, visto serem mais articulados politicamente com partidos, centrais sindicais e outras entidades.³⁴⁷ Márcio Oliveira, examinando a relação entre os camelôs manauaras e o Sindicato, concluiu que essa foi a questão que suscitou maior ratificação da dissociação dos indivíduos por ele entrevistados, “visto que a instituição não é reconhecida por muitos e o seu trabalho não se sobressai como relevante”.³⁴⁸

Para Márcio, isso ocorre por conta da criação do Sindicato do Comércio dos Vendedores Ambulantes (SINCOVAM):

Ter como um dos indicativos de sua constituição a necessidade do poder executivo municipal em manter um canal de comunicação e deliberações com um grupo que se agigantava pelo tamanho e problemas na segunda metade dos anos 1990. Os entrevistados de certo modo reconheceram que esta imbricação entre poder público e interesse do segmento informal, se por um lado ajudou no diálogo e relacionamento, por outro lado produziu uma demanda de organização representativa pautada pelos interesses do poder público e de seus representantes no sindicato.³⁴⁹

Durante o percurso de investigação a respeito da criação do sindicato, deparamo-nos com algumas questões: há duas instituições com nomes semelhantes e siglas iguais. O Sindicato do Comércio dos Vendedores Ambulantes (SINCOVAM) e o Sindicato do Comércio dos Vendedores Ambulantes de Manaus (SINCOVAM).

O primeiro criado na década de 1990 e registrado apenas em cartório e o segundo cadastrado no Ministério do Trabalho, reconhecido pela Central Única dos Trabalhadores e nascido em 2005. Muitas lacunas se levantaram a partir dessas constatações, como, por exemplo: Quais situações levaram à criação de instituições diferentes? Qual seria a participação efetiva dos trabalhadores nesta fundação? Que relações foram estabelecidas entre o Executivo Municipal e os respectivos sindicatos? São perguntas que ainda carecem de respostas.

³⁴⁶ SILVA, 2014, p. 75.

³⁴⁷ Ibid., p. 75.

³⁴⁸ OLIVEIRA, 2009. p. 114.

³⁴⁹ OLIVEIRA, 2009. p. 114-115.

A existência de sindicatos diferentes para uma mesma classe é explicada por Carlos Silva como fruto da condição particular dos sindicatos dos camelôs em relação aos sindicatos de categorias formais. Dentro das categorias formais deve existir apenas um sindicato por município, a mesma exigência não se aplica as categorias informais, permitindo a existência simultânea de mais de uma instituição representativa, “cada uma com sua maneira particular de atuar e resgatar fundos”.³⁵⁰

Márcio Oliveira infere que o SINCOVAM, surgido na década de 1990, possuía um representante indicado pelo poder público, fato que gerou um debate acerca da legitimidade da instituição e causou um desinteresse da classe em relação a participação no sindical. Ao ser indagado sobre essas instituições e seus processos de formação, o fundador do Sindicato do Comércio dos Vendedores Ambulantes de Manaus (SINCOVAM), Raimundo Inácio Ferreira de Sena, fez a seguinte observação:

Deixa eu te explicar, A ACAVA, A ACAVA ela ficou pra trás entendeu? A ACAVA era associação, ela ficou pra trás. O sindicato foi fundado de fatos e direitos em 2005, foi quando eu fundei o sindicato, o sindicato do comércio e vendedores ambulantes de Manaus. Então assim, o sindicato foi fundado em 2005, foi reconhecido pelo Ministério do Trabalho em Brasília, porque eu fui até Brasília, e cadastrei ele em Brasília no Ministério do Trabalho, e daí ele criou pessoa jurídica, né? No sindicato. Daí foi essa parte, né. A ACAVA não, ela morreu, ela foi associação que desapareceu no mapa, tá? Criaram um sindicato, que foi o sindicato do estado do Amazonas, que era a SINCOVAM, mas esse sindicato também não foi pra frente, porque foi um sindicato cadastrado só no cartório, daí não foi pra frente, não deram entrada, daí quando foi criado o sindicato do comércio de vendedores ambulantes de Manaus aí que ele foi fundado, entendeu?³⁵¹

Assim, observamos que o SINCOVAM, fundado nos anos 1990, estava diretamente relacionado à disciplinarização e cumprimento das exigências dos órgãos fiscalizadores. Porquanto, nos anos de 1990, quis o poder público ir mais fundo nas intervenções, determinando que a Lei Orgânica do Município proibisse a comercialização de certos produtos, por exemplo: alimentos, objetos perfurocortantes e aparelhos eletroeletrônicos. Foi determinado que só seria autorizada a venda de confecções, bijuterias, relógios e alguns tipos de ferramentas, desde que não fossem facas, facões e chaves de fenda, pois os mesmos poderiam ser empregados para cometer atos violentos.

³⁵⁰ SILVA, 2014. p. 75.

³⁵¹ Raimundo Inácio Ferreira de Sena, em entrevista concedida na cidade de Manaus, à Rubens Rodrigues da Silva, no dia 12 de maio de 2017.

Respondendo pela categoria o Presidente do Sindicato do Comércio dos Vendedores Ambulantes (SINCOVAM), Flavio Augusto se encarregou de transmitir a mensagem aos camelôs e ambulantes. Logo em seguida foi convidado a dar explicação sobre os camelôs que trabalhavam para pequenos e grandes comerciantes. A administração de Arthur Neto se mostrara ríspida no tocante a esses vendedores, pois, para ele era necessário fechar o cerco, para assim os enfraquecê-los, muitas situações eram levantadas na tentativa de desqualificá-los, como acusá-los de venderem para grandes comerciantes.

A frente do Executivo Arthur Neto criou inúmeros obstáculos e barreiras às atividades de camelôs e ambulantes. A violência deu a tônica das relações que envolviam o Executivo e esses trabalhadores. Flávio Augusto, presidente do sindicato na época, reiterou: “vivemos uma crise econômica e a única alternativa do trabalhador assalariado é ir pra rua tentar melhorar seu orçamento”.³⁵² Neste ponto, nos parece que mesmo tendo sua criação ligada às necessidades do Executivo, o Sindicato não mantinha total alinhamento com as políticas municipais voltadas para os camelôs.

As medidas de austeridade que marcaram o governo de Arthur Virgílio visavam, como exposto anteriormente, à retirada dos camelôs das principais ruas do centro: “Vamos regenerar os calçadões, remodelar totalmente o centro e seguir em linha reta com nossa decisão de não permitir mais a venda ambulante”,³⁵³ disse Arthur Neto. O chefe do Executivo colocou em prática seu projeto de transferir camelôs e ambulantes para os bairros da cidade, como visto no tópico anterior. Dentre as justificativas apresentadas para pôr a ação em prática, o prefeito, durante o IV Encontro Regional de Administração e sem apresentar a fonte da informação, disse que lojistas e comerciários estavam demitindo funcionários por não suportarem a concorrência desleal dos camelôs.³⁵⁴

A ordem do Executivo era restringir e delimitar o número desses vendedores nas calçadas, um exemplo seria o número bastante reduzido desses trabalhadores. Isto é, em torno de 20 apenas, obrigatoriamente registrados no (SINCOVAM), teriam a autorização para ocupar as calçadas em torno da Lobrás com a Sete de Setembro. A URBAM reiterou: “a ordem e a lei, têm que ser mantidas a qualquer custo e também estamos protegendo os camelôs contra possíveis investidas para evitar confusões”. Ademais, um depoimento lido em uma das matérias do *A Crítica* sublinha a fala de Terezinha dos Santos, camelô, membro do sindicato:

³⁵² *A Crítica*, Manaus, 15 de novembro de 1990.

³⁵³ *A Crítica*, Manaus, 07 de janeiro de 1990.

³⁵⁴ *A Crítica*, Manaus, 07 de janeiro de 1990.

Arthur deu sua palavra em assembleia na câmara de que só tiraria os camelôs do centro, posterior a localização de um lugar para alojar os vendedores, o vice prefeito, Félix Valois, não pode agir dessa maneira, aproveitando o espaço de poder para investir contra pais de família que tiram sustento de seus filhos com trabalho honesto.³⁵⁵

Durante a polêmica construção do camelódromo, em 1993, os camelôs iniciaram uma campanha de recolhimento de assinaturas. Os pontos de recolhimento estavam nas ruas Eduardo Ribeiro e Sete de Setembro, onde carros de som convocavam os transeuntes para assinarem o abaixo-assinado, que objetivava reverter a decisão judicial de embargar a obra. Além disso, equipes visitavam mercados, feiras e locais de grande circulação para conseguir as assinaturas necessárias. Os trabalhadores realizaram ainda passeatas pelas principais ruas da cidade. O intuito era conseguir cerca de 50 mil assinaturas, que seriam apresentadas na câmara de vereadores e na sede da Justiça Federal.

Essa campanha foi denominada "Moção de Apoio para Construção do Camelódromo". Caso os vendedores não conseguissem reverter a situação na esfera estadual, iriam recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF), o argumento é que eram duas mil famílias desempregadas que estavam passando fome.³⁵⁶

A decisão foi mantida e a construção do camelódromo foi suspensa. Os dias que seguiram a essa decisão foram marcados por protestos, especialmente na avenida Eduardo Ribeiro. A matéria do *A Crítica* sobre a cobertura desses atos trouxe a fala de um vendedor ambulante Franciomar Mota da Cunha:

Há muito nós queremos trabalhar no centro de forma organizada, num espaço reservado para os pequenos vendedores. Dessa vez chegamos a acreditar que este sonho seria realidade, mas os políticos parecem não reconhecer esta necessidade.³⁵⁷

Para esse trabalhador, a inviabilidade da construção do projeto, pautada na alegação de que a área faz parte do sítio histórico da cidade, parecia não ser convincente. A demolição da obra gerou grande descontentamento entre camelôs e ambulantes.

Ao assumir a chefia do Executivo em 1997, Alfredo Nascimento garantiu que ninguém removeria os camelôs do centro da cidade. Porém, necessitaria de um esforço conjunto da classe com órgãos públicos, em especial a URBAM, pois, seu projeto de reestruturação da cidade envolvia um modelo, segundo ele, racional de ocupação dos espaços urbanos. Em outros termos, o prefeito sugeriu que os trabalhadores elegessem um representante de cada rua para

³⁵⁵ *A Crítica*, Manaus, 07 de janeiro de 1990.

³⁵⁶ *A Crítica*, Manaus, sábado, 31 de julho de 1993.

³⁵⁷ *A Crítica*, Manaus, sábado, 24 de julho de 1993.

fazer parte de uma comissão que iria estudar a reestruturação, junto com os órgãos competentes e a instituição representativa, isto com intuito de encontrar uma solução para o “problema” dos camelôs.³⁵⁸

O Ministério Público apontou que a ocupação das ruas continuava gerando aglomerações exacerbadas e feria o Código de Postura do Município. Para isso, o promotor Edilson Martins informou que a promotoria queria discutir alternativas para a questão dos camelôs, em parceria com a prefeitura. Isto é: “vamos ver até onde e quanto essa atividade pode ser tolerada nas ruas, racionalizando a situação de modo que o cidadão não saia prejudicado e o ambulante também”.³⁵⁹

Diante das indefinições de como seriam reorganizados na cidade e sob pesada acusação de sujarem a cidade e inviabilizarem a visão dos prédios históricos da cidade, camelôs e vendedores ambulantes organizaram uma paralisação, deflagrada no dia 24 de fevereiro de 1999, com duração de três dias. Com efeito, queriam chamar a atenção da opinião pública, no tocante ao que era veiculado pela imprensa.³⁶⁰

A matéria do *A Crítica*, do dia 25 de fevereiro de 1999, enfatizou que caminhar pela cidade e apreciar os prédios públicos tornava-se mais fácil sem os camelôs.

As características arquitetônicas da praça e da Igreja da Matriz nunca ficaram tão à mostra sem as barracas dos vendedores ambulantes à frente. As duas escadas sinuosas da igreja centenária, com os azulejos pintados com motivos religiosos, deram a nova cor à praça. De longe, também era possível avistar com facilidade a fonte dourada próximo ao Relógio Municipal, ficavam visíveis os prédios antigos e abandonados e a fachada das lojas, que escondiam os prédios históricos.³⁶¹

Aqui evidenciava-se que os trabalhadores urbanos, especificamente os camelôs, eram responsabilizados pela “poluição visual”, visto que as barracas impediam a vista das características arquitetônicas da cidade e também eram acusadas de gerar sujeira. A matéria trouxe o depoimento de dois entrevistados sobre sua percepção da cidade, com a paralisação dos camelôs.

Sendo assim, seu Hamilton dos Santos, militar de 48 anos na época, disse: "não sabia do protesto dos camelôs que querem mostrar que não são apenas eles que sujam e tumultuam o centro da cidade, mas vi que havia uma diferença: a cidade está mais calma e limpa". A

³⁵⁸ *A Crítica*, Manaus sexta feira 15 de agosto de 1997.

³⁵⁹ *A Crítica*, Manaus, quarta-feira, 04 de novembro 1998.

³⁶⁰ *A Crítica*, Manaus, quinta-feira, 25 de fevereiro de 1999.

³⁶¹ *A Crítica*, Manaus, quinta-feira, 25 de fevereiro de 1999.

estudante Nairy Mariano, 18 anos na época, mencionou. “achei a cidade mais vazia do que limpa, achei que a cidade fosse ficar mais limpa e não vi muita diferença”.³⁶²

O ponto de vista dividido da população naqueles dias, refletia as interferências desses trabalhadores no cenário do centro da cidade. Compreendemos que para uns eles aglomeravam as ruas e avolumavam a sujeira; para outros, com ou sem camelô, o ambiente de desorganização e sujeira se mantinha.

Diante dessa situação, o então governador Amazonino Mendes defendeu que os camelôs se legalizassem e pagassem o que determinava a Lei Orgânica do Município (LOMAN), que seria 150 reais por ano no referido período, até que todos esses trabalhadores se enquadrassem no sistema integrado de pagamento de impostos e contribuições. Para Amazonino, a contribuição para tributação os isentaria de críticas. Conforme o assessor de imprensa do governo na época, Gefferson Coronel:

é evidente que a atividade de camelô deve crescer em função da crise nacional, mas o importante é que o governo não se opõe a que eles sejam identificados como atividade legal econômica legal, que os isentaria da crítica permanente de que se prestam a desviar impostos acobertando empresário desonesto.³⁶³

Deste modo, as autoridades perceberam que o problema social causado pelo desemprego se avolumou naqueles anos e implicaria diretamente no montante de camelôs pela cidade. Logo, o presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Manaus (CDL), Silvio Lucena, reiterou que nenhuma proposta que mantivesse os camelôs nas calçadas, em frente as lojas, seria aceita pelos comerciantes. Para o presidente da (CDL), a saída seria um local próprio para a atividade dos camelôs, citando como, por exemplo: prédios, uma rua ou um galpão para expor suas mercadorias; em frente as lojas é que não era possível.³⁶⁴

Sobre a possível tributação defendida pelo governador, que incidiria sobre os camelôs, a Secretaria Municipal de Abastecimento Mercados e Feiras (SEMAF) baixou uma portaria no dia 30 de maio de 1999, proibindo os camelôs de pagarem qualquer tipo de taxa pelo exercício da atividade. O secretário do órgão, Wilson Wolter, ressaltou que o prefeito Alfredo Nascimento determinou que a SEMAF baixasse a portaria e reiterasse a proibição de qualquer cobrança. Segundo Wolter, o Departamento Municipal de Limpeza Pública (DEMULP) é responsável pela limpeza das ruas e executa esse trabalho muito bem, isso justificava a

³⁶² A *Crítica*, Manaus, quinta-feira, 25 de fevereiro de 1999.

³⁶³ A *Crítica*, Manaus, quinta-feira, 25 de fevereiro de 1999.

³⁶⁴ A *Crítica*, Manaus, quinta-feira, 25 de fevereiro de 1999.

proibição de cobrança de qualquer taxa, no tocante à limpeza; ainda mais, nem mesmo taxa de cadastramento seria permitida. Wolter fez a seguinte observação: “o artigo 430 da Lei Orgânica do Município (Lomam) prevê o pagamento de cinco UFM’S (Unidade Fiscal do Município), cerca de 150 reais por ano, mas nem essa taxa é cobrada porque eles não estão no camelódromo”.³⁶⁵

Em meados dos anos 2000, um grupo de camelôs e ambulantes partiu para consolidar a sua instituição representativa e assim, legalmente constituídos, continuariam representando os trabalhadores no novo século que se inaugurava. O Sindicato reconhecido na esfera federal pelo Ministério do Trabalho e Emprego, Sindicato Vendedores Ambulantes de Manaus, (SINCOVAM), fundado em 17/06/2005, sendo esta considerada uma vontade livre e soberana dos trabalhadores de Manaus.³⁶⁶

Nesse período, com sede localizada na rua Henrique Martins, nº 155, Centro, o Sindicato passou a organizar as pautas e reivindicações de camelôs e ambulantes, de onde também as assembleias gerais eram convocadas para dar notoriedade as realizações e deliberar ações, no tocante a melhoria do trabalho desses vendedores. Um exemplo foi o edital de convocação, com a chamada no *Jornal do Comércio*, em 23/12/2005, em que as atas das assembleias foram devidamente assinadas e registradas em cartório.

O Estatuto do Sindicato do Comércio de Vendedores Ambulantes de Manaus (SINCOVAM) estabelecia, através dos artigos, regimentos que deveriam ser criteriosamente observados, para que assim obtivessem a legitimidade que estabelecia a Lei. No ano de 2006 houve a ratificação da fundação do Sindicato pelo Ministério do Trabalho.

Com efeito, no dia 13 de dezembro de 2006 houve a publicação no Diário Oficial da União.³⁶⁷ A esse respeito, Valdir Cândido, que iniciou sua trajetória como camelô em 1978, participou da fundação do sindicato. Ele era diretor financeiro da instituição e relatou que na época, o ministro do trabalho Gilberto Batista esteve em Manaus, onde se reuniu na sede do Serviço Social da Indústria – SESI, com outras autoridades, com o vereador Ademar Bandeira do PT, o deputado estadual Demilson Chagas, do PDT, e membros da diretoria do Sindicato. Valdir assevera que somente com a entidade legalizada seriam reconhecidos e poderiam sentar e negociar com o poder público.

³⁶⁵ A Crítica, Manaus, 11 de agosto de 1999.

³⁶⁶ Manaus, 09 de agosto de 2005, Cartório de Registro de Título e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

³⁶⁷ MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Ratifica a fundação do Sindicato do Comércio de Vendedores Ambulantes de Manaus. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, n. 238, p. 169, 13 dezembro 2006.

A formalização do SINCOVAM, segundo Valdir Candido, consolidou-se na administração de Serafim Correa (2005 a 2009): “Serafim Correa, Joaquim Lucena, foi quem deu uma força, essas pessoas contribuíram bastante para formação do sindicato, naquela época o Serafim se colocou à disposição, nós começamos em 2004”.³⁶⁸

Ademar de Barros, 43 anos, a época da entrevista, natural de Manaus, era o mais novo de 10 irmãos. Narra que teve uma infância muito difícil, quando ainda era morador do bairro Presidente Vargas, antigo Bairro da Matinha. Ademar relembra que seu ingresso na atividade de luta, junto aos camelôs, deu-se em 2006. Apesar de ser técnico em eletrotécnica, teve dificuldade em ingressar na indústria, pois era uma pessoa que sofria de obesidade; de acordo com as palavras dele, “eu sofria muito preconceito em relação as empresas que não queria contratar uma pessoa com uma obesidade muito grande”.³⁶⁹ Ele adquiriu uma banca na Quintino Bocaiúva e tornou-se camelô. Ademar participou ativamente do SINCOVAM:

Nós lutamos muito, o objetivo do Sindicato, seja o ambulante cadastrado ou não a gente sempre garantiu o direito de sustentar suas famílias. A gente teve uma ascensão muito grande quando veio a primeira crise no governo Dilma Rousseff, em que o Distrito demitiu mais de 20 mil pessoas, aí parte dessas pessoas foram para informalidade. O objetivo do Sindicato é garantir o direito do trabalhador, fazer com que o Estado garanta que essa pessoa crie renda para seu sustento próprio, porque é dever do Estado, criar emprego e renda para sua população, e nós garantimos que essa população possa garantir sua renda para seu sustento.³⁷⁰

A fala de Ademar revela a importância da figura do Sindicato para a representação de camelôs e ambulantes, garantindo o acolhimento e assegurando o direito ao trabalho, pois, segundo ele, o Sindicato tem acesso ao poder público e a prefeitura compreende a necessidade de representação da classe:

O trabalhador passou a ser mais respeitado perante os órgãos públicos e não aceita o assédio moral impetrado por alguns agentes públicos, como por exemplo cobrança de propinas. Hoje não sofremos mais esse tipo de problema porque existe uma instituição responsável e que tem por determinação do prefeito o direito de ser ouvida.³⁷¹

Valcéria Dantas, 44 anos a época da entrevista, casada, mãe de uma filha, participa da diretoria do Sindicato desde 2009, quando a instituição se consolidava como a representante legal dos camelôs. Valcéria constatou que, com a ida dos camelôs para os camelódromos, o

³⁶⁸ Valdir Cândido, em entrevista concedida à Rubens Rodrigues da Silva, no dia 14 de julho de 2020.

³⁶⁹ Ademar de Barros, 43 anos a época da entrevista, casado, natural de Manaus. Ingressou no ano 2000 na atividade de camelô, adquirindo uma banca na rua Quintino Bocaiuva. Em 2005 participou da fundação do Sindicato. Entrevista concedida ao autor desta pesquisa, no dia 14 de julho de 2020.

³⁷⁰ Ademar de Barros, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa, no dia 14 de julho de 2020.

³⁷¹ Ademar de Barros, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa, no dia 14 de julho de 2020.

número de associados despencou, pois, nos camelódromos eles passaram a ter CNPJ e serem considerados microempreendedores individuais e, conseqüentemente, com a queda de arrecadação os serviços de plano de saúde e odontológicos foram suspensos, mas o serviço de ajuda e assistência jurídica foi mantido.³⁷²

A mudança de aspecto de camelô para microempreendedor é ressaltada na fala de Rosalina Félix: “o camelô agora não é mais camelô, né, ele é micro empreendedor, mas os que ainda estão nas ruas, ainda são representados pelo Sindicato, nós nas galerias temos um representante, não temos ainda sindicato.”³⁷³

Valcária Dantas fez uma observação pertinente aos ocupantes das galerias, relacionada a sua representatividade. O Sindicato não é mais responsável pelos microempreendedores individuais das galerias, ela reitera: “eles deixaram de ser autônomos do comércio, para serem empreendedores individuais, porém na medida do possível, o sindicato ainda procura ajudá-los; o sindicato dá uma assessoria jurídica pra eles”.³⁷⁴

A ida dos camelôs para as galerias faz parte do projeto “Viva Centro Galerias Populares”, o qual previa a retirada dos camelôs das principais ruas do centro e alocação dos mesmos em galerias. Idealizado durante a gestão de Arthur Virgílio Neto (2013-2016), o projeto possuía o já conhecido caráter disciplinador, com intuito de alocar os camelôs em locais pré-determinados. No entanto, os anos 2010 trouxeram uma nova roupagem a tal medida: os camelôs passaram a se tornar microempreendedores individuais. Como ocorrido em várias outras cidades do Brasil, a ação de controle governamental sobre a ação dos camelôs parte do incentivo ao empreendedorismo, especialmente por meio da figura do Microempreendedor Individual (MEI).³⁷⁵

As transformações econômicas ocorridas a partir da década de 1980, levaram a informalidade a deixar de ser vista como mera sobrevivência e adquirir um sentido próprio. Dessa maneira, o debate sobre informalidade foi substituído por outro: o par empregabilidade/empreendedorismo que fomenta a cultura do trabalho adaptada ao desemprego. Temos aqui o deslocamento da informalidade em direção ao empreendedorismo e a ideia do autônomo sendo transformado no empresário de si mesmo. Tal noção desenha a informalidade como um espaço de oportunidades representado pelo empreendedorismo.³⁷⁶

³⁷² Valcária Dantas de Sousa, 44 anos a época da entrevista, natural de Manaus, casada e mãe de uma filha, é membro da diretoria do SINCOVAM desde 2009. Entrevista concedida ao autor desta pesquisa, no dia 14 de julho de 2020.

³⁷³ Rosalina Felix Pacheco, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa, no dia 11 de junho de 2019.

³⁷⁴ Valcária Dantas de Sousa, em entrevista concedida ao autor desta pesquisa, no dia 14 de julho de 2020.

³⁷⁵ SILVA, 2014, p. 79.

³⁷⁶ SILVA, 2014.

O trabalho informal tem nos camelôs a sua representação mais visível. Ainda assim, embora ilegal, a camelotagem vem sendo tolerada e, em grande parte legitimada, devido à necessidade da população ‘se virar’. Polos de comércio informal surgiram por todo país nas grandes cidades, por meio da construção dos camelódromos, das galerias e dos shoppings populares, como forma de aumentar a arrecadação de impostos, além de serem considerados modelos de flexibilidade na produção e do trabalho. Essas construções tornam-se objeto de repressão e estímulo, ao tempo em que facilitam os processos de fiscalização e regulação do espaço urbano, ou seja, à constituição e à regulamentação dessas atividades.³⁷⁷

³⁷⁷ LIMA, Jacob Carlos. Modernidade, informalidade, empreendedorismo e barbárie. *Boletim Lua Nova*, 20 de maio de 2019. Disponível em: <https://boletimluanova.org/2019/05/20/modernidade-informalidade-empendedorismo-e-barbarie/>. Acesso em 20 dez. 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste estudo demonstrou que parte significativa da mão de obra vinda para a capital amazonense, a partir da década de 1970, não foi totalmente absorvida pelo mercado formal de trabalho, levando diversos trabalhadores a exercerem atividades no comércio informal. Dentre eles, destacamos os camelôs, sujeitos desta dissertação. Na pesquisa, foi possível perceber como os camelôs eram vistos pelas autoridades e também pela imprensa: o camelô constituiu-se como um problema social, uma vez que o discurso sobre ele fora imposto.

Uma das formas dessa imposição recaí sobre como uma parcela da sociedade passou a perceber os camelôs: defini-los, pensá-los e falar deles, quase sempre, como um problema social, um elemento indesejável que, portanto, deveria ser excluído ou, pelo menos, afastado das principais ruas do centro da cidade. Outrossim, consagraram-se estereótipos que associavam os camelôs à pobreza, à sujeira e à desordem do centro da cidade. Em suma, tais imagens foram disseminadas até os dias atuais.

A baixa escolaridade foi apontada como um dos fatores determinantes para que os indivíduos fossem excluídos do mercado formal de trabalho e buscassem pelo sustento, através do comércio informal nas ruas. No entanto, tal explicação não esgota os motivos que levaram nossos entrevistados a adentrarem o mercado informal de trabalho. A escolha pela profissão de camelô deu-se não somente por questões econômicas, pois alguns escolheram essa profissão pela possibilidade de ter um maior controle sobre o próprio tempo de trabalho. Exemplo disso pôde ser evidenciado a partir do depoimento de Avelino Cosme, o qual afirmou ter se tornado camelô por gostar de “ser livre” e por sentir que o trabalho no mercado formal não lhe traria a sensação de liberdade tão almejada por ele. Nessa dinâmica, “não ser empregado” denotava a ausência das garantias trabalhistas asseguradas pelo governo. Em contrapartida, trazia consigo a possibilidade de se sentir “patrão de si mesmo”, “dono do seu tempo”, sem um horário determinado para entrar, almoçar, sair, demonstrando as individualidades e as diversas experiências dos sujeitos desta pesquisa.

Durante as décadas abordadas neste estudo, a Prefeitura Municipal de Manaus empreendeu diversas campanhas para retirar os camelôs das ruas do centro, tais ações foram apoiadas, principalmente, pelos comerciantes locais, representados, sobretudo, pela Câmara de Dirigentes Lojistas de Manaus (CDL-Manaus), fundada em 1965.

Nesse sentido, os comerciantes, membros das elites locais, utilizaram a imprensa como sua porta-voz na defesa de seus interesses. Isso levou à divulgação de diversas notícias que

apresentaram a atividade dos camelôs de maneira depreciativa. Nesse cenário, os prefeitos mostraram-se incumbidos da tarefa de proteger o comércio formal, sob a alegação de que esses lojistas pagavam impostos, contribuindo efetivamente para a economia local.

Havia ainda uma preocupação com a estética e a higiene, características consideradas substanciais para as cidades que pretendiam se apresentar como modernas. Entre as alegações utilizadas para exigir o fim da atividade dos camelôs, estava a sujeira que causavam e a possível relação entre os camelôs e os delitos ocorridos nas ruas, fatores que justificavam ainda as intervenções policiais.

Diante de tal quadro, a resistência dos camelôs se deu em várias frentes, como, por exemplo: a desobediência às ordens de desocupação, sempre voltando a comercializar seus produtos. Isso demonstra que os camelôs se recusavam a agir de maneira passiva e buscavam maneiras de agir dentro da ordem economicamente dominante.

Os focos de inconformismos dos camelôs geravam táticas cotidianas de resistência, como a estrutura móvel de suas bancas, também demandavam a criação de uma rede de sociabilidades, como o aviso da chegada do *rapa*, o cuidado com as bancas dos colegas (mesmo sem um vínculo de amizade) e a cadeia de contatos estabelecida entre os mais variados sujeitos que vivenciavam aqueles espaços.

No jogo das disputas evidenciado neste trabalho, podemos afirmar que estar nas ruas exercendo a profissão de camelô foi um ato de rebeldia, impulsionado não somente pela necessidade de sobrevivência, mas também por um sentimento de pertencimento. Os trabalhadores entrevistados apontaram orgulho no exercício do ofício, esforçando-se para conferir ao seu trabalho o *status* de atividade digna e honesta, podendo ser exercida como qualquer outra, mesmo diante de forças contrárias.

Posteriormente, houve a criação de um sindicato, episódio que representou a tentativa de institucionalização da resistência de camelôs e ambulantes. Diversos fatores, porém, dificultaram a ampla adesão dos trabalhadores a esta associação representativa; entre eles, as características engessadas do sindicalismo atual e a tendência prevalente entre os camelôs de que eles são “patrões de si mesmos”. Tais fatores, culminam por aflorar individualismos típicos das atividades informais.

Pelas questões evidenciadas na análise da dinâmica social em que se inserem os camelôs, esperamos que esta pesquisa tenha contribuído para uma maior compreensão sobre o universo de vida e trabalho desses trabalhadores manauaras, uma vez que esse é um campo carente de pesquisas, principalmente na área de História. Esperamos, ainda, que nosso trabalho

suscite novas pesquisas a respeito deste campo tão vasto e rico de indagações que ainda esperam por reflexão.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Aparecida; TAVARES, Maria Augusta. A dupla face da informalidade do trabalho no Brasil: autonomia ou precarização. In: ANTUNES, Ricardo. *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006. p. 425-444.

ANTUNES, Ricardo. A era da informatização e a época da informatização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo. (Org.). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 15-26.

ARTHUR Virgílio (PSDB) ouve provocações de camelôs no centro de Manaus, [s.l.], *Valor Econômico*, 27. Out. 2012. Disponível em: <https://valor.globo.com/noticia/2012/10/27/arthur-virgilio-psdb-ouve-provocacoes-de-camelos-no-centro-de-manaus.ghtml>. Acesso em: 30 jan. 2021.

BALDISSERA, Rudimar; SARTOR, Basílio; ROSSATO, Jean. Comunicação e interesse público: a triangulação “iniciativa privada – poder público – comunidade”. *ALCEU*, v. 16, n.32, p. 207-224, jan./jun. 2016.

BERTOLINI, Jeferson. Discurso e poder na narrativa midiática: notas entre Foucault e jornalismo. *Temática*. Ano XII, n. 12. Dezembro/2016. NAMID/UFPB. Disponível em: <file:///C:/Users/USER/Downloads/32057-71841-1-PB.pdf>. Acesso em: 30 julho. 2018.

BOMFIM, Ronaldo; BOTELHO, Lisandro. *Zona Franca de Manaus - Condicionantes do Futuro*. Manaus: Valer, 2009.

BONAN, Anna Cecília Faro. *Camelôs rebeldes: a dimensão socioespacial do direito na cidade em disputa*. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional). Faculdade de Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

BOTELHO, Antônio José. *Redesenhando o projeto ZFM: um estado de alerta uma década depois*. Manaus: Valer, 2006.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso 03 maio. 2020.

CAMELÔ. In: *DICIONÁRIO Etimológico*. Disponível em: <https://www.dicionarioetimologico.com.br/camelo/>. Acesso em: 20 jan. 2020.

CAMPOS, Rosana Soares; CAMPOS, Cristiane S. S. *Mulheres camelôs: o retrato da precarização do trabalho no Brasil*. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA BRAZILIAN STUDIES ASSOCIATION, 9, 2008, Nova Orleans. *Resumos [...]*. New Orleans: Brazilian Studies Association, 2008.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARDOSO, Antônio Alexandre Isidio. *Nem sina, nem acaso: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico (1847-1877)*. Dissertação de Mestrado em História. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2011.

CARVALHO, João Renôr Ferreira de. *O Samuel Benchimol que eu conheci: um homem apaixonado pelo mundo amazônico (cartas entre Samuel Benchimol e João Renôr: Manaus, Lisboa, Paris) 1978/1982*. Imperatriz: Ética Editora, 2011.

CASTRO, Mary. Feminização da pobreza em cenário neoliberal. *Mulher e Trabalho*. Porto Alegre, FEE, v. 1 p. 89-96, 2001.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. 21. ed. Petrópolis, Vozes, 2014.

COSTA, Deusa. *Quando viver ameaça a ordem urbana: trabalhadores de Manaus (1890/1915)*. Manaus: Valer, 2014.

COUTRIM, Rosa Maria da E. Ambulantes e camelôs: passado e presente. *Ciência Hoje*, São Paulo, v. 39, n. 234, p. 24-29, janeiro-fevereiro, 2007.

DEDECCA, Claudio Salvadori. Setor informal e informalidade no Brasil. *Ciência Hoje*, São Paulo, v. 39, n. 234, p. 18-23, janeiro-fevereiro, 2007.

FONSECA, Cláudia Graça. *A cidade em comunicação: paisagens, conversas e derivas no Centro de BH*. Tese (Doutorado em Comunicação Social). Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GOMES, Álvaro Cardoso; SANTOS, Rosineia Oliveira dos. Os camelôs da feirinha da madrugada na cidade de São Paulo: uma abordagem ancorada na multiplicidade social. *Rev. Humanidades*, Fortaleza, v. 32, n. 1, p. 70-81, jan./jun. 2017.

HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1995.

IASI, M. L. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: expressão Popular, 2006.

JARDIM, Trajano Silva; BRANDÃO, Iolanda Bezerra dos Santos. Breve histórico da imprensa no Brasil: Desde a colonização é tutelada e dependente do Estado. *Hegemonia*. Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro Universitário UNIEURO, n. 14, p. 131-171, 2014. Disponível em: [http://www.unieuro.edu.br/sitenovo/revistas/downloads/hegemonia14/Iolanda%20Brand%C3%A3o%20e%20Trajano%20Jardim%20\(6\).pdf](http://www.unieuro.edu.br/sitenovo/revistas/downloads/hegemonia14/Iolanda%20Brand%C3%A3o%20e%20Trajano%20Jardim%20(6).pdf). Acesso em 20 fev. 2020.

LEFEBVRE, Henri. La producción del espacio. *Papers. Revista de Sociologia*, [S.l.], v. 3, p. 219-229, jul. 1974. Disponível em: <https://papers.uab.cat/article/view/v3-lefevre>. Acesso em: 03 mar. 2020.

LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira Lima. *Soldados da Borracha: das vivências do passado às lutas contemporâneas*. Manaus: Editora Valer e FAPEAM, 2014.

LIMA, Jacob Carlos; SOARES, Maria José Bezerra. Trabalho flexível e o novo informal. *Caderno CRH*, Salvador, v. 15, n. 37, p. 163-178, jul./dez. 2002.

LIMA, Jacob Carlos. Modernidade, informalidade, empreendedorismo e barbárie. *Boletim Lua Nova*, 20 de maio de 2019. Disponível em: <https://boletimluanova.org/2019/05/20/modernidade-informalidade-empendedorismo-e-barbarie/>. Acesso em 20 dez. 2020.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.) *Fontes históricas*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 111-153.

MANAUS. *Lei Orgânica do Município*. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-manaus-am>. Acesso em: 22 jun. 2020.

MARGINAL. In: *Dicionário Informal*. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/marginal>. Acesso em: 05 abr. 2019.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru: EDUSC, 2002.

MELLO, Thiago de. *Manaus – Amor e memória*. 4. ed. Manaus: Prefeitura Municipal/Editora Valer, 2004.

MENDES, Luciano; CAVEDON, Neusa Rolita. A atividade de camelô como prática urbana no contexto das cidades. *urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana* [online]. 2012, vol.4, n.1, pp.123-140. ISSN 2175-3369. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2175-33692012000100009&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso: 20 jan. 2020.

MENEGOLO, Elizabeth D. da C. W; CACIONILA, J. Cardoso; MENEGOLO, Wallace Leandro. O uso da história oral como instrumento de pesquisa sobre o ensino da produção textual. In: *Ciência e cognição*, v. 09, 2-13, novembro de 2006.

MENEZES, Marilda Aparecida de. O Cotidiano Camponês e a sua importância enquanto Resistência à Dominação: a contribuição de James C. Scott. *Raízes*, Campina Grande, vol. 21, nº 01, p. 32-44, jan./jun. 2002.

MESQUITA, O. M. A imagem da cidade. *Canoa do Tempo (UFAM)*, v. 01, p. 97-119, 2007.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Ratifica a fundação do Sindicato do Comércio de Vendedores Ambulantes de Manaus. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 238, p. 169, 13 de dezembro 2006.

MIRANDA, Ana Luisa. *O uso do território pelos homens lentos: a experiência dos camelôs no centro de Ribeirão Preto*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *História, metodologia e memória*. São Paulo: Contexto, 2010.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.

NORONHA, Eduardo G. “Informal”, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.18, n. 53, p. 111-179, outubro, 2003.

Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n53/18081.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2020.

OLINTO, Roberto. Economia informal: setor informal, emprego informal, afinal do que estamos verdadeiramente falando - Parte I. *Blog do Instituto Brasileiro de Economia*, Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 03 mar, 2020. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/economia-informal-setor-informal-emprego-informal-afinal-do-que-estamos-verdadeiramente>. Acesso em: 23 jun. 2020.

OLIVEIRA, Marcio André Araújo de. *Entre árvores e redes: o camelô em Manaus*. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2012.

OLIVEIRA, Marcio André Araújo de. *Trabalho Informal e Redes Sociais: os camelôs da Praça da Matriz em Manaus*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

ORTIGOZA, Sílvia Aparecida Guarnieri. *Paisagens do consumo: São Paulo, Lisboa, Dubai e Seul*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

PEREIRA, Deusamir. *Amazônia (in) sustentável: Zona Franca de Manaus – estudo e análise*. Manaus: Editora Valer, 2006.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1899/1925)*. 3. ed. Manaus: FUA, 2015.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920)*. 2001. Tese. Doutorado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

PINTO, Ernesto Renan Freitas. Como se produzem as zonas francas. In: LIMA, Carlos Alberto Ferreira; PINTO, Ernesto Renan Freitas. *Trabalho e produção capitalista*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1987. p. 19-38.

PLANO Collor, [s.l.], *FGV - CPDOC*, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-collor>. Acesso em: 30 jan. 2021.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente? In: *Projeto História*, São Paulo, n. 14, 25-39, fevereiro de 1997.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS. *Administração*: Paulo Pinto Nery (1965-1971). Manaus, [1975?].

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS. Lei Orgânica do Município – Loman.

PRIORI, Angelo *et al.* *História do Paraná: séculos XIX e XX*. Maringá: Eduem, 2012. Disponível em: <http://books.scielo.or>. Acesso em: 24 jan. 2017.

RIBEIRO, Marineide da Silva. “A gente veio do interior sem saber muita coisa da capital”: Vivências de paraenses interioranos em Manaus (1970-2014). Dissertação. Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

RODRIGUES, Ivanildo Dias. *A dinâmica geográfica da camelotagem: a territorialidade do trabalho precarizado*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

RYLO, Ivo. Da carroça ao 'busão', veja histórias do transporte coletivo em Manaus. *GI Amazonas*. 26 out. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/am/amazonas/manaus-de-todas-as-cores/2016/noticia/2016/10/da-carroca-ao-busao-veja-historias-do-transporte-coletivo-em-manaus.html#:~:text=Eram%20embarca%C3%A7%C3%B5es%20que%20suportavam%20entre,a%20zona%20urbana%20de%20Manaus>. Acesso em: 20 jan. 2021.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. 5ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração: ou os Paradoxos da Alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.

SCOTT, J. *Los dominados y el arte de la resistencia*. México: Ediciones Era, 2000.

SILVA, Carlos Freire da. *Das calçadas às galerias: mercados populares do centro de São Paulo*. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SILVA, M. P. M.; MESQUITA, O. M. *Expressões do mundo do trabalho contemporâneo: um olhar para os trabalhadores do Parque industrial de Manaus*. Manaus: Edua- Editora da Universidade do Amazonas, 2010.

SILVA, Marilena Correa. *Metamorfose da Amazônia*. Manaus: Edua, 1999.

SILVA, Patrícia Rodrigues da. *Memórias e Histórias de trabalhadores no Amazonas contemporâneo*. Manaus: EDUA, 2016.

SILVA, Patrícia Rodrigues da. Propondo o alisamento do espaço: disputas em torno da “Manaus moderna”. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 8, n. 17, p. 215 - 254. jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/3381/338146824009/html/index.html>. Acesso em: 12 dez. 2020.

SODRÉ, Nelson Werneck. “História da Imprensa no Brasil”: uma Análise da Relação entre Estado e Meios de Comunicação de Massa. Disponível em: <http://www.intercom.org.br>. Acesso em: 07 fev. 2017.

STEPHANOU, Alexandre Ayub. *Censura no Regime Militar e militarização das artes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

TAVEIRA, Eula Dantas. *A Imprensa e o Jornalismo Impresso: Um estudo de caso do Jornal A Crítica* (Manaus – Amazonas). Manaus: Universidade do Amazonas, 1997.

TELES, Alessandra Oliveira. Ambulantes e camelôs de Feira de Santana (BA): origem e consolidação. In: SEMINÁRIO REGIONAL COMÉRCIO, CONSUMO E CULTURA NAS CIDADES, 3., 2017, Sobral. *Anais* [...]. Sobral: Edições UVA, 2017. p. 461-480.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ZAMBELLI, Paulina Helena Lima. *O trabalho informal dos camelôs na região central de Belo Horizonte e a transferência para os shoppings populares*. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2006.

JORNAIS

Jornal do Comércio

Jornal do Comércio, Manaus, 23 de fevereiro de 1989.

Jornal do Comércio, Manaus, 4 de dezembro de 1990.

Jornal do Comércio, Manaus, 12 de dezembro de 1990.

Jornal do Comércio, Manaus 15 de dezembro de 1990.

A Crítica

1970

A Crítica, Manaus, 06 de fevereiro de 1970.

A Crítica, Manaus, 07 de fevereiro de 1970.

A Crítica, Manaus, 11 de dezembro de 1970.

1971

A Crítica, Manaus, 13 de abril de 1971.

A Crítica, Manaus, 07 de maio de 1971.

A Crítica, Manaus, 11 de maio de 1971.

1972

A Crítica, Manaus, 26 de fevereiro de 1972.

A Crítica, Manaus, 26 de abril de 1972.

1973

A Crítica, Manaus, 24 de julho de 1973.

A Crítica, Manaus, 26 de julho de 1973.

A Crítica, Manaus, 26 de julho de 1973.

A Crítica, Manaus, 26 de julho de 1973.

1976

A Crítica, Manaus, 04 de outubro de 1976.

1977

A Crítica, Manaus, 08 de janeiro de 1977.

A Crítica, Manaus, 14 de janeiro de 1977.

A Crítica, Manaus, 23 de junho de 1977.

A Crítica, Manaus, 04 de julho de 1977.

1982

A Crítica, Manaus, 22 de agosto de 1982.

A Crítica, Manaus, 04 de outubro de 1982.

A Crítica, Manaus, 26 de dezembro de 1982.

A Crítica, Manaus, 27 de dezembro de 1982.

1983

A Crítica, Manaus, 30 de março de 1983.

A Crítica, Manaus, 03 de abril de 1983.

A Crítica, Manaus, 22 de maio de 1983.

A Crítica, Manaus, 27 de novembro de 1983.

1985

A Crítica, Manaus, 25 de maio de 1985.

1986

A Crítica, Manaus, 03 de março de 1986.

1987

A Crítica, Manaus, quinta-feira, 5 de fevereiro de 1987.

A Crítica, Manaus, 18 de fevereiro de 1987.

A Crítica, Manaus, 20 de fevereiro de 1987.

A Crítica, Manaus, 22 de fevereiro de 1987.

A Crítica, Manaus, 24 de maio de 1987.

A Crítica, Manaus, 07 de junho de 1987.

A Crítica, Manaus domingo, 28 de junho de 1987.

A Crítica, Manaus, domingo, 02 de agosto de 1987.

A Crítica, Manaus, 10 de setembro de 1987.

1988

- A Crítica*, Manaus, quinta feira, 07 de janeiro de 1988.
A Crítica, Manaus, 12 de janeiro de 1988.
A Crítica, Manaus, 13 de janeiro de 1988.
A Crítica, Manaus, 14 de janeiro de 1988.
A Crítica, Manaus, 7 de fevereiro de 1988.
A Crítica, Manaus, segunda feira, 13 de junho 1988.
A Crítica, Manaus, 10 de julho de 1988.

1990

- A Crítica*, Manaus, 07 de janeiro de 1990.
A Crítica, Manaus, 15 de abril de 1990.
A Crítica, Manaus, 20 de maio de 1990.
A Crítica, Manaus, 27 de julho de 1990.
A Crítica, Manaus, 15 de novembro de 1990.

1992

- A Crítica*, Manaus, 21 de maio de 1992.

1993

- A Crítica*, Manaus, 07 de janeiro de 1993.
A Crítica, Manaus, 15 de abril de 1993.
A Crítica, Manaus, 08 de janeiro de 1993.
A Crítica, Manaus, 18 de fevereiro de 1993.
A Crítica, Manaus, 7 de maio de 1993.
A Crítica, Manaus, sábado, 24 de julho de 1993.
A Crítica, Manaus, sábado, 31 de julho de 1993.

1994

- A Crítica*, Manaus, 27 de novembro de 1994.

1995

- A Crítica*, Manaus, 24 de outubro de 1995.

1997

- A Crítica*, Manaus sexta feira 15 de agosto de 1997.

1998

- A Crítica*, Manaus, quarta-feira, 04 de novembro 1998.

1999

A Crítica, Manaus, quinta-feira, 25 de fevereiro de 1999.

A Crítica, Manaus, 11 de agosto de 1999.

APÊNDICE

ENTREVISTAS

Entrevistado(a)	Apresentação	Local de trabalho
Ademar de Barros³⁷⁸	43 anos, casado, natural de Manaus, ingressou no ano 2000 na atividade de camelô, adquirindo uma banca na rua Quintino Bocaiuva. Em 2005 participou da fundação do sindicato e continua sendo um membro ativo do mesmo. Ademar atualmente é bacharel em Direito e foi entrevistado na sede do sindicato, Avenida Ramos Ferreira.	SINCOVAM
Antônio Feliciano Matos	Viúvo, natural de Manaus, morador do Novo Aleixo. Na época da entrevista (2016) possuía 68 anos. Pai de 3 filhos, exerce o ofício de camelô no centro de Manaus há mais de quatro décadas. Foi entrevistado em seu local de trabalho; Avenida Sete de Setembro, onde comercializa meias, pilhas e pequenos eletrônicos.	Avenida Sete de Setembro, centro de Manaus.
Ariovaldo Mendonça Filho	Natural de Tapauá-AM, casado e pai de 8 filhos. Ingressou na atividade de camelô na década de 1980. Foi entrevistado em 2017, na sede do SINCOVAM.	SINCOVAM
Arthur Farias de Castro	Casado, pai de dois filhos, trabalha no centro da cidade desde 1978 e hoje está locado na Galeria Espírito Santo, local onde foi entrevistado em dois momentos: 2016 e 2017.	Galeria Espírito Santo
Avelino Cosme de Sousa	63 anos a época da primeira entrevista (2016), natural de Manaus, casado e pai de 5 filhos. Trabalha como camelô desde 1974, hoje está alocado na Galeria Espírito Santo, local onde concedeu as duas entrevistas (2016 e 2017).	Galeria Espírito Santo
Eliete Costa Brandão	53 anos, natural de Manaus, a mais nova de sete irmãos e mãe de duas filhas. Ingressou na atividade de camelô em 1990. Foi entrevistada em sua residência, no ano de 2020. Atualmente trabalha como comerciante no bairro Japiim.	Bairro Japiim
Joaquim José da Costa	62 anos, a época da entrevista (2019), natural de Sena Madureira - Rio Branco - Acre, solteiro e pai de um filho. Chegou em Manaus em 1960, exerce a atividade de camelô desde a década de 1980. Concedeu entrevista na Galeria Espírito Santo, local onde trabalha atualmente.	Galeria Espírito Santo
Manoel Brito da Rocha	Natural de Manaus, casado, trabalha desde a década de 1970 como camelô. Hoje está locado na Galeria Espírito Santo, onde concedeu entrevista em 2016.	Galeria Espírito Santo
Maria de Lourdes Silva	59 anos a época da entrevista (2019), natural de Barreirinha AM, solteira e mãe de um filho, exerce	Avenida Eduardo Ribeiro

³⁷⁸ Nomes fictícios para resguardar a imagem dos entrevistados, embora todos tenham assinado devidamente as cartas de cessão de direitos.

	a atividade de camelô desde o ano de 1984. Concedeu entrevista na Avenida Eduardo Ribeiro, local onde trabalha atualmente.	
Odete Araújo Silva	55 anos (a época da entrevista), solteira natural de Manaus, e mãe de sete filhos, ingressou na atividade de camelô em 1986, hoje trabalha em um boxe na Galeria Espirito Santo, local onde concedeu entrevista.	Galeria Espirito Santo
Raimundo Nonato Teles	Casado pai de cinco filhos, natural de Cruzeiro do Sul no estado do Acre, ingressou na atividade de camelô em 1978. Atualmente trabalha na Galeria Espirito Santo, local onde concedeu as duas entrevistas em 2016 e 2017.	Galeria Espirito Santo
Rosalina Felix Pacheco	51 anos a época da entrevista (2019), casada, mãe de três filhos, iniciou suas atividades como camelô no final da década de 1980. Concedeu entrevista na Galeria Espirito Santo, local onde trabalha atualmente.	Galeria Espirito Santo
Valcária Dantas de Sousa	44 anos a época da entrevista (2020), natural de Manaus, casada e mãe de uma filha, é membro da diretoria do SINCOVAM desde 2009. Concedeu entrevista na sede do sindicato.	SINCOVAM
Valdir Cândido	63 anos a época da entrevista (2020), natural de Manaus, divorciado e pai de dez filhos. Iniciou no ramo de camelô ainda na década de 1980. Participou da constituição do sindicato, concedeu entrevista na sede do SINCOVAM.	SINCOVAM